

A Construção da Fortuna e do Malogro

Notas
Semânticas e
Perspetivas
Históricas

Organização:
Magda Pinheiro
Cecília Vaz
Ricardo Cordeiro

Centro de Estudos de História
Contemporânea
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa



A Construção da Fortuna e do Malogro

Notas Semânticas e Perspetivas Históricas

Organização:
Magda Pinheiro
Cecília Vaz
Ricardo Cordeiro

A Construção da Fortuna e do Malogro. Notas Semânticas e Perspetivas Históricas

Organizadores | Magda Pinheiro, Cecília Vaz, Ricardo Cordeiro

Edição | CEHC-IUL | Lisboa | 2014

ISBN | 978-989-98499-8-3

Suporte | Eletrónico

Formato | PDF

Imagem da capa | Albrecht Dürer, *Nemesis*

Comissão Científica das edições CEHC-IUL | Henk van Dijk, Nuno Pinheiro, Maria João Vaz

Copyright © CEHC-IUL

Centro de Estudos de História Contemporânea

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

All rights reserved. Except for the quotation of short passages for the purposes of criticism and review, no part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording or otherwise, without the prior permission of the publisher.

Apoio e financiamento:



ÍNDICE

[Apresentação](#) 7

Magda Pinheiro

[Introdução](#) 9

Maria Carlos Radich

I Parte | A Construção da Fortuna e do Malogro: Notas Semânticas

História Política e Cultural

[A construção da Fortuna e do Malogro: Notas semânticas a partir de Koselleck](#) 13

Fátima Sá e Melo Ferreira

[A construção política da fortuna: o caso do sucesso da expedição liberal portuguesa de 1832](#) 15

Grégoire Bron

[Guerra Peninsular – 1808-1814: violência, patriotismo e nacionalismo em anos de convulsão](#) 17

Fernando Dores Costa

[Assistência e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal. Do Mutualismo às origens do Estado-Providência \(1880-1942\)](#) 19

Virgínia Baptista

História Urbana

[Fortuna e Malogro: reflexões semânticas](#) 21

Magda Pinheiro

[História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes, de habitação, existentes na cidade de Lisboa, de inícios do séc. XVIII até à década de 1930](#) 27

Clara Bracinha Vieira

[Sociabilidades boémias em Lisboa \(1840-1929\)](#) 31

Cecília Vaz

[Criminalidade, desvio e controlo social em contextos urbanos](#) 33

Maria João Vaz

[Fortuna e malogro nas políticas da Droga](#) 35

Lúcia Dias

Relações Internacionais, Estudos Coloniais e Pós-Coloniais

[Fortuna e Malogro: notas para o encontro de dia 16 de Dezembro de 2011](#) 37

Luís Nuno Rodrigues

[A cooperação partidária transnacional luso-alemã e o sucesso da formação e implantação dos partidos políticos portugueses durante a consolidação democrática \(1974-1982\)](#) 39

Ana Mónica Fonseca

[Fado Tropical: o luso-tropicalismo na segunda metade do século XX](#) 41

Marcos Cardão

[Notas sobre a semântica do Projeto – palavras Fortuna e Malogro – no sentido em que decorrem da investigação sobre Os Militares e a Descolonização portuguesa](#) 43

Ana Mouta Faria

[L'Asie coloniale portugaise dans la politique étrangère de l'Estado Novo \(1930-1974\) ou stratégies portugaises de défense de Goa, Macao et Timor](#) 49

Sandrine Begue

Sociedade, Mudança Económica e Tecnologia

- [*Pecuária Portuguesa*](#) 53
Maria Carlos Radich
- [*As classes populares na Fotografia: Fortuna Própria, Malogro Alheio*](#) 57
Nuno Pinheiro

Tempos Modernos

- [*Fortuna e Malogro nos “Tempos Modernos”*](#) 61
José Vicente Serrão
- [*A construção da fortuna de um texto malogrado \(século XVII\)*](#) 65
Isabel Carvalho Boavida
- [*A União Ibérica e o Golfo Pérsico: a Projeção Global de Conflitos no Primeiro Quartel do Século XVII*](#) 67
Graça Almeida Borges
- [*Agentes, instâncias de decisão e circuitos de comunicação: A condução política da guerra no império e a evolução da sua moldura institucional*](#) 69
Miguel Dantas da Cruz

II Parte | A Construção da Fortuna e do Malogro: Perspetivas Históricas

- [*Fortuna e malogro na história do PCP \(SPIC\), 1921-1943*](#) 73
João Arsénio Nunes
- [*As Mulheres Trabalhadoras em Portugal e as origens do Estado- Providência \(1880- 1943\): fortunas e malogros*](#) 83
Virgínia Baptista
- [*Mário Soares e a transição democrática 1974-1976. Algumas conclusões*](#) 91
David Castaño
- [*Failure or success. The impact of industrialization and de-industrialization on port cities in Europe*](#) 97
Magda Pinheiro; Henk van Dijk
- [*Jogos de Fortuna e Azar na boémia lisboeta: os clubes noturnos da década de 1920*](#) 109
Cecília Vaz

APRESENTAÇÃO

Magda Pinheiro

O livro que agora se publica reúne as comunicações apresentadas em dois seminários realizados no quadro do projeto estratégico do CEHC-IUL intitulado *A Construção da Fortuna e do Malogro*. O Projeto Estratégico «A Construção da Fortuna e do Malogro. Abordagens Comparadas da Mudança – dos Tempos Modernos aos Nossos Dias» foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido pelo Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CEHC-IUL) entre 2011-2013. Foi inicialmente dirigido por Maria Carlos Radich, a quem se deve a ideia que presidiu ao seu lançamento. Com a reforma da então diretora, coube à nova direção concretizar as atividades programadas no projeto. O desenvolvimento da investigação foi feito em condições muito adversas resultantes da crise financeira e agravadas pelas diretivas por vezes ambíguas, ou mesmo contraditórias, emitidas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este projeto reuniu as cinco linhas de investigação que constituíam CEHC-IUL: História Política e Cultural; História Urbana; Relações Internacionais, Estudos Coloniais e Pós-Coloniais; Sociedade, Mudança Económica e Tecnologia; Tempos Modernos. Para desbravar as virtualidades do tema do Projeto Estratégico, o seu âmbito semântico foi debatido num seminário com todos os investigadores em 16 de Dezembro de 2011. Neste seminário deu-se particular ênfase à diversidade de abordagens que os investigadores das linhas de investigação existentes podiam adotar na sua própria pesquisa. Os contributos reunidos constituem a primeira parte desta publicação.

Ainda de acordo com o proposto na candidatura do Projeto Estratégico, o CEHC-IUL promoveu um seminário final para a divulgação e debate dos resultados obtidos nas investigações que decorreram enquadradas neste projeto.

As virtualidades do tema do Projeto Estratégico foram evidenciadas pelo facto de ter sido escolhido como tema do Encontro Internacional da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), organizado pelo CEHC nas instalações do ISCTE-IUL em Novembro de 2012. Este encontro internacional contou com uma elevada participação, registando-se mais de uma centena de comunicações de investigadores de proveniências diversas. É de realçar o interesse da conferência inaugural deste XXXII Encontro da APHES proferida por Leandro Prados, intitulada «Capitalism and human development 1870-2007».

As atribuladas circunstâncias que a Europa e o mundo viveram desde o início da presente crise financeira e os desaires socio-económicos em parte resultantes da reposta neoliberal das instâncias europeias, deram infelizmente ao tema «A Construção da Fortuna e do Malogro» uma relevância inesperada.

A publicação que agora apresentamos está organizada seguindo a lógica dos dois seminários acima referidos. Apenas o texto de João Arsénio Nunes, embora tenha sido apresentado ao primeiro seminário, pela sua dimensão e temática pareceu integrar-se melhor na segunda parte do livro.

INTRODUÇÃO: SUMÁRIO DA CANDIDATURA AO FINANCIAMENTO FCT (PEST-OE/HIS/UI3128/2011)

Maria Carlos Radich

O Projeto Estratégico do CEHC-IUL para 2011-2012 pode ser enunciado como sendo: A Construção da Fortuna e do Malogro: Abordagens Comparadas da Mudança – dos Tempos Modernos aos Nossos Dias.

Este projeto capta o trabalho das cinco linhas de investigação do CEHC-IUL, e das suas temáticas. O conjunto da investigação recobre diversos campos, tópicos e territórios – político, cultural, social, institucional, militar, local, nacional, imperial, económico, tecnológico. Cada um destes *locus* está habilitado a contribuir com uma resposta própria para a questão principal, que as integra a todas e dá coerência ao Projeto Estratégico: cada mudança é vista pelos diversos atores sociais, políticos e culturais como um passo em direção à fortuna ou como um malogro? A construção da perceção do sucesso ou do malogro de medidas idênticas, ou de transformações não planeadas semelhantes pode traduzir-se em resultados diferentes da mesma forma que mudanças diferentes se podem traduzir em resultados semelhantes. Os próprios indicadores da fortuna e do malogro, que cada época construiu, serão igualmente tomadas em consideração.

A diversidade é essencial para o projeto. De facto, a breve descrição acima apresentada pode induzir a ideia de que apenas se pretendem comparar unidades políticas, nações, países ou impérios. Mas não é exatamente esse o nosso intuito. O propósito é compreender como em todos e cada um dos meandros de uma sociedade, fortuna e malogro são sempre um desafio. Ações, por vezes minúsculas, não são desprezáveis, apesar de não parecerem ser tão importantes como as de um governo ou as de uma instituição internacional. Será necessário chegar ao fim deste projeto para concluir se a tentação de esquecê-las se justifica. Atrevemo-nos a duvidar, mas, por ora, é apenas uma hipótese.

O CEHC está especialmente habilitado para contemplar e corresponder à exigência da diversidade. De facto, os seus investigadores estudam temáticas muito diversas, usam diferentes escalas e metodologias específicas e adequadas aos seus campos de trabalho. A variedade de resultados assim alcançada estabelece uma primeira base de comparação dos múltiplos sentidos da Fortuna e do Malogro. A partir dela, é certamente possível rumar a uma síntese.

Convém acrescentar que o CEHC tem vindo a dedicar os seus trabalhos sobretudo a Portugal. Mas as nossas perspetivas não se têm mantido rígidas. As questões portuguesas serão o nosso ponto de partida, mas tal como já começámos a fazer, tencionamos levar as abordagens comparadas tão longe quanto possível, também no âmbito do Projeto Estratégico.

As conclusões do Projeto Estratégico devem incluir todos os resultados parcelares obtidos por cada grupo / linha de investigação do Centro, aos quais haverá que juntar as conclusões globais do próprio Projeto

Estratégico. A elaboração destas últimas irá conhecer dois momentos: um *meeting* sobre o sentido das palavras – Fortuna e Malogro – portanto no âmbito da Semântica Histórica, a ter lugar ainda em 2011; um colóquio final, interdisciplinar e internacional, a estruturar com base nos resultados do Projeto, que se pretende que venha a dar lugar à edição de um livro.

(Lacrado a 20-04-2011 às 13:58)

I Parte

A Construção da Fortuna e do Malogro: Notas Semânticas

ISCTE  IUL
Escola de Sociologia e Políticas Públicas

MEETING EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO CEHC-IUL

16

DEZEMBRO

14:00

Sala C104
Edifício II



A Construção da Fortuna e do Malogro Notas semânticas

ORGANIZAÇÃO

CEHC IUL
CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E DO ESPORTE

Cartaz do *meeting* da equipa de investigação
CEHC- IUL, 16 de dezembro de 2011

HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURAL

A CONSTRUÇÃO DA FORTUNA E DO MALOGRO: NOTAS SEMÂNTICAS A PARTIR DE KOSELLECK

Fátima Sá e Melo Ferreira

Do ponto de vista da história conceptual o par de termos que serve de título a este encontro, *Fortuna e Malogro*, integra-se naquele tipo de categorias a que Reinhardt Koselleck, o principal teorizador desta área de estudos, chamou conceitos opostos assimétricos. A ideia é que o uso de um implica sempre o outro e, embora opostos, de alguma forma vivem um do outro e são assim complementares. Não se concebe a fortuna sem o malogro, o êxito sem o fracasso, ou o sucesso sem o insucesso. No entanto, como Koselleck referiu para outros casos num texto intitulado «A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos» publicado na sua obra fundamental *Futuro Passado, contribuição à semântica dos tempos históricos* esta oposição não é simples. E a sua complexidade tem por base precisamente a assimetria de que estão dotados tais conceitos duplos, uma assimetria que resulta do facto de, neste caso, por exemplo, os termos fortuna ou êxito ou sucesso se, para simplificar os consideramos sinónimos, serem opostos a malogro, fracasso ou insucesso, de uma maneira desigual já que estas últimas expressões equivalem a uma privação, que, segundo o mesmo autor, pode mesmo ser equiparada a uma espoliação. Para Koselleck a linguagem da política, assim como muita da linguagem quotidiana baseia-se precisamente nesta categoria de conceitos opostos.

Embora na perspectiva da história dos conceitos se considere que este tipo de pares conceptuais têm grande eficácia no discurso político, Koselleck alerta também para o facto de, passo a citar «que, até agora, todos os dualismos globais utilizados foram superados pela história subsequente, sendo, neste sentido, refutados», acrescentando que «como categorias do conhecimento histórico as antíteses do passado costumam ser bastante grosseiras» já que «nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagónicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram. Em última análise isso corresponderia a adotar a história dos vencedores, cujo papel costuma ser momentaneamente glorificado por meio da negação dos vencidos».

Esta superação no tempo dos pares de conceitos antitéticos é um efeito de eles transformarem historicamente em função da deslocação dos espaços da experiência e dos horizontes de expectativa em que se encontram inseridos e onde são eficazes E chamo a tenção para o facto de «espaço de experiência e horizonte de expectativa» constituírem duas ferramentas fulcrais na teorização da história dos conceitos

proposta por Koselleck através das quais ele articula o domínio da história social e da história conceptual ou seja da experiência e da linguagem. Para Koselleck, com efeito, e volto a citá-lo: «A história nunca se identifica com o seu registo linguístico, nem com a sua experiência formulada e condensada oralmente ou por escrito embora não seja também independente dessas articulações linguísticas», já que acrescento eu, a linguagem tem também funções performativas.

No artigo que aqui sigo de perto faz-se a demonstração da historicidade e irreversibilidade dos conceitos antitéticos assimétricos através da análise da evolução e transformação dos seguintes pares de conceitos: Helenos e bárbaros, cristão e pagãos e homem - não homem ou super-homem e sub-homem.

Apesar de acentuar o carácter perecível e datado dos conceitos opostos assimétricos Koselleck lembra, ainda assim, que na transformação que a história neles opera podem permanecer significados anteriores porque em cada par de conceitos ingressaram diferentes zonas da experiência histórica.

Neste nosso projeto, sobre a construção da fortuna e do malogro, a propósito do qual escrevi estas breves notas a partir da minha própria experiência na história conceptual, deviam ter-se em conta, parece-me, alguns dos horizontes aqui referidos e eu sugeria que se fizesse essa aplicação a partir de 3 ângulos:

1. da exploração de outros conceitos da mesma área semântica como os que já mencionei, ou seja êxito-fracasso, sucesso -insucesso, ou outros aparentemente mais distantes mas interconectados como progresso-atraso
2. da avaliação das transformações históricas destes pares de conceitos e dos seus usos
3. e, por último da análise do seu uso e da sua eficácia política e social nos campos analíticos de cada projeto específico, não a partir de fora mas de dentro, ou seja das expressões e conceitos manejados pelos próprios agentes históricos.

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA FORTUNA: O CASO DO SUCESSO DA EXPEDIÇÃO LIBERAL PORTUGUESA DE 1832

Grégoire Bron

Durante muito tempo, os historiadores têm analisado as noções de fortuna ou de malogro em política em termos de azar ou sorte, relegando-as à categoria de acontecimentos. Para Seignobos, os eventos políticos, quer que seja a sua importância, são definidos como «acidentes da história»: «A preponderância da Alemanha em Europa, obra pessoal de Bismarck, foi arruinada pelas fantasias pessoais de Guilherme II e pela intervenção pessoal d'El-Rei Eduardo. Até a decisão da guerra que precipitou a Europa na catástrofe de 1914 foi tomada em seguida das impressões pessoais de três Imperadores e dos seus estados-maiores. Tal foi a parte do azar na evolução política da Europa»¹. Não se trata aqui de «construção» da fortuna ou do malogro, que só são imputados ao azar ou à ação providencial de grandes homens quando se trata de «fortuna», ou à sua ação perniciosa, no caso de «malogro». É o desenvolvimento da história económica e social que permitiu abordar a fortuna e o malogro político como construções, procurando as suas causas na evolução das estruturas sociais das diferentes sociedades tomadas em consideração. As vitórias ou os fracassos políticos são interpretados como epifenómenos da evolução social e económica. Assim o triunfo do liberalismo político é só um corolário da afirmação social da burguesia, enquanto as causas do malogro da democratização da Alemanha devem ser procuradas num Sonderweg, onde a aristocracia fundiária conseguiu manter um peso social e político determinante, em prejuízo da burguesia. Mas essa interpretação não explica a «parte meditada da ação», que é hoje em dia o ponto principal que uma história política renovada interroga para abordar as categorias de fortuna e de malogro². Com efeito, é à medida das intenções dos atores que se torna possível julgar da fortuna ou do malogro dos seus projetos políticos. Mas longe de atribuir fortuna ou malogro quer ao azar, quer à ação positiva ou negativa de personalidades extraordinárias, trata-se de avaliar os objetivos e as estratégias dos atores em função dos recursos à sua disposição para qualificar os seus resultados. Essa abordagem permite inscrever o malogro ou a fortuna numa cronologia mais longa, suscetível de pôr em evidência a sua construção. Se os sociólogos e os antropólogos têm, com os métodos próprios à sua matéria, abordado o problema das origens do fracasso ou do sucesso para elaborar um catálogo dos elementos dum processo decisório que leva a um ou outro resultado, ou para estabelecer uma tipologia dos candidatos ao malogro ou à vitória, a história política prefere partir de casos concretos. Interrogando os objetivos, as estratégias e os resultados que concorrem a fazer dum projeto - individual ou coletivo- um sucesso ou um fracasso, pode-se assim revelar aspetos desconhecidos dum

¹ Charles SEIGNOBOS, *Histoire politique de l'Europe contemporaine*, 2e édition, 1924 (conclusion).

² Fabienne BOCK, «Introduction», in Fabienne BOCK, Geneviève BÜHRER-THIERRY e Stéphanie ALEXANDRE (dir.) (2008). *L'échec en politique, objet d'histoire*, Paris: L'Harmattan, p. 6.

período ou dum evento, de que os atores sabem ou menos trazer benefícios, e que “constroem” o termo do seu propósito³.

Uma tal abordagem pode ser aplicada à expedição liberal portuguesa de 1832, e mais geralmente a vitória do liberalismo aquando da guerra civil que a segue. Apesar do grande renovamento, desde uns trinta anos, da historiografia do liberalismo português da primeira metade do século XIX, as causas do êxito liberal entre 1832 e 1834 não foram ainda muito estudadas. Se a história das ideias e a história social produziram estudos de primeira qualidade que alargam o campo dos conhecimentos sobre a imposição e a afirmação do liberalismo em Portugal, essas correntes historiográficas não se interessaram ao evento que constitui a fortuna do liberalismo pelas armas contra D. Miguel. A compreensão do evento fica tributária da antiga história *événementielle* praticada por Luz Soriano e Oliveira Martins no século XIX. A vitória liberal durante a guerra é explicada como uma soma de azares felizes e de erros incompreensíveis da parte dos miguelistas, interpretação que não é fundamentalmente posta em causa por Maria de Fátima Bonifácio. Sublinhando o papel de Palmela para a obtenção de socorros pecuniários e apoios políticos no estrangeiro, em particular em Inglaterra, a historiadora acentua a perceção da fortuna liberal como «acidente da história»⁴. Assim o sucesso liberal de 1834 fica em larga medida uma consequência da fortuna das armas e conserva o mistério ligado a todo acontecimento histórico, cuja irreduzível unicidade não permite antecipação alguma, ou seja, não pode ser «construída». Por tanto, essa abordagem, que recorda de maneira salutar que o bom êxito não tem garantia, impede-se analisar a estratégia desenvolvida pelo exílio político português para se dar os meios da vitória em função dos recursos a sua disposição. Estudando as causas da fortuna da expedição liberal e da vitória dos partidários de D. Maria durante a guerra civil, a abordagem que nos propomos seguir, permite examinar todo o processo de construção da vitória pelas armas, objetivo muito claro desde 1828. Assim emergirão também as diferenças com as outras emigrações políticas da primeira metade do século, das quais o exílio político português se distingue precisamente pela sua fortuna. A expedição liberal de 1832 é com efeito um exemplo único de imposição do regime parlamentar a partir do exílio.

³ *Ibid.*

⁴ Maria de Fátima BONIFÁCIO (2004). «A “causa” de D. Maria II (1826-1832)», in *Análise Social*, vol. XXXIX, no 172, pp. 519-545.

GUERRA PENINSULAR – 1808-1814: VIOLÊNCIA, PATRIOTISMO E NACIONALISMO EM ANOS DE CONVULSÃO

Fernando Dores Costa

I

A oposição entre a fortuna e o insucesso pressupõe a construção social dessa antítese como representação organizadora de uma infinidade de classificações nela fundamentadas. Sustenta uma hierarquização que se entranhou no senso comum da nossa época, a dos «afortunados» e dos «bem sucedidos». Mas temos notícia de que nem sempre foi assim: tanto fidalgos como plebeus consideravam que estavam no «centro do mundo» e nada se assemelhava à sua «Pátria» (mesmo que a «paternidade» a que pertenciam não fosse de facto a mesma). Estavam fora de uma qualquer hierarquização objetiva. A fortuna esconde vantagens impercetíveis ou é a nomeação e encenação do acaso?

II

A fortuna de que se fala quando se discursa (ou seja, se cria um sentido, socialmente operante) sobre a guerra é sobretudo a vitória que se obtém sobre os inimigos em combate.¹ Frequentemente, são invocadas forças sobre-humanas para explicar os sucessos. Até onde e até quando, os indivíduos se consideraram presentes em um mundo em que agiam entes invisíveis que não são a divindade do clero? Os chefes máximos dos exércitos vencedores adquirem um estatuto particular entre os homens «comuns», são os homens que beneficiam da ação protetora dessas forças. Sabemos, contudo, que em boa parte a decisão das batalhas é o resultado de acasos, de acidentes, de súbitas mudanças de ânimo dos combatentes. O general perde efetivamente, durante a batalha, a visão de conjunto do que se está a passar. Também ele joga na fortuna. Significa isto que a fortuna não se constrói? Claro que não, há construção através da inovação e da «arte» – e também do exercício da força de transformar homens em combatentes. A representação da fortuna, socialmente difundida, sustenta um subterfúgio «clássico» da «razão de Estado».

O período entre 1790 e 1820 tem sido representado (de uma forma mais ou menos explícita) como um confronto entre a «revolução» e a «contra-revolução». Os conflitos e as fraturas são, no entanto, bem mais complexos.

Pela via do imperialismo napoleónico, logo após o seu fracasso, ganharam ou retomaram importância «ideias» como:

1. As “nações” estão sujeitas a movimentos de convulsão imperialista.
2. A “paz perpétua” dos filósofos é quimérica e esfumou-se.

¹ A guerra a sua preparação é e tem sido para mim um ponto julgado privilegiado de observação, não sendo um fim em si.

3. Não é o “progresso”, mas os movimentos cíclicos que comandam o mundo.

4. Os homens extraordinários têm, paradoxalmente através das suas paixões, um papel crucial na salvação das nações e na marcha da «razão na história».

O bonapartismo foi derrotado. A vitória foi uma vitória da «contra-revolução» ou da «liberdade»? O fascínio pelos bonapartismos esconde mal a «razão de Estado».

III

O «capital» de «invenção da fortuna» que se investirá ao longo do século XX traduz-se nesta possibilidade de a direita política se poder afirmar como salvaguardando o «povo» da guerra, protegendo-o através da «neutralidade» – mesmo (ou sobretudo) quando nisso não há mérito dos dirigentes.

ASSISTÊNCIA E DIREITOS DAS MULHERES TRABALHADORAS EM PORTUGAL. DO MUTUALISMO ÀS ORIGENS DO ESTADO-PROVIDÊNCIA (1880-1942)

Virgínia Baptista

Reflexão sobre o sentido e o modo como têm surgido “Fortuna” e “Malogro” em trabalhos anteriores e no projeto em curso

No nosso Projeto, assim como em trabalho anterior, «Fortuna» e «Malogro» têm fundamentalmente os sentidos de «Riqueza» / «Prosperidade» / «Melhoria» e «Fracasso» / «Prejuízo», «Revés», respetivamente. Passaremos a apresentar o modo como têm surgido e surgem nos trabalhos por nós efetuados.

Em primeiro lugar, pretendemos questionar se as origens do Estado-Providência para as Mulheres permitiu a fortuna (prosperidade) das Mulheres trabalhadoras, principalmente das mães, ou se conduziu a malogros (fracassos), no sentido de serem discriminadas no mercado de trabalho.

Partimos da premissa, que procuraremos confirmar, que na origem do Estado-Providência relativamente às mulheres se encontraram as iniciativas particulares dos (as) trabalhadores (as) e do patronato que se entrecruzaram com a legislação e as concretizações dos Governos onde foram por estes consideradas mais relevantes. Pretendemos verificar se foi conseguida a fortuna (prosperidade) para as mulheres ou o malogro (fracasso) das suas expectativas.

Depois, temos como perspetiva perceber como diversas instituições públicas e privadas atuaram no apoio à maternidade e na 1ª infância, permitindo, ou não, a fortuna (prosperidade) das mulheres trabalhadoras.

Desde finais do século XIX, apesar da grande natalidade, as taxas da mortalidade infantil, principalmente nos primeiros anos de vida, eram muito elevadas, o que levou higienistas, médicos e puericultores a falarem no perigo da «degenerescência da raça», um malogro (fracasso) para o país, a nível militar e da força de trabalho.

As mulheres trabalhadoras sempre contribuíram para a fortuna (riqueza) do país, apesar do decréscimo na sua contagem na inserção no mercado de trabalho, em Portugal, de 1890 até 1940. Esta situação prende-se, fundamentalmente, com o modo como foram conceptualizadas as categorias nos diversos Recenseamentos Gerais da População, que refletiam a visão ideológica dos poderes políticos instituídos. Daí o aparente malogro (fracasso) das mulheres no mercado de trabalho, principalmente no período do Estado Novo, em que se defendeu o regresso das mulheres ao lar.

As mulheres trabalhadoras tiveram desde finais do século XIX preocupações no âmbito associativo, pelo que estiveram presentes no movimento mutualista, tanto nas associações mistas, como exclusivamente

femininas, contribuindo para a sua fortuna (prosperidade). Como alguns autores, eminentes mutualistas e associações mistas consideravam que as mulheres produziam malogro (prejuízo) nestas, fundamentalmente por o número de sócias doentes se apresentar superior, foram constituídas várias associações mutualistas só femininas, em meio cidadão, algumas tendo mantido uma longevidade até aos anos trinta. O malogro (fracasso) do mutualismo durante o Estado Novo reflete a situação vivida por todo o movimento associativo em que a ditadura vigiou e (ou) coartou a vida associativa.

A assistência às Mulheres trabalhadoras ocorreu tanto na esfera pública como na privada. Após o final da Roda dos expostos, no início dos anos 70 do século XIX, algumas famílias trabalhadoras da capital, destacando-se as mães domésticas, trabalhadoras domésticas e serviçais terão recorrido a diversos apoios da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, devido a malogros (revés) diversos: solidão, abandono pelos pais dos seus filhos, morte ou doença grave. Esses mesmos malogros (revés) levaram as mulheres a recorrer a diversas redes de assistência materno-infantil como maternidades, lactários, creches, cozinhas económicas, sopas de caridade e dos pobres que, de algum modo, permitiram uma certa fortuna (melhoria) durante, pelo menos, um determinado período de tempo.

As questões sobre o trabalho feminino sempre foram alvo de reflexão na Europa e nos Estados Unidos da América pelas implicações na família e na maternidade. Se por um lado o trabalho das mulheres era visto como uma forma de emancipação feminina, ele era, sem dúvida, uma forma de aumentar a fortuna (prosperidade) das famílias, demonstrando o malogro (fracasso) da ideologia dominante do “homem ganha - pão”.

Desde finais do século XIX que são implementadas leis «protetoras do trabalho feminino», que nos levará a discutir se conduziram à proteção ou à discriminação das mulheres, nomeadamente das mães no mercado de trabalho. Em suma, se permitiram a fortuna (prosperidade) das famílias, levando as mulheres a permanecerem mais tempo em casa cuidando das suas famílias, ou se pelo contrário se se tornou um malogro (prejuízo) para o próprio rendimento familiar, especialmente das mulheres mais isoladas.

Seguindo de perto a evolução da segurança social em Portugal – da assistência à previdência social, a partir da legislação e de indicadores estatísticos demográficos, procuraremos perceber quando conseguiram as mulheres obter direitos sociais como mães e trabalhadora que possibilitaram a fortuna (prosperidade) para estas mulheres e suas famílias.

Em conclusão, pretendemos averiguar se os direitos sociais adquiridos pelas mulheres na altura da Maternidade foram uma componente de fortuna ou um malogro para as suas vidas e das suas famílias, discriminando-as, ou não, no mercado de trabalho.

HISTÓRIA URBANA

FORTUNA E MALOGRO: REFLEXÕES SEMÂNTICAS PARA O WORKSHOP

Magda Pinheiro

1. As palavras e as imagens

Dicionário de Moraes e Velho, 1831, vol. II, p. 52

Fortuna [extrato]

Sorte, destino, risco, dita, perigo, ventura, boa ou mé, felicidade ou desgraça, sucesso, bom ou mau. “Em ambas as fortunas humildoso”. “Teve fortuna,” (na lotaria). “Passámos tanta fortuna” trabalhos. [...] Incerteza, posses, riqueza, cabedais, faculdades, destino, sorte. “Ventar a fortuna de alguém” favorecer. “Soldado da fortuna” o que não é nobre. “Vencer a fortuna” superar trabalhos. [...]

Lacerda, Português Inglês, 1882, p. 462

Fortuna [extrato]

Fortune, the goddess of fortune, the power supposed to distribute the lots of life according to her own humor. Chance, preferment, risk, fate, destiny. Boa ou má fortuna, good or bad luck. Good or ill run (at play). Fazer fortuna – to make one’s fortune, to rise in the world. Filha da Fortuna, wore. Soldado de fortuna, a volunteer. Roda da fortuna, the Wheel of fortune. Que tem fortuna, fortunate. Boa fortuna, fortunateness. Saber a fortuna, fortune tellers.

Moraes e Velho, 1831, tomo I, p. 266

Malogro

Malograr, lograr mal, desperdiçar, desbaratar alguma pessoa ou coisa de que se podia tirar lucro, proveito, utilidade, “as más instituições às vezes, ou sempre malogram a mocidade de esperanças?, “ a sua imprudente aceleração malogrou os intentos, e bem fundadas esperanças”. “ Malograr a vida; os talentos, serviços, virtudes desatendidas”. Fazer com que se não aproveitem, que se percam, inutilmente, baldem, ou tornem mal”. “ o comer não se vos malogra”. Malograr-se, Não se lograr, não ter bom êxito, não se conseguir uma coisa que se diligenciava, não se aproveitarem os meios para os fins. (...)malogrou-se a criança ao nascer, decrescer, malogrado príncipe, morto antes de nascer.(...)

Miriam Philibert, *Dictionnaire illustré des Mythologies*, Paris: Lodi, 1997.

Fortuna, Déesse romaine de la fortune

1. Son culte débute au temps du roi Servius Tullius. Il a une chance insolente et il se prétend fils de la Fortune, alors que son père est un esclave. La déesse viendrait lui rendre visite la nuit, par une ouverture dans le toit. Agent du destin, elle a un côté fantasque et plutôt versatile.

Le plus connu de ses temples se situe à Pénestre. Il y avait une urne remplie de tablettes que les enfants avec la main de l'innocence, tiraient. Quand les consultations devenaient trop nombreuses et que l'urne se vidait, le signe était considéré comme néfaste.

Hall's Dictionary of Symbols in Art, introduction by Kenneth Clark, 1974. SULFOCK. p.127

Fortune

Has two aspects (1) the inconstant goddess of antiquity revived by the Renaissance, who bestows her favors at random, and (2) the medieval Dame Fortune turning her wheel.

1. The goddess is naked and usually winged. To Apuleius she was blind and even eyeless, because of the way she rewards the unworthy or the positively wicked. Hence she is sometimes Blindfold. Her commonest attribute, a globe on which she stands or sits, originally indicated instability, but to the renaissance it was rather the world over which her sway extended. Fickleness suggests vice, hence Fortune on her globe sometimes stands contrasted with the personification of Virtue who rests on a solid block or cube, the symbol of stability. [...]

2. A wheel was associated with fortune in classic antiquity. Boethius (480-524) in the consolation of Philosophy described Fortune wheel as that which raises the fallen and abases the proud. A hopeful figure is carried up on one side of the wheel, another at the top wears a crown, while on the other side a third in rags tumbles off, and perhaps a fourth lies on the ground.



Fig. 1: A roda da fortuna

2. Utopias e Realidades

Fortuna e fracasso são conceitos que dependem de construções que se articulam em torno de parâmetros produzidos em cada momento e que servem de comparação.

O conceito de fortuna é polissémico pois por um lado enfatiza a o carácter aleatório de toda ação humana dependente da deusa. Por outro a vaidade representada por querer alterar o curso do destino querido pela Dama Fortuna. Em português o sentido da palavra é também enriquecimento ou seja boa fortuna.

A medida da fortuna e do malogro faz-se por comparação com as utopias que lhe estão subjacentes.

Quando em 1974/75 iniciei a preparação da tese de mestrado intitulada *A introdução dos caminhos-de-ferro em Portugal*, esta inseriu-se no contexto de um seminário de Pierre Vilar cujo tema era a crise do pensamento de progresso. Pierre Vilar partiu então do exemplo do pensamento económico e demográfico subsequente à crise económica de 1929. Escolhi o tema por ter lido o livro de Victor de Sá *A Crise do Liberalismo*. Ao confrontar esse livro com os textos publicados pelos publicistas portugueses da época pude constatar que pelo contrário havia um pensamento extremamente otimista que apresentava Portugal como o diamante em bruto da Coroa, que apenas carecia de ser lapidado para se tornar infinitamente valioso. A economia liberal ao sair dos bancos da academia e chegar ao poder acabaria com o atraso. Os obstáculos a essa milagrosa transformação eram ignorados.

O carácter «especulativo» das técnicas de ganhar foi por António Hespanha oposto à «desventura de perder»¹. A especulação poderia ser produto de conjeturas esperanças ou temores que se afastavam da boa-fé ou confiança que devia presidir à atividade económica. Falhar, *failure*, *faillite* em francês são palavras com a mesma origem que falência, o termo português para a crise insolúvel de uma empresa.

A minha tese de doutoramento procura mostrar que as utopias se confrontam com a realidade e que o resultado da ação nunca atinge as expectativas utópicas. As crises económicas são momentos em que esse confronto se afirma e representam a quebra da confiança no progresso. Quer comecem nos investidores, quer se estendam aos diversos atores sociais, correspondem a uma reescrita do período anterior cujos fatores negativos são então enfatizados.

Quanto muito, em circunstâncias de ausência de liberdade criam-se ficções eliminando todos os que discordam ou põem objeções quanto à coincidência entre a utopia e a realidade.

¹ «Instituições e quadro legal» in Lains & Silva (2000), *História Económica*, p. 433.



Fig. 2: Os pecados dos humanos no caminho para o Céu
 Herrad of Hohenbourg / Hohenburg / Landsberg (d. aft. 1196)
<http://home.infonline.net/~ddisse/herrad.html> 30 de Novembro 2011

A confiança depende de fatores variados em que a informação e difusão dos indícios é complexa. A construção dessa informação em Portugal dependeu da progressiva construção de estatísticas. Estas foram em grande parte baseadas nas necessidades do Estado e não as podemos desligar da situação socioeconómica em que se inserem. Não são dados objetivos são construções dependentes dos objetivos dos agentes do Estado que refletem as circulações de poder na sociedade. Os melhores economistas estão cientes desta realidade. Victor Constâncio apresentou uma comunicação sobre este tópico a um dos encontros da APHES.

Procurei por outro lado demonstrar que o excesso de otimismo era indispensável ao lançamento dos empréstimos necessários para que o investimento privado necessário para que a modernização se concretizasse. Os juros das obrigações sempre foram muito elevados e em situação de crise tornavam visível que o crescimento produzido pelo investimento público e privado não era suficiente para os pagar.

Na linha de investigação sobre História Urbana estes problemas são também candentes. O Urbanismo (no sentido de Planeamento Urbano) é uma utopia em permanente reconstrução na qual se

afrontam engenheiros, arquitetos, decisores económicos e políticos a diversos níveis. A cidade, na pluralidade dos seus habitantes e dos constrangimentos que o seu território impõe, tem outros atores cujas práticas e desejos também se confrontam em permanência. A situação não é dos nossos dias ao longo da história esse confronto foi permanente. Traduziu-se em duas imagens contrapostas. A cidade como *Jerusalém na terra* ou como *Babilónia*. Nem uma nem outra existem ou existiram a não ser para crentes ou nos quadros de pintores.

Tomemos a cidade de Brasília. Uma maravilha de desenho urbano e arquitetura. Apresentemos um ponto negro, o esquecimento do habitante comum. O resultado é a existência de um enorme subúrbio de habitação clandestina afavelada. Mas será a favela a babilónia produzida pelo urbanismo CIAM. Não em São Paulo dominou o urbanismo cidade Jardim e as favelas lá estão. Mais perto de nós podem ser o produto do planeamento cidade-jardim praticado na chamada idade de ouro do Urbanismo português (só para os urbanistas claro!).

Conhecer as normas e as práticas urbanas permite-nos descrever melhor os processos de formação da cidade contemporânea para entender os arquétipos do malogro (do não lograr) e da Fortuna desejada. Compreender a formação dos agentes, as expectativas dos atores sociais e descrever normas, as transgressões e as concretizações é indispensável.



Fig. 3: O urbanismo Cidade Jardim confrontado com a ocupação das quintas que separavam os núcleos urbanos pelos migrantes. Fotografia de Magda Pinheiro. Almada, 1968

HISTÓRIA DAS TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS DE EDIFÍCIOS CORRENTES, DE HABITAÇÃO, EXISTENTES NA CIDADE DE LISBOA, DE INÍCIOS DO SÉC. XVIII ATÉ À DÉCADA DE 1930

Clara Bracinha Vieira

Semântica das palavras:

Dicionário Prosodico de Portugal e Brazil. António José de Carvalho e João de Deus. Porto, 1913:

Fortuna. Acaso, eventualidade; destino, fado; ventura; felicidade; infelicidade; risco, perigo; divindade do paganismo; estado, condição; êxito; bens, riqueza.

Mallogro. Resultado inútil; mau êxito.

Novo Dicionário de Língua Portuguesa para os Estudantes e para o povo. Francisco Torrinha. Porto, 1946:

Fortuna – O que sucede por acaso; sorte; eventualidade; ventura; revés da sorte; riqueza.

Malogro – Efeito de malograr,

Malograr – Inutilizar; fazer gorar. Gorar-se; perder-se prematuramente.

Dicionário da língua portuguesa. J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo. Porto Editora, 5.ª Edição:

Fortuna – Sorte ou ventura, boa ou má; sucesso imprevisto; dita; felicidade; fatalidade; êxito; destino; fado; risco; perigo; condição; riqueza; haveres.

Malogro – Efeito de malograr; êxito desfavorável; frustração; revés.

Grande Dicionário da Língua Portuguesa. José Pedro Machado. Coordenação de José Pedro Machado. Amigos do livro Editores, 1981:

Fortuna – O que sucede por acaso. Sucesso imprevisto. Felicidade, ventura, dita; prosperidade; sorte. À *fortuna, por fortuna*, ao acaso, por perigo, incerteza. Tanto se emprega, absolutamente, no sentido de boa sorte como de má sorte. Especialmente, desgraça, desventura, revés da sorte, adversidade, trabalhos. Adiantamento; elevação em honras, glórias; protecção, favor. Merecimento, mérito. Sucesso; nomeada; êxito, estrondo. Fazem-se frequentes alusões à roda em que alegoricamente pintam a Fortuna para significar as revoluções e vicissitudes na vida humana. Especialmente a lotaria. Riqueza, bens, haveres, teres, opulência, dinheiro, é unanimemente condenado como galicismo, ainda que unanimemente empregado (aliás, esta aceção em francês é moderna).

Malogro - Ação ou efeito de malograr; inutilidade, falta de resultado, fracasso. Dano, prejuízo.

Semântica da arquitetura habitacional:

Fortuna versus Malogro:

«O contraste entre a Herdade e o velho solar era perfeito.

Ela graciosa e alvejante, ele severo e sombrio; de um lado todos os sinais de atualidade, de vida, de trabalho, da indústria que tudo aproveita, que não dorme, que não descansa; a economia, a previdência, o futuro; do outro, o passado, a tradição estéril, o silêncio, a incúria, o desperdício, a ruína: a cada pedra que o tempo derrubava do palácio, correspondia uma que se assentava na Herdade para alicerces de novas construções; aqui desmoronava-se um pavilhão, ali levantava-se um celeiro, uma azenha, um lagar; aos velhos carvalhos, às heras vigorosas, aos aveludados musgos, aos líquenes multicolores, severas galas com que se adornava a casa nobre, opunha a Herdade os pomares produtivos, as ondulantes searas, os prados verdes, as vinhas férteis, e, próximo da casa, os canteiros de rosas e balsaminas onde volteavam incessantes as abelhas das colmeias vizinhas. Nas amplas cavaliças do palácio, onde outrora relinchavam dúzias de cavalos das mais apuradas raças, ainda batiam com impaciência no lajedo dois velhos exemplares de bom sangue, cujo sacrifício a economia não exigira ainda; nas mais modestas cavaliças do casal, duas éguas robustas, prontas para o serviço, e domáveis por uma criança, preparavam-se em fartas manjedouras para frequentes e longas excursões; e ao entardecer abriam-se os currais e numerosas cabeças de gado, cujos mugidos chegavam até o alto da Casa Mourisca, onde o velho fidalgo muitas vezes os escutava, pensativo e melancólico.

Por que prosperava a Herdade, e por que declinava o palácio? Se de tão pouco se chegara a tanto, como se podia cair de tanto em tão pouco?»¹

O palácio é a imagem do **malogro**, porque «D. Luís nunca propriamente se ocupara da gerência dos seus bens. Fiel aos hábitos aristocráticos dos seus maiores, deixara desde muito a procuradores todos os cuidados da administração, e de quando em quando recebia deles a notícia de que a sua casa se estava perdendo, sem que se lembrasse de perguntar a si próprio se não seria possível opor um obstáculo àquela ruína»²

Da casa da herdade sabemos só que era «graciosa e alvejante».

Mas como era a Casa Mourisca?

«Às pequenas torres quadradas, que se erguiam, coroadas de ameias, nos quatro ângulos do edifício, ao desenho ogival das portas e janelas, às estreitas seteiras abertas nos muros, e finalmente a certo ar de castelo feudal, que um dos antepassados desta fidalga família tentou dar aos paços de sua residência senhoril, devera ela a qualificação de mourisca, que persistira, apesar dos protestos da Arte. Nenhum estilo arquitetónico fora na construção escrupulosamente respeitado; o gosto e capricho do proprietário presidiram mais do que tudo à graça e execução da obra...

¹ Júlio DINIS. *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Porto: Livraria Figueirinhas, p.6.

² *Idem*, p. 12 e 13.

... quem, ao dobrar a última curva da estrada irregular por onde se vinha à aldeia, via surgir de repente do seio de um arvoredado secular aquele vulto escuro e sombrio, ... mal podia reter uma exclamação de surpresa ...

O tempo não se limitara a colorir o velho solar com as tintas negras da sua paleta; derrocara-lhe aqui e além uma ameia ou um balaústre do eirado, mutilara-lhe a cruz na capela, desconjuntara-lhe a cantaria em extensos lanços de um muro, abrindo-lhe interstícios, donde irrompia uma inútil vegetação parasita...»³

Esta descrição evoca, não a tipologia de uma casa senhorial do norte de Portugal mas sim, o gosto romântico de meados do século XIX, contemporâneo do autor (1839-1871). É mais o Palácio da Pena do que o Paço de Giela. Assim, a casa romântica traduz a ideia de **malogro**. O que a caracteriza? As torres, as ameias, as janelas ogivais e, no piso inferior, as seteiras, elementos dispostos segundo uma planta irregular, e paredes escuras, de pedra aparente.

Ainda assim, são os mesmos elementos da arquitetura romântica que os novos industriais e os emigrantes bem sucedidos, em finais do século XIX e inícios do século XX, vão eleger como representação do seu recente estatuto de ricos mas num gosto eclético, onde se misturam elementos neogóticos, neoárabes, e Arte Nova. As suas moradias, nas cidades e no campo, são exteriormente carregadas de elementos decorativos e de simbologia de poder.

Fortuna entendida como êxito e também como sucesso imprevisto

«O exemplo de Aveiro, é, desde há muito, para quem o conhece, um indicativo da extraordinária **fortuna** (sucesso) que no plano construtivo a arquitectura Arte Nova teve no nosso país.»

Em Aveiro, as casas Arte Nova das duas primeiras décadas do século XX, são o testemunho do enriquecimento de um grupo de «capitalistas» que ascenderam à **fortuna** numa geração e graças ao trabalho, quer na pequena indústria nacional quer na emigração para a África ou para o Brasil.

Numa casa construída em 1914, por um emigrante em Salreu, a simbologia dos elementos decorativos representando em azulejos a figura de Mercúrio empunhando um caduceu, remetem para a «força geradora de matéria». Também num outro painel de azulejos existente no jardim da mesma casa, sob o retrato do proprietário lê-se a divisa *Labor Omnia Vincit* (o trabalho duro tudo vence).⁴

Assim, para essa gente, a **fortuna** como sinónimo de riqueza, pode ser construída com trabalho, sacrifício e determinação, vencendo a **fortuna** como sinónimo de acaso e destino.

A boa **fortuna** espelha-se na profusão dos elementos da fachada de uma casa, em especial as pedras esculpidas por canteiro que representam símbolos de poder como as águias devorando serpentes e as

³ Idem, p. 6 e 7.

⁴ Maria João FERNANDES (2008). *Arquitetura Arte Nova, uma primavera eterna*, Aveiro: Edições C. M. Aveiro, p. 141.

cabeças de leão, mas também poéticos como as cabeças de meninas, e as flores representadas na azulejaria e nos ferros forjados.

O uso da semântica da arquitetura residencial romântica do **malogro** da aristocracia, mantém-se paradoxalmente nas casas dos emigrantes retornados à sua terra natal na região de Aveiro, para expressar a sua boa **fortuna**: As moradias continuaram, até aos anos setenta do século XX⁵, a evocar os embasamentos de pedra com seteiras, as torres (ainda que reduzidas a um corpo proeminente) encimadas por cataventos de ferro forjado, as janelas amaineladas e mesmo as ameias.⁶

⁵ Clara VIEIRA e Raul VERISSIMO (1982). «As casas dos emigrantes na região de Aveiro», *Revista Arquitectura*, n.º145, Fevereiro.

⁶ Clara VIEIRA e Raul VERISSIMO (1989). «Formalismo e valores simbólicos nas casas dos emigrantes da região da ria de Aveiro», *Revista Sociedade e Território*, Ano 3, Fevereiro, p. 51.

SOCIABILIDADES BOÉMIAS EM LISBOA (1840-1929)

Cecília Vaz

A boémia encontra-se frequentemente associada a uma prática de sociabilidade que apresenta o termo «fortuna» na sua própria designação: os «jogos de fortuna ou azar». Enquanto forma de entretenimento para os tempos de ócio, os «jogos de fortuna ou azar» tiveram um impacto fortíssimo na sociedade portuguesa, sendo praticados por todos sem distinções sociais, etárias, profissionais ou mesmo género. Em Lisboa, o fenómeno intensifica-se especialmente a partir de finais do século XIX.

No Artigo 1.º do Decreto n.º 14 643 de 3 de Dezembro de 1927 entende-se por «jogos de fortuna ou azar» todos aqueles «cujos resultados são inteiramente contingentes, não dependendo a perda ou o ganho da perícia, destreza, inteligência ou cálculo do jogador».

«Fortuna», nesta definição, remete-nos para o «acaso», a «incerteza» de resultados «inteiramente contingentes», sinónimo de uma «sorte» que se contrapõe ao termo «azar». A conjunção coordenativa disjuntiva «ou» indica-nos que os dois termos são apresentados como alternativas: o resultado do jogo seria o azar, «a perda», ou a fortuna, «o ganho». A conjunção «ou» na língua portuguesa liga normalmente duas alternativas que se excluem mutuamente (disjunção exclusiva). Contudo, e dependendo do contexto, também pode ser usada sem que uma das alternativas exclua obrigatoriamente a outra, implicando antes a possibilidade de ambas (disjunção inclusiva): assim, uma interpretação possível para esta expressão seria que os jogos poderiam ser designados como «jogos de fortuna» ou como «jogos de azar», duas designações possíveis e equivalentes. Sorte e azar são dois lados da fortuna: esta tanto pode ser adjetivada de boa, como má. A fortuna é inconstante, instável, reversível, tem tanto de ventura como de contrariedade. Já o malogro remete para uma ideia de perda prematura, algo que não chega a ser. Não há bom malogro. O malogro é irreversível.

O termo «fortuna» pode aqui ser também interpretado na sua aceção de «ganho», lucro, riqueza proveniente do jogo, ou nele malograda. O jogo significa «fortuna» também para quem beneficia das licenças emitidas. Apesar de proibido no Código Penal de 1886, encontrávamos no Código Administrativo a permissão de as Câmaras Municipais tributarem sociedades de recreio, nas quais se incluíam os casinos e outros locais onde se praticavam os jogos de azar. Os lucros que estas casas proporcionavam justificavam a sua tolerância. Segundo Irene Vaquinhas, a expansão de casas de jogo é mesmo incentivada de forma indireta pelas autarquias devido aos lucros financeiros daí decorrentes, uma vez que as receitas próprias camarárias eram

escassas e insuficientes para fazer face às despesas, pelo que o licenciamento dos locais de jogo era uma importante fonte de receitas, equilibrando as finanças locais¹.

O Decreto n.º 14 643 de 1927 restringe os jogos de azar aos casinos apenas autorizados em dois tipos de zonas delimitadas: duas permanentes («uma abrangendo os Estoris e outra a ilha da Madeira») e seis zonas temporárias (Santa Luzia, Espinho, Cúria, Figueira da Foz, Sintra e Praia da Rocha).

Na tolerância da existência de casinos em locais de veraneio e a sua repressão em Lisboa, parece desde logo evidente a conotação da capital com um espaço de trabalho e produtividade onde algum tipo de espaços de lazer não tinha cabimento: o jogo vicia e acarreta problemas de marginalidade que no contexto de uma grande cidade seriam agravados por se tratar de um espaço de grande heterogeneidade social. Por sua vez, os locais de veraneio caracterizam-se por uma maior hegemonia social, uma vez que são as classes mais favorecidas que a eles sazonalmente tinham acesso, considerando-se que aí faziam do jogo um divertimento esporádico.

Da «fortuna» pessoal dos jogadores parece também depender a tolerância do jogo. Embora não fosse de forma alguma uma prática exclusiva das classes mais favorecidas, a tolerância política face ao jogo parece aumentar no que diz respeito aos estabelecimentos que têm neste grupo social o seu público-alvo. O operariado e as restantes classes populares são afastados do jogo ao legislar a obrigação da construção de «estabelecimentos modelares e sumptuosos» para os casinos, o que automaticamente excluía igualmente «um público de baixa extração económica e social», mesmo se residisse permanentemente nas proximidades destes locais.

¹ Irene Vaquinhas apresenta o caso da Figueira da Foz, onde as taxas sobre casinos chegaram a render um máximo de 91,4% do total do orçamento camarário em 1912, como significativo exemplo do peso e dependência das licenças sobre o jogo nas receitas próprias municipais. Nesta cidade a suspensão do jogo chegava a pôr em causa a manutenção de serviços essenciais ao funcionamento quotidiano desta cidade. Contudo, tal não seria o caso de Lisboa. Irene VAQUINHAS (2006). *Nome de Código " 33856 "*, Lisboa: Livros Horizonte.

CRIMINALIDADE, DESVIO E CONTROLO SOCIAL EM CONTEXTOS URBANOS

Maria João Vaz

Nos temas que pesquiso, em particular os relativos à marginalidade, à criminalidade, à justiça penal, ao controlo social e ao policiamento, para o período contemporâneo, procurarei aferir a construção da fortuna e do malogro, entendendo a primeira como bom êxito e a segunda como mau êxito, em dois sentidos:

- Nas trajetórias de vida dos atores que compõem o mundo da marginalidade e da criminalidade: de que forma, direta ou indiretamente, a fortuna ou o malogro são percecionados e descritos como contribuindo para explicar trajetórias individuais e/ou de grupo que surgem descritas como ligadas à marginalidade e/ou à criminalidade? Procurarei ainda detetar e definir os elementos que são considerados na época como contribuindo para a construção da fortuna ou para a construção do malogro, relativamente a estas mesmas trajetórias sociais de indivíduos e/ou de grupos.

- Na definição, implementação e avaliação das políticas (nacionais e locais) relativas à justiça penal e nas medidas de combate à criminalidade e à marginalidade: de que forma a fortuna e o malogro são considerados e utilizados como elementos justificativos das medidas que vão sendo pensadas e, ainda, o uso que destes dois termos se faz no que respeita à avaliação dessas mesmas medidas.

FORTUNA E MALOGRO NAS POLÍTICAS DA DROGA

Lúcia Dias

As questões relativas à «droga» vem assumindo uma textura complexa, anexas a importantes modificações ao nível das dinâmicas sociais, culturais, políticas, legais e económicas na sociedade mundial.

A resposta ao fenómeno das drogas em Portugal tem sido assegurada pela tomada de um conjunto de posições sociais, dispositivos legais e estratégias políticas, nomeadamente a partir de 1924, data da primeira legislação portuguesa sobre drogas.

Assim, a evolução das políticas das drogas em Portugal tem sido marcada por uma tendência evolutiva de continuidades, interrupções, revisões e previsões em função dos contextos políticos, sociais e económicos em que se insere.

Desenvolver uma Política Nacional sobre Drogas representa um esforço coletivo de natureza multidisciplinar; um conjunto de ações com o objetivo de controlar o uso e tráfico de drogas ilícitas e sua extrema conexão com a saúde, bem-estar social e as bases de uma governação eficaz.

Repensar e planejar políticas efetivas e eficazes ao nível das drogas implica proceder a uma avaliação das políticas das drogas, ao longo da história, reconhecendo os seus pontos de fortuna e de malogro, de sucesso e de insucesso de eficácia e de ineficácia.

É neste quadro avaliativo que podemos afirmar que a questão das políticas das drogas tem sido vivida de forma paradoxal. O paradoxo resultou do próprio sistema das relações políticas que se foram estabelecendo pelo período de 1924 e 2000, entre um modelo criminal e o assumir de um novo sistema assente na descriminalização do consumo de drogas, vistos tanto como sistemas afortunados ou malogrados.

A dimensão social e política do fenómeno veio revelar que a aposta dos governantes parece dever incidir na continuidade das políticas públicas, devendo reconhecer-se que a sua descontinuidade ou sucessivas interrupções destroem a potencialidade de um crescimento maturativo das políticas que, certamente, conduziria a uma transformação da atitude social face ao fenómeno das drogas na sociedade portuguesa e a um sucesso permanente do sucesso das políticas das drogas.

Mais do que uma estratégia territorial é necessária uma política pública territorializada, enraizada e continuada, para que, deste modo, possa obter-se um conhecimento adequado do fenómeno e possam implementar-se programas e projetos eficazes no domínio das drogas. A prioridade do poder político deve, por tudo isto, incidir na sustentabilidade das políticas.

Será no âmbito da avaliação das políticas das drogas implementadas em Portugal no período que vai de 1924 ao ano 2000, considerando os resultados defendidos pelos poderes e as perceções sociais que sobre elas se afirmam, que pretendo explorar as ideias da fortuna, correspondendo a uma avaliação positiva, ou

do malogro, que corresponderá a uma avaliação negativa. Detetar os elementos e as ações que foram considerados como contribuindo para a construção da fortuna ou do malogro será outra linha possível de análise.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ESTUDOS COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS

FORTUNA E MALOGRO: NOTAS PARA O ENCONTRO DE DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Luís Nuno Rodrigues

Dentro do grupo de investigação «Relações Internacionais, Estudos Coloniais e Pós-Coloniais» o enquadramento conceptual proposto pela expressão «Fortuna e Malogro» permite um conjunto de abordagens que considero serem pertinentes e que, aliás, já estavam presentes no texto produzido pelo responsável deste grupo para o projeto estratégico global do CEHC-IUL.

Na verdade, as principais linhas de pesquisa desenvolvidas no seio do grupo «Relações Internacionais, Estudos Coloniais e Pós-Coloniais» apoiam-se em dois princípios fundamentais e relevantes para o enquadramento geral do referido projeto estratégico: o primeiro é a ideia de que a História de Portugal necessita de ser integrada em contextos e estruturas internacionais mais vastos e complexos, nomeadamente os que caracterizam a história mundial e europeia dos séculos XIX e XX; o segundo é a tentativa de ultrapassar uma visão mais paroquial da História de Portugal e a perspetiva tradicional do «excepcionalismo» português em favor de uma agenda comparativa para a historiografia portuguesa.

De acordo com estes dois princípios fundamentais, o grupo de investigação estabeleceu dois grandes objetivos no âmbito do projeto «Fortuna e Malogro»: o primeiro será analisar a integração de Portugal nos diversos sistemas internacionais das épocas moderna e contemporânea e avaliar a importância das relações internacionais nas «fortunas» e nos «malogros» das estratégias nacionais durante esses períodos; o segundo será desenvolver uma análise comparativa do colonialismo e da descolonização portugueses, tendo em conta outras experiências europeias em termos de colonialismo e descolonização, como a britânica, a francesa, a belga, entre outras. Um ponto essencial deste segundo objetivo será o de avaliar o papel da «questão colonial» na «fortuna» e no «malogro» dos regimes políticos do Portugal contemporâneo.

Idealmente, os diversos investigadores deste grupo de investigação poderiam elaborar textos sobre os seus temas específicos de investigação que, de alguma maneira, refletissem as preocupações acima enunciadas. Não se tratava de desenvolver novos projetos de investigação – embora essa perspetiva também deva ser colocada, especialmente em termos das oportunidades abertas pelos grandes concursos europeus de financiamento – mas antes de utilizar os resultados de pesquisas em curso – projetos, dissertações de

doutoramento, teses de mestrado – e de os «ler» e «interpretar» de acordo com o enquadramento conceptual proposto pela expressão «Fortuna e Malogro».

A COOPERAÇÃO PARTIDÁRIA TRANSNACIONAL LUSO-ALEMÃ E O SUCESSO DA FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES DURANTE A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1982)

Ana Mónica Fonseca

O presente projeto tem como objetivo avaliar o grau de sucesso das estratégias delineadas pelos partidos políticos alemães (SPD, CDU/CSU e FDP) no apoio às forças partidárias portuguesas no imediato pós-25 de Abril. Com a exceção do Partido Socialista, os principais partidos pró-democráticos portugueses se formaram na sequência do golpe de 25 de Abril de 1974. O PPD surgiu em Maio desse ano, e o CDS apenas alguns meses mais tarde, em Julho. Apesar de algumas dificuldades iniciais, estes partidos conseguiram estabelecer contactos partidários internacionais que se tornaram uma importante fonte de apoio, político e material.

De um modo geral, os partidos alemães terão sido dos mais influentes e ativos no auxílio aos partidos portugueses. O Partido Social-Democrata (SPD), atuou intensamente junto do PS, mas também do PPD; o Partido da União Democrata-Cristã (CDU/CSU), foi importante junto do CDS e o Partido Liberal (FDP), apesar de começar os seus contactos com forças portuguesas um pouco mais tarde do que os restantes, apenas por volta de 1976, tornou-se influente junto do PPD.

Para avaliarmos qual o grau de sucesso de cada um destes partidos junto dos seus equivalentes portugueses iremos, em primeiro lugar, definir claramente quais os objetivos delineados por cada um dos partidos e quais as estratégias para os atingir. Em segundo lugar, tentaremos analisar como foi feita a implantação dessa estratégia para depois aferirmos então qual o grau de sucesso atingido. Deste modo, poderemos compreender qual o impacto da cooperação partidária transnacional para a construção da fortuna dos partidos políticos portugueses durante a transição e consolidação democráticas portuguesas.

FADO TROPICAL: O LUSO-TROPICALISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Marcos Cardão

Se partirmos do princípio que a «fortuna» e o «malogro» são conceitos opostos assimétricos, e que um conceito não existe sem o outro, então temos uma espécie de união de opostos, ou dialética. Em «Valences of the Dialectic» (Verso, 2009), Fredric Jameson procura ressuscitar um termo que parece ter caído em desuso: a dialética. Curiosamente, o enquadramento conceptual do projeto estratégico «construção da fortuna e do malogro» parece remeter para a operacionalização de uma leitura dialética da História.

O conteúdo binário dos dois termos (fortuna *versus* malogro) e a relação que existe entre eles oferece-nos uma forma de mediação para ler a História. Uma forma que não só valoriza o carácter produtivo das contradições, como envolve uma atenção particular ao modo como o falhanço (de uns) se pode reverter em sucesso (de outros), e vice-versa. Para Fredric Jameson a dialética é um modo de interpretação metacrítico, que empreende uma crítica do seu próprio pensamento, ou um processo de auto-reflexão que historiciza a interpretação, bem como as escolhas teóricas utilizadas pelo próprio intérprete. Ou seja, a dialética é um princípio que procura articular e relacionar diferentes esferas (culturais, económicas sociais e políticas), dando conta das possibilidades, limitações, oportunidades, obstáculos que existem num dado momento histórico.

No caso da minha investigação sobre a reprodução do luso-tropicalismo na segunda metade do século XX, a «fortuna» e o «malogro» são dois conceitos em movimento que querem dizer diferentes coisas segundo o grupo que os utiliza. Para os prosélitos do ultramar a «fortuna» era a existência de um «modo português de estar no mundo», materializada em diversos lugares, designadamente na cultura de massas, que recriava a proverbial tolerância dos portugueses. Para os movimentos anticoloniais essa «fortuna» era considerada um «malogro», como procurou demonstrar Mário Pinto de Andrade que, sob o pseudónimo de Buanga Fele, publicou na revista *Présence Africaine* o artigo «O que é o Luso-tropicalismo» (1955). Nesse artigo, Mário Pinto de Andrade denunciou as generalizações prematuras do luso-tropicalismo, demonstrando que a apregoada mestiçagem era rara e a reciprocidade cultural praticamente inexistente.

Resumindo, o sucesso de uma ideia, ou a sua hipotética materialização, era considerado um insucesso para outros. Consoante fosse a sua posição política, ou orientação ideológica, cada agente histórico fazia interpretações diferentes sobre o mesmo facto. O êxito ou fracasso do luso-tropicalismo dependia do sujeito que fazia a interpretação e dava conta das possibilidades, limitações, oportunidades, obstáculos que existiam em torno do «modo português de estar no mundo».

NOTAS SOBRE A SEMÂNTICA DO PROJETO – PALAVRAS FORTUNA E MALOGRO – NO SENTIDO EM QUE DECORREM DA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS MILITARES E A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Ana Mouta Faria

0.

A primeira impressão que experimentei ao olhar para o enunciado do projeto do CEHC-IUL, *A Construção da Fortuna e do Malogro*, foi de que na investigação que tenho em mãos, relacionada com a Descolonização Portuguesa, nada tinha para fazer a ponte com a temática englobante, não obstante o seu interesse:

- a verdade é que colocar a discussão do tema da descolonização portuguesa em termos de balanço entre Fortuna e Malogro (binómio antitético lido por mim como sinónimo de Sucesso/Insucesso) me parecia metodologicamente errado, na medida em que inevitavelmente impregnado das posições ideológicas de atores sociais do período de 1974-1976, e portanto envolvia/implicava um juízo. I. e., não era um análise histórica mas um debate político-ideológico – este, de resto, foi aceso e duradouro, e ainda hoje não encerrado – forçosamente envolvida em *partis-pris*/preconceito. Neste sentido foi aliás a breve discussão entre o Jorge Martins e eu, e por ali ficámos. Até que...

- uma expressão recentemente ouvida em conversa fez-me voltar à questão, desta vez em torno das atitudes assumidas pelos diversos atores sociais relativamente ao desfecho do ciclo imperial português. Trata-se do sintagma «a exemplar descolonização», cujo uso corrente tem em geral o mérito de esclarecer de imediato em qual dos campos o seu utilizador se situa face à descolonização portuguesa: se «a favor», se «contra». Ele serve agora para direcionar a participação do projeto específico em que estou envolvida no projeto conjunto proposto sobre o tema da Construção de Fortuna e Malogro, e que será a questão de construção das distintas práticas discursivas, observáveis na sociedade portuguesa face ao processo histórico da Descolonização;

- e porque hoje se trata de um seminário essencialmente sobre questões de Semântica na sua historicização, organizo as reflexões em torno da expressão «a exemplar descolonização», a qual, depois de ter nascido dentro do PREC aplicada à realidade específica colonial portuguesa (segundo creio), conheceu um processo de metamorfose de sentido que acompanhou a consolidação do campo dos vencidos/perdedores do fim do colonialismo português e acabou por se tornar um referente desse mesmo campo;

- as notas preparadas com pouquíssima antecedência carecem de uma revisão bibliográfica mais sustentada, nomeadamente quanto às relações entre Linguística e História (Régine Robin, *Histoire et*

Linguistique, 1973), e sobre a operação ideológica subjacente à longa vida de uma expressão que se mantém formalmente inalterada mas cujo sentido migra do campo político de onde é formulada para o campo político oposto.

1. Identificação dos campos: derrotados e vencedores na Descolonização dos Cravos

Numa conferência proferida em 2005 sobre *A Descolonização Portuguesa em Perspetiva Comparada* que aparece como primeira referência bibliográfica listada neste projeto, Valentim Alexandre sublinha «as dificuldades específicas do processo de descolonização relativamente aos territórios onde existiam populações brancas numerosas» (p. 57). E que inevitavelmente deram origem a uma categoria de perdedores/vencidos desses processos históricos, em África ocorridos na Argélia, no Congo Belga, na Rodésia do Norte, em Angola e Moçambique.

No caso português, essa população – globalmente designada por *retornada* – em geral perdeu com a mudança, enfrentou o trauma de reassentar raízes num outro país, e muitas vezes a partir do zero (mesmo dando de barato que uma pequena parte melhorou de condição à chegada a Portugal, facto hoje claramente admitido por retornados), e foi produzindo um discurso auto-identitário que exprime o trauma e a perda («vítimas», «espoliados do ultramar», etc.) veiculado inicialmente em alguma imprensa periódica de circulação restrita, em obras de autor que viam a luz sob chancelas editoriais conotadas com a resistência ao 25 de Abril e atualmente muito vivaz na blogosfera e noutros ambientes virtuais em que participam ex-colonos quase só de Angola e Moçambique (1 ex: retornadosdafrica.blogspot.com).

Uma outra categoria de vencidos pode ser aqui identificada tomando de empréstimo a formulação de Almeida Santos nas suas *Quase Memórias: «os defensores da política colonial e militar anterior a Abril»* (vol. 2, p. 436, itál. meu). É uma designação muito genérica, com o mérito de ser clara: engloba civis e militares, adeptos e sustentáculos da linha político-militar imposta pelo Estado Novo até ao seu derrube. Que são derrotados pela revolução de Abril/74 tanto nas suas certezas ideológicas como na sua hegemonia política. Um amplo conjunto de memórias hoje disponíveis documenta os seus esforços para saírem do silenciamento que a conjuntura revolucionária do PREC lhes impôs, quase sem exceção, nos primeiros anos. Engloba responsáveis militares e responsáveis políticos (incluindo o próprio Marcelo Caetano) e prolonga-se até aos nossos dias, quer através da atividade editorial quer da sua presença na blogosfera.

Uma terceira categoria de perdedores encontro-a situada *no interior do clero missionário católico*, embora os traços deixados sejam muito menos visíveis. A perda do seu estatuto privilegiado anterior, o abandono do território imposto a alguns eclesiásticos, como o bispo de Lourenço Marques nas vésperas do acordo de Lusaca, e atacadas fortemente as estruturas eclesiásticas no pós-independência pela FRELIMO e MPLA que lhes nacionalizaram os bens recebidos das mãos do estado colonial, o clero recuperou mais depressa do trauma, por um conjunto de elementos que não cabe aqui desenvolver, incluindo a valorização simbólica da vitimização que era identificada com as perseguições dos primeiros tempos do Cristianismo.

Fique dito que por enquanto apenas conheço esse discurso empiricamente, devido ao contacto com membros, em geral idosos, de ordens missionárias; um registo que ultrapasse a recolha de testemunhos orais no acaso da minha inserção social, e a caracterização das atitudes elaboradas no interior deste conjunto de pessoas está ainda por fazer e por analisar.

Quanto ao campo dos vencedores, apenas me refiro aos do lado português, porque é neste que tem origem a expressão escolhida para fio condutor destas reflexões: os responsáveis políticos de Abril, acima de tudo os mais diretamente relacionados com as negociações das independências africanas (os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial, ou o Presidente da República, depois do afastamento de Spínola); os responsáveis político-militares, quer os envolvidos nas mesmas negociações, quer os politicamente empenhados na transição para a democracia, politicamente organizados no MFA; e, dentro dos militares, os responsáveis do MFA comissionados nos diferentes territórios durante o PREC (sector de onde partiu a proposta do projeto específico em que estou a trabalhar); e, finalmente, os sectores de opinião pública portuguesa militantemente anticoloniais, não obstante as diferenças políticas verificadas nesse espectro.

2. O percurso do sintagma *Exemplar Descolonização*

A expressão foi inicialmente proferida, salvo erro, por Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, para rebater as críticas aos acordos negociados com os movimentos nacionalistas armados, situando-os ele no terreno dos entendimentos possíveis, dadas as condições internas e internacionais em que decorriam as negociações, e as relações de força daí decorrentes. Uma descolonização exemplar correspondeu igualmente à aspiração política dos oficiais do MFA que comandavam o poder político-militar em todos os territórios coloniais, e não apenas nos que foram palco da guerra colonial. Para os responsáveis militares significava fazer cessar a guerra com os seus adversários, garantir um clima de pacificação civil até à independência e assegurar uma retirada digna e honrosa das forças militares metropolitanas. As dificuldades do processo, de variadíssima ordem, não livraram nem Mário Soares, Almeida Santos, Costa Gomes ou Melo Antunes, como não livraram altos-comissários e hierarquias militares de Angola e Moçambique das referidas acusações, que podem talvez ser organizadas em torno de 2 núcleos semânticos principais: o da *traição* (à Pátria e ao património histórico dos portugueses) e o do *abandono* dos cidadãos portugueses (à mercê da revindicta dos povos africanos embriagados pelo fim do controlo das autoridades coloniais). Em torno dos tropos-anátema de abandono e de traição, e dos seus múltiplos sinónimos (que aqui não se inventariam, mas que constituem uma extensa lista) se estrutura a visão da Descolonização como Malogro trazido à sociedade portuguesa pela revolução de 1974. O libelo acusatório assim produzido teve tanta força que não são raras as peças de defesa produzidas até hoje por responsáveis políticos e militares. Cito apenas dois desses produtores: o ministro da Coordenação Interterritorial A. Almeida Santos e o major Pezarat Correia.

O primeiro intitula o último capítulo das suas *Quase Memórias* «Não houve descolonizações perfeitas» (2º vol., pp. 431/438), assumindo «responsabilidades sim, culpas não» (p. 431) na medida em que «a Revolução de Abril ...descolonizando, não traiu a promessa de não descolonizar» que nunca fora feita. E defende-se da acusação de traição lançada sobre os descolonizadores portugueses (leia-se, sobre os intervenientes nos processos de negociações) devolvendo-a à procedência: «os verdadeiros culpados da situação criada pertenciam ao passado» (p. 436). Nem reconhecia culpas ou traição nas forças armadas «que haviam assegurado, nas mais difíceis condições, dez anos ao poder político para uma solução não-militar» (p. 437) e outrossim às forças de esquerda «que durante mais de quatro décadas tinham sofrido os constrangimentos de uma ditadura feroz, uma política desumana e uma guerra sem a cobertura da civilização e da ética» pelo que não seria expectável que «após a hora da libertação, se comportassem com a brandura cívica que o medo havia imposto antes de serem livres» (p.437).

O segundo tem-se pronunciado publicamente, como nas intervenções recentes nos dois colóquios *Voices da Revolução* (ISCTE, 2009 e 2010), e também escrito¹ em defesa da exemplaridade do processo descolonizador do império português: e o primeiro dos seus argumentos é sempre o de ordem moral: o carácter ilícito da ocupação portuguesa sobre outros povos e o carácter injusto da guerra, que só podiam ter como desfecho a negociação da paz e das independências.

Uma nota comum aos atores políticos do campo anti-colonial percorre o entendimento da expressão Exemplar Descolonização: foi «exemplar» porque correu o melhor possível nas difíceis condições conjunturais. Mas isso não evitou que, até hoje, muitos deles, sobretudo os militares no terreno, se sintam na necessidade de defenderem publicamente a sua atuação dos estigmas da traição e do abandono.

Curiosamente, e como já referi, este processo de intenções, passou a ser sistematicamente identificado pela expressão de Mário Soares, a Exemplar Descolonização, que assim sofre uma metamorfose de sentido, com a sua completa inversão. Aliás, dir-se-ia que quanto mais o tempo passa mais o sintagma é significativo e operativo: a ponto de uma breve googladela por mim feita a 13 de Dezembro ter gerado «cerca de 778 resultados», que se multiplicam nos últimos 4 a 5 anos. Sendo possível encontrar alguns defensores da ‘visão realista’, predominam claramente os seus opositores, e «a acusação é sempre a mesma: a descolonização poderia ter sido feita de uma maneira mais conveniente à defesa dos Portugueses europeus residentes e radicados nas colónias» como se lê no blogue de um ex-militar².

Uma amostra de alguns dos significados aí encontrados para a expressão:

- «abandono ignóbil e sem sentido» (retornadosdafrica.blogspot.com, post em 10.1.2010)
- «a página mais negra da História de Portugal» (António José Saraiva, jornalista, cit por retornadosdafrica.blogspot.com, post em 10.1.2010)

¹ Pedro Pezarat CORREIA (1991), *Descolonização de Angola – a Jóia da Coroa do Império português*, Lisboa: Editorial Inquérito; (1996) *Angola: do Alvor a Lusaka*, Lisboa: Hugin.

² luisalvesdefraga.blog.sapo.pt, post em 3.2.2006

- «o que fizeram as autoridades portuguesas durante a transição [em Angola] foi crime de traição e crime contra a humanidade»³

- «ignóbil deserção das responsabilidades políticas, económicas e sociais hauridas ao longo de mais de cinco séculos de administração de um território e crime de abandono, porque de clamoroso crime se trata, de autêntico crime contra a humanidade»⁴

Descolonização (sem Exemplar): «o trespasse colonial de Angola” (Helena Matos, jornalista retornadosdafrica.blogspot.com, post em 21.4.2008).

Eis as notas preparadas para o seminário. Terão de ser passadas a proposta de trabalho, com metodologia adequada que, partindo das mutações de sentido da expressão *A Exemplar Descolonização*, permitam aprofundar a construção das famílias semânticas que traduziram a oposição entre os juízos de valor observáveis face ao processo descolonizador, de 1974 em diante e que permitam caracterizar atitudes coletivas. Âmbito cronológico e fontes também ainda a fixar.

³ lenda-portuguesa.blogspot.com/2008 post em 5.12.2008

⁴ angola-brasil.blogspot.com/2007/08/poema-pico-vol-i-vol-ii.html, visto em 13.12.2011.

L'ASIE COLONIALE PORTUGAISE DANS LA POLITIQUE ÉTRANGÈRE DE L'ESTADO NOVO (1930-1974) OU STRATÉGIES PORTUGAISES DE DÉFENSE DE GOA, MACAO ET TIMOR

Sandrine Begue

Sobre a *mudança* e a sua interpretação como *fortuna* ou *malogro*

A resistência colonial portuguesa na Ásia pode ser com efeito interpretada de maneira diferente segundo perspectivas várias. Do ponto da vista internacional, no período de reformulação das estratégias coloniais europeias, a política de Salazar era geralmente considerada como representando uma **posição dogmática contra o progresso**, enquanto que Lisboa defendia oficialmente a **continuidade histórica** da sua missão colonial através de um nacionalismo imperialista.

Se se esperava uma mudança da parte de um dos últimos regimes autoritários da Europa ocidental, a resposta do Salazarismo passava por uma **adaptação permanente e pragmática** da estratégia portuguesa em relação às suas colónias e à respetiva *entourage* asiática, apesar das condenações e críticas proferidas por líderes como Nehru ou Suharto acerca do **arcaísmo** português, com o intuito de assegurar a sua credibilidade face ao mundo afro-asiático e às suas próprias opiniões públicas.

A afirmação de uma **política de defesa** para manter o sistema colonial e o regime autoritário durante perto de cinco décadas só poderia ser levado a cabo com uma **estratégia complexa e evolutiva de alianças diplomáticas e informais** favorecendo o *status quo* e uma descolonização tardia. Da mesma forma, a estratégia portuguesa dependia intimamente dos **movimentos dos seus vizinhos asiáticos**: a vontade de Pequim em manter o *status quo* em Macau ou o interesse de Sukarno pela Nova Guiné explicavam por exemplo a prioridade dada a Goa pelo Estado Novo; as decisões deste último relativamente a Macau e a Timor, decisões submetidas constantemente aos múltiplos acontecimentos da batalha diplomática com a Índia até 1961.

Por outro lado, a adaptação **quase quotidiana das autoridades coloniais portuguesas** às situações no terreno sublinhava a ausência de controlo efetivo de Lisboa em territórios tão remotos, assim como as contradições in loco da sua política de centralização. Uma situação semelhante tendia igualmente a ilustrar a própria **natureza paradoxal da política externa portuguesa** no período da descolonização, entre **mudança constante e rigidez, que nos obriga a relativizar perceções tanto de fracassos como de sucessos** em relação à colonização portuguesa na Ásia.

Este paradoxo relaciona-se também com a ausência de verdadeiros conflitos militares na Ásia portuguesa, contrariamente ao que sucedia nas colónias africanas, situação que obrigou a estratégia lusitana a posicionar-se no plano diplomático e a assumir uma defesa dinâmica face aos desafios internacionais. Lisboa viu-se forçada a adotar **mudanças para além da aparente continuidade** da sua política.

Por fim, uma **abordagem comparativa das colonizações europeias** na Ásia (possessões portuguesas, inglesas, francesas e holandesas) ajudará igualmente a **definir malogros e sucessos segundo os objetivos estabelecidos pela política externa portuguesa**: a democratização e a «indigenização» das administrações locais levadas a cabo, por exemplo, pela França em Pondichéry ou pela Inglaterra na Malásia eram claramente encaradas por Lisboa como fracassos e como portas abertas à independência, o que incitou o governo a reforçar as suas estruturas jurídicas com vista a uma maior centralização (cf. a reforma constitucional de 1951). Do mesmo modo, a prioridade crescente que a França e a Grã-Bretanha reservavam à arma nuclear, colocando em segundo plano as suas políticas coloniais a partir da segunda metade dos anos 50, contribuiu para enfraquecer ainda mais as posições diplomáticas portuguesas na Ásia. Essas orientações dos parceiros coloniais foram então interpretadas pelo Estado Novo como fracassos ou **renúncias**, posição que contribuía para valorizar as suas próprias decisões.

Sobre mudança como desafio

Assim, pragmatismo e adaptação, tal como intransigência oficial, introduzem a noção de **risco** e portanto de **aposta (no sentido de fortuna)**, tentativas para dominar situações supostamente já sob o controlo do regime português. O desafio da descolonização acarretou inevitavelmente inovações para Portugal, novas respostas da sua parte e dos outros governos (tanto dos seus parceiros coloniais e diplomáticos como dos possíveis adversários):

A Índia acabou por transgredir os princípios pacíficos da sua política externa com a invasão militar de Goa em Dezembro de 1961. A China e a Indonésia estabeleceram acordos informais com uma potência colonial apesar dos seus compromissos anti-imperialistas no mundo afro-asiático. Portugal acedeu a dialogar indiretamente com um regime comunista (Pequim), formou uma aliança comercial inédita com o Paquistão, renunciou ao Padroado da Índia, integrou as Nações Unidas em contradição com a sua própria postura hostil ao multilateralismo, substituiu progressivamente a aliança luso-britânica por uma aproximação dos Estados Unidos, etc.

Mas os acontecimentos também contribuíram para definir ou revelar as **principais características ou permanências** da estratégia portuguesa, que surgiram ao longo deste período (1930-1975), apesar da diversidade e das especificidades da vizinhança geoestratégica de cada colónia. A guerra no Pacífico constituiu, por exemplo, um desafio para a política externa e colonial portuguesa, obrigando à criação e aplicação de **novos princípios que permaneceram inalterados** até 1974 (recusa de referendo, centralização fiscal e administrativa, *balance of power* exercido pelas colónias periféricas, etc.).

Por fim, o salazarismo defendia uma colonização intemporal e isenta de toda a crítica da ONU, ao mesmo tempo que o mesmo governo e os seus governadores-gerais tomavam decisões para adaptar a soberania portuguesa às exigências do novo mundo da descolonização, contribuindo para uma maior

compreensão do carácter antinómico da colonização, e por conseguinte, acumulando um conjunto de sucessos e malogros.

Sobre *malogro* ou *fortuna* como desafio através da ação, e a «tentação de esquecer»

A resistência à descolonização constituiu uma fortuna ou um malogro para Portugal? A questão em si mesma relaciona-se com a forma como os diferentes atores dessa história **interpretaram** e **avaliaram** os acontecimentos: o que constituía um sucesso e um fracasso na visão do Estado Novo? Um **sucesso** poderia ser tanto o desenvolvimento económico de Goa após a descoberta de depósitos minerais no seu solo, como as «reformas» jurídicas elaboradas pelo regime para **adiar** ou **paralisar** a evolução democrática das suas colónias. Um fracasso seria o abandono britânico da Índia em 1947, mas que acabaria por acentuar e confortar as posições coloniais e a independência de um Estado soberano como Portugal, na medida em que «fracasso» representava uma palavra excluída do discurso político do regime no tocante aos seus próprios movimentos e decisões no continente asiático.

Na medida em que a Ásia constituía, juntamente com o conflito de Goa, a chave da estabilidade «imperial», jamais o regime, em constante **revisão** e **reinterpretação** dos acontecimentos (da História) para transformá-los e apresentá-los como sucessos portugueses, aceitaria um fracasso. Quando os líderes africanos encontravam em Goa ou Macau sinais do «princípio do fim» do império luso (satyagrahas de 1954-1955, insurreições de 3 e 4 de Dezembro de 1966, respetivamente), Lisboa proclamava uma nova vitória da razão e da justiça, obedecendo a uma visão quase messiânica do seu Ultramar. Um estudo da **semântica do Estado Novo** relativamente à Ásia demonstraria a forma como o regime salazarista **questionava as definições das Nações Unidas** sobre os conceitos de colonização, anexação, colónia, imperialismo, etc. A ausência de um verdadeiro veredicto da parte do Tribunal internacional de Justiça de Haia acerca do direito de passagem das tropas portuguesas em território indiano para recuperar os enclaves de Dadra e Nagar Aveli revelou o embaraço internacional em relação a esta matéria.

A estratégia de vitimização de Portugal sobre a questão goesa a partir de 1955 na tribuna da ONU contribuiu igualmente para reduzir as tensões em torno de Macau e de Timor, uma vez que os eventos referentes a estes dois territórios foram ocultados da opinião mundial por detrás da vitrine goesa do colonialismo português na Ásia. Da mesma maneira, o colonialismo português esforçava-se por **re-escrever a história das independências**, denunciando as «libertações» das populações de Macau, Timor e Goa como futuras anexações, desafiando o pacifismo indiano em relação às suas reais motivações e reformulando o fenómeno da descolonização do ponto de vista de uma potência colonial periférica.

Mas o Estado Novo re-escrevia e reinterpretava igualmente a História «**suprimindo**» **eventos**. Por exemplo, o governo de Salazar não reconheceu a anexação de Goa em 1961 e transferiu os soldados portugueses, «esquecidos» por Lisboa nos campos de prisioneiros indianos durante meses, para Timor, de

forma a impedi-los de relatar a sua experiência de regresso à metrópole ao invés de **propagar a versão oficial da História** segundo o Estado Novo.

SOCIEDADE, MUDANÇA ECONÓMICA E TECNOLOGIA

PECUÁRIA PORTUGUESA

Maria Carlos Radich

Fortuna

«s. f. O que sucede por acaso; sorte; eventualidade; ventura; revés da sorte. Gal. Riqueza»

(Dicionário Francisco Torrinha)

Nos textos oitocentistas e novecentistas sobre Agronomia, Agricultura, Floresta, Gados, o sentido mais frequente e mais exato de Fortuna é Riqueza. A palavra é profusamente usada, em aplicação à Nação – riqueza nacional para a qual se pretende contribuir – ou a âmbitos mais restritos e específicos – riqueza agrícola, florestal, pecuária.

A partir de Riqueza, que se pode já considerar conceito para a análise económica e histórica, os textos deslizam facilmente para o sentido dinâmico de Fortuna. Surgem assim Progresso e mesmo Civilização, como num discurso de José Maria Grande (1854) no qual exalta a bondade da criação em Portugal do ensino superior agrícola: «Não acompanhar o movimento agronómico que caracteriza e ilustra o nosso século, não cooperar com as demais nações nesta cruzada da civilização – fora renegar o nosso passado e renunciar estolidamente às inapreciáveis vantagens da região agrícola que nos coube em partilha». Vocábulos mais frequentes no século XIX, Riqueza e sobretudo Civilização irão cedendo o lugar a Crescimento, Desenvolvimento, no século seguinte.

Por extensão, temos ainda Sucesso (s. m. Aquilo que sucede; acontecimento; vitória; êxito; parto).

Malogro

«s. m. Efeito de malograr.

Malograr: v.tr. Inutilizar; fazer gorar; Refl. Gorou-se; perdeu-se prematuramente.

Malogrado: adj. Que se frustrou; que teve mau êxito.»

(idem)

Malogro é o antónimo, o negativo de Riqueza. Assim, e no mesmo âmbito documental que se utilizou acima, a tradução mais direta de Malogro é Pobreza. Em sentido comparado e um tanto dinâmico, Atraso,

como ausência, ou lentidão de Progresso, ou ainda Inferioridade. Resvalando um pouco, depara-se com outros sentidos de Malogro: Calamidade, Desgraça e, como sinonimo ou como causa, Azar. Foi sobretudo no campo das patologias vegetais que surgiram estas últimas noções, e mesmo os próprios vocábulos:

«Não há memoria de uma calamidade agrícola tão extensa, tão duradoura e tão funesta como a perda das nossas vinhas causada pela moléstia denominada *oidium tuckeri*. Aproveu a Deus descarregar o raio das suas misteriosas iras sobre a mais bela e rica das nossas culturas». (R. de Moraes Soares, A.R., 1858)

Não apenas nestas linhas, como noutros textos, as referências a Deus, à Providência, ao Todo Poderoso têm algum uso. Será, porventura, mera questão retórica, e assim parece ser, por exemplo, no caso de José Maria Grande (1849): «... a Providência terá querido fazer da Europa um único povo unido pelas suas necessidades, e seus meios específicos de troca...». Mas, de um modo geral, houve tendência para este tipo de invocação em situações de dificuldade aguda, quando algo estava a transcender o entendimento e o alcance da ação dos humanos.

Azar («s.m. Má sorte; desgraça; antiga moeda de Ormuz. V.refl. Dispor-se») pode ser entendido como o substituto laico de Deus, Providência. Por razões desconhecidas, o Azar provoca, ou é ele próprio desgraça, calamidade. O seu contrario, Sorte («s.f. Destino; fado; acaso; quinhão que tocou em partilha; fortuna inesperada; fortuna; sorteio militar; esferazinha nas rifas ou lotarias; desgraça; maneira; espécie; manobra para farpear o touro ou o enganar; Prov. Courela que coube a alguém na partilha de um baldio; À sorte: ao acaso. Dar sorte: dar cavaco») propiciaria a Fortuna. Voltamos ao princípio.

Retomando globalmente o tema do projeto, «A construção da Fortuna ou do Malogro...», a perspectiva que resulta desta indagação semântica nos campos de estudo que foram indicados é a da procura do aumento de Riqueza com base na agricultura, floresta e gados e no conhecimento científico e técnico para tal requerido. Mais recentemente, os espaços de onde a cultura recuou, e que passaram a constituir os «novos incultos» estão também em mira para serem aproveitados para lazer e desporto, ou seja, possibilitam a oferta de serviços que podem fazer crescer a riqueza. Esta perspectiva desdobra-se desde o âmbito nacional até às explorações e grupos sociais ligados a estas atividades.

Sublinhe-se ainda um aspeto: é apenas analiticamente que Fortuna e Malogro surgem separados. Em termos concretos, misturar-se-ão, se não sempre, pelo menos frequentemente: riqueza para uns, pobreza para outros, uma e outra resultantes do mesmo processo de transformação das atividades e da tecnologia. Apenas dois exemplos: o recuo da floresta de sobre e de azinho no Alentejo face ao avanço da cultura do cereal terá possibilitado maiores proventos aos proprietários e lavradores, mas impulsionou igualmente a degradação dos solos; a queda dos efetivos dos gados de trabalho e transporte resultou da ascensão da motorização inanimada, e teve por seu turno variados efeitos, como a transformação do tipo de armentio e do que se esperava dos gados, além de ter imposto os grandes motores, adequados a grandes explorações, até que a miniaturização os proporcionou à pequena dimensão da cultura. No cruzamento destas variadas

mudanças, grupos profissionais e sociais houve que viram aumentar a sua riqueza e importância, outros seguiram o caminho oposto, ou mesmo desapareceram.

Concluindo, parece perfeitamente possível proceder a uma leitura destas matérias, orientada pela preocupação da Fortuna e do Malogro.

AS CLASSES POPULARES NA FOTOGRAFIA: FORTUNA PRÓPRIA, MALOGRO ALHEIO

Nuno Pinheiro

A fotografia tem sido, desde as suas décadas iniciais, utilizada como forma de representação social. Não é um papel que lhe seja exclusivo enquanto representação pictórica, a pintura já o fazia em épocas anteriores. A fotografia tem, no entanto, dois aspetos novos nessa representação social. O primeiro é a democratização: a fotografia foi alargando em poucas décadas o campo dos representados, até, por volta de 1900 se tornar obrigatória essa representação; o segundo é a reprodutibilidade. Agora era possível ter não só um exemplar dessa representação, mas uma série de exemplares que permite a sua distribuição pelos familiares e outras pessoas das relações. Era possível transmitir a imagem do sucesso próprio a um número bastante grande de pessoas. A fotografia tornou-se assim num meio privilegiado de transmitir a imagem da fortuna, real ou pretendida e as convenções do retrato fotográfico, muitas herdadas da pintura¹, estão ao serviço dessa representação.

No século XX e muito inspirada pela fotografia de imprensa existe todo um género de fotografia virada para a representação daquelas a quem a fortuna da sociedade não sorriu. Se este é um género muito característico a partir dos anos 1920/30, este tipo de fotografia já vinha dos anos 1850, embora com pressupostos técnicos, estéticos e sociais muito diferentes. Nas fotografias de Jacob Riis² e Lewis Hine respetivamente de finais do século XIX e inícios do século XX havia uma intenção clara de intervenção sobre as realidades sociais (mau alojamento e trabalho infantil, respetivamente) representadas nas fotografias³.

Não encontramos nada de semelhante em Portugal, em alguns casos até encontramos a pobreza, neste caso, a mendicidade tratada como mais um «tipo social»⁴, sendo inicialmente exposta no Salão da *Ilustração Portuguesa* e depois fazendo capa da mesma publicação (30 de Maio de 1910) não por aquilo que representa, mas pelo pitoresco, aliás não há no interior da revista nenhum texto relacionado com a imagem. A situação extrema de malogro na sociedade, aquela que se exprimia pela mendicidade era nesta imagem de Aníbal Bettencourt, respeitado médico, investigador e fotógrafo amador, tratada como mais um «tipo» popular. A fotografia de tipos populares era muito apreciada entre os amadores e também nas publicações ilustradas e até na nascente indústria dos postais. A inspiração é claramente a da pintura naturalista e bucólica. José Augusto França diz que Malhoa tinha muitos seguidores entre as senhoras de boa sociedade que se dedicavam à pintura⁵, é importante notar que estes seguidores e seguidoras não se dedicavam só à pintura, os fotógrafos tinham os mesmos padrões estéticos.

¹ David HOCKNEY (2001). *Secret Knowledge: Rediscovering the Lost Techniques of the Old Masters*, Londres: Thames & Hudson.

² Jacob A. RIIS (1996). *How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York*, Nova Iorque: Bedford Books of St. Martin's Press.

³ Maren STANGE (1989). *Symbols of Ideal Life - Social Documentary Photography in America 1890/1950*, Cambridge: Cambridge University Press.

⁴, Nuno PINHEIRO (2008). «Ethnology», in *Encyclopaedia of Nineteenth Century Photography*, Londres: Routledge.

⁵ José Augusto FRANÇA (1990). *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vols., Lisboa: Bertrand.

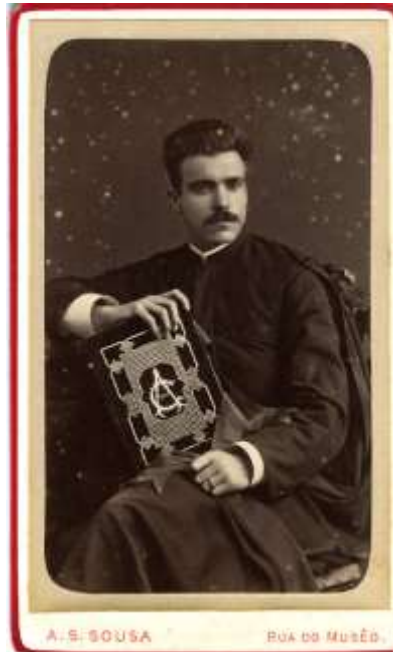


Mais relevante que os padrões estéticos era o facto de o malgro ser o malgro alheio, um malgro em que jamais se poderia cair de tal forma havia um abismo na sociedade entre uns e outros.

É a distância que torna o malgro pitoresco, é a impossibilidade de nele se cair que o torna um objeto estético. Entre fotógrafo e fotografado não existe proximidade ou identificação. O bem sucedido e respeitado médico e o pobre mendigo estão em mundos distantes unidos naquele instante pela fotografia. O mendigo sorri para o retrato. Era um momento de sucesso, muito antes de todos terem direito aos seus 15 minutos de fama estava na capa da *Ilustração Portuguesa*, não que o soubesse na altura, mas já o facto de ser fotografado tinha alguma importância.

A fortuna, pelo contrário, é a fortuna própria, aquela que se tenta mostrar, real ou fingida, na maior parte dos casos melhorada e que alimenta o negócio do retrato fotográfico desde os anos 1840. Se em 1850 o simples facto de ser fotografado era já uma demonstração de fortuna a fotografia banalizou-se rapidamente necessitando mais de criar convenções para a demonstração desse sucesso. O tão detestado (pelos artistas da altura – e alguns historiadores da Fotografia) gosto burguês não é mais do que o conjunto de convenções que permite a demonstração desse sucesso. Os retratos fotográficos, a partir da *carte de*

*visite*⁶ (anos 1860 em França, 1870 em Inglaterra e 1880/90⁷ em Portugal), destinavam-se a circular. Circulando contribuíam para a coesão do grupo, fosse familiar ou outro e também para a própria imagem de fortuna. Foi o que defendeu Gisèle Freund⁸ em relação à burguesia francesa do Terceiro Império.



A pertença a um grupo como o dos estudantes de Direito em Coimbra em 1883 era para António Gouveia Godinho um sinal de fortuna, um de pertença a um grupo por si correspondia a uma posição privilegiada na sociedade e que em si garantia a continuidade dessa posição.

A fotografia reproduz os sinais da pertença ao grupo. O traje académico, as poses e cenários normalizados e, acima de tudo, a organização de álbuns com as fotografias dos colegas (noutros casos uma fotografia composta com os retratos de cada um) tudo contribui para essa sensação de pertença, com um custo financeiro importante – trata-se de um álbum com 60 fotografias. O grupo era aliás maior do que o simples ano académico. Estas fotografias repetiam-se ano após ano, com os mesmos trajes, os mesmos elementos cenográficos. O grupo eram os que se formavam em Direito na Universidade de Coimbra. A elite do país.

Este é um exemplo extremo da fotografia como sinal da fortuna, mas todo o género *carte de visite* tende a ser uma demonstração dessa fortuna. Grandes setores da sociedade participam nesta demonstração, que não se limita aos verdadeiramente afortunados, isso explica o seu enorme sucesso e a Cartomania que foi um fenómeno mundial.

O final do século XIX permite o aparecimento de um novo tipo de imagem menos limitado no que diz respeito à demonstração da fortuna, entendida aqui como exclusivamente material. Com a expansão do instantâneo e da fotografia de amadores, a fotografia deixava de ser uma prática limitada ao estúdio do

⁶ Michel FRIZOT; Serge JULY; Cristian PHELIN; Jean SERGUE (1986). *Identités, de Disderi au Photomaton*, Paris: CNP.

⁷ Audrey LINKMAN (1993). *The Victorians - Photographic Portraits*, Londres /Nova Iorque : Tauris Parque Books.

⁸ Gisèle FREUND (1974). *Photographie et société*, Paris: Seuil.

fotógrafo para entrar no dia a dia. A demonstração da fortuna ultrapassa agora as convenções do gosto burguês. O retrato de estúdio simplifica-se na presença de novas formas menos subtis e mais materiais de demonstração da fortuna. A fotografia mostra agora os novos objetos e práticas do consumo.

TEMPOS MODERNOS

FORTUNA E MALOGRO NOS «TEMPOS MODERNOS»

José Vicente Serrão

Qual o uso e o significado das palavras *Fortuna* e *Malogro* na língua portuguesa durante o período moderno? A resposta a esta questão pode dar-nos algumas pistas interessantes.

O primeiro verdadeiro dicionário da língua portuguesa, o *Diccionario* de Moraes, publicado no final da época moderna, em 1789, dava a seguinte definição de fortuna:

FORTUNA, s. f. Sorte, destino, dita, ventura, boa ou má; felicidade ou desgraça, sucesso bom ou má; de ordinario se toma por boa fortuna: v. g. *teve fortuna na Lotaria*.

§. Desgraça. *Barr. 3. Dec. L. 1. c. 4. Eufr. 2. 5. passámos tanta fortuna*, i. e., trabalho. «muda a pobreza em riqueza, a *fortuna* em prosperidade.» *Ferr. Brist. 5. 7.*

§. Incerteza, risco: v. g. *a fortuna do mar, da guerra. Goes.*

§. *Correr fortuna*; i. é , perigo, risco. *Vieira.* «a barca de S. Pedro correu *fortuna*.»

§. *Fortunas*: as posses, riquezas, cabedães, faculdades. *Vieira.*

§. *Fortunas*: fados, destino, sorte, trabalhos. *té que suas fortunas o tratário de maneira* &c. *B. 4. 8. 8.*

§. *Ventar a fortuna a alguém*; favorecer. *Eufr. i. i.*

§. *Soldado de fortuna*: o que nao é nobre, e espera o adiantamento do seu serviço, e merecimento.

§. *Vencer a fortuna*: conseguir o que ella de si nao dava; superar os trabalhos. *Lus. 8. 7.*

No princípio do século XVIII, o Padre Rafael Bluteau, no tomo IV do seu *Vocabulario portuguez & latino* (1713), o qual era mais propriamente um dicionário de português-latim do que um verdadeiro dicionário de língua portuguesa, dera uma definição de *fortuna* que apontava já significados semelhantes para a palavra. Do longo verbete que lhe dedicou, transcrevem-se aqui apenas as partes mais significativas:

FORTUNA. Fabulosa Deidade, que os Antigos adoravaõ como causa de todos os acontecimentos prosperos, & adversos. Os Antigos a chamaraõ Fortuna, ou Fortuita, como vinda a caso, ou de Fero, como temerariamente levada, ou havendose chamado Vortuna de Verto, pela facilidade com que se volta [...]

§ Com galantaria disse hum discreto, que verdadeira Fortuna, das telhas abaxo não a haveria, porque não tinha ouvido, que alguém até agora a encontrasse, mas homens bem, ou mal afortunados, que lho não poderia negar. A Fortuna (dizia outro) não he nada. Quem errou o que havia de acertar, ou deixou de fazer o com que podera alcançar o que pretendia, diz, que foy nescio, ou descuidado; & assi entendo o outro, que disse que a diligencia he mãy da boa ventura, porque tudo o mais he imaginação, & fingimento. E assi tão errados andão os que tem a fortuna por madrasta de seus gostos, como os que a tem por madrinha de seus atrevimentos. Mas tão antiga cousa he nos homens buscar em outro dono a suas culpas, que já no primeyro de todos começou, que muyto he que seu filhos, por se mostrarem sem erros, o que elles erraraõ na escolha, tardaraõ na diligencia, perderaõ no sofrimento, & não registraraõ com a razaõ, isso lancem às costas da fortuna.

§ A Fortuna, Catholicamente definida, he hum effeito da Providencia Divina, que obra por meyos occultos, & superiores à intelligencia humana: & por inesperadas, que sejaõ as suas disposiçoens, nunca se engana. A huma dá o que dá, por castigo, a outros por premio, a outros para confusaõ, & a todos para desengano. Mais distintamente. A Fortuna he huma causa accidental, & occulta dos acontecimentos, subitos, & inopinados, que poderiaõ succeder de outra maneira. He causa, porque aquelles acontecimentos não vem a caso, mas tem aquella causa do que se obrou com proposito, & fim. He accidental, porque aquelles acontecimentos tem outra causa substancial, & superior, que he Deos. He occulta, porque a primeyra face não se conhece. Elles saõ subitos, & inopinados, porque não se esperavaõ, não sendo conhecida essa causa de que haviaõ de proceder. [...]Assi os successos dos homens a seu respeito saõ de Fortuna, porque elles os não cuidaraõ, mas na verdade foraõ ordenados por Deos, para os fins occultos, que teve. Comprehende esta definição as especies da prospera, & da adversa Fortuna. [...]

§ Todas as desgraças, & venturas se attribuem à fortuna. Fortuna utramque paginam facit. Plin. Histor. Lib. 2. cap. 7. [...]

§ «Alli com firme peito, & com tamanho Proposito vencemos a Fortuna.» Camoens, Cant. 8. out. 73. Quer o Poëta dizer, que na India os Portuguezes conseguiraõ mais do que lhes podia conceder a mais prospera fortuna, a qual aindaque algum dia adversa nunca lhes poderá tirar esta gloria, que conseguiraõ.

§ Fortunas, no plural, às vezes val o mesmo, que acontecimentos, ou outras vezes, quer dizer Riquezas. No primeyro sentido dirás Fortuita, orum. Neut. à imitação de Tacito, que diz, Belli fortuita sperabantur. Estavaõ com o olho nas fortunas da guerra. Experimentar varias fortunas. Varia pericula subire. Vamos para Italia experimentando tão varias fortunas. Per tot rerum discrimina in Latium tendimus. Virgil. 'Experimentando varias Fortunas'. Vasconc. Noticias do Brasil, pag. 25.

§ Fortunas. Riquezas. Fortunae, arum. Fem. Plur. Cicero diz, Fortunis maximis ornatus, por muyto rico. Ampliar, ou limitar as Fortunas. Vieira, Tom. 1. 510. [...]

Em suma, verifica-se que *fortuna* tinha na época moderna uma variedade de significados mas queria então sobretudo dizer «sorte»; só que, pormenor importante, tanto podia significar boa como má sorte. Um segundo significado relevante, e com sentido diferente, embora muito menos comum, era o de «riqueza», principalmente quando a palavra era utilizada no plural, *fortunas*.

Entretanto, recorrendo ao *Corpus do Português*¹, é possível quantificar e datar as ocorrências da palavra na língua portuguesa. Assim, a palavra *fortuna* é atestada pela primeira vez no século XIV, mas apenas com duas ocorrências, na Crónica Geral de Espanha. No século XV aparece 91 vezes, no século XVI tem 435 ocorrências, no século XVII tem 558 e no século XVIII tem 569 ocorrências. Vale notar que a utilização da palavra regista depois um crescimento exponencial no século XIX, com 1423 registos, para voltar a declinar drasticamente no século XX para 589 ocorrências.

Também é interessante notar que é no século XIX que fortuna passa a ser utilizada predominantemente no sentido de riqueza, significado que até então tinha uma utilização perfeitamente marginal e só surgira, de resto, no século XVII. Por seu turno, fortuna no sentido de sorte, ventura ou sucesso, cai claramente em desuso nos séculos XIX e XX, tendo hoje, com esse sentido, uma ressonância «arcaica».

Relativamente à palavra *malogro*, ela não consta sequer dos dicionários acima mencionados de Bluteau e de Moraes. Apenas surge o adjetivo *mallogrado* e o verbo (na forma reflexa) *mallograr-se*, claramente resultante da junção de mal + lograr.

No Vocabulário de Bluteau regista-se:

Mallograrse alguma cousa. Não se conseguir o intento, a empreza, o fim que se esperava, etc.

Mallogrado. Diz-se de cousas que não tiverão bom sucesso, e que se não lograrão, como se desejava. Acção mallograda.

No Dicionário de Moraes as definições são:

Mallograr-se, v. reflex. Não se lograr, não ter bom exito, não se conseguir a coisa, que se diligenciava ou negociava; não aproveitarem os meynos para seus fins. § Não ir avante, perecer.

Mallogrado, p. pass. de Mallograr.

Assim, diferentemente da palavra *fortuna*, de origem latina e, portanto, com entrada muito mais precoce no Português, a palavra *malogro* (enquanto substantivo deverbal derivado de mallograr) era ainda desconhecida na época moderna, só estando atestada no *Corpus* da língua portuguesa a partir do século XIX, com 35 ocorrências, e no século XX, com 24 registos. Sempre com o significado de fracasso ou de intento ou ação frustrada. Terá possivelmente sido introduzida na língua portuguesa por influência da espanhola, onde, apesar da sua muito reduzida utilização, está atestada desde o século XVII.

¹ Um repositório de 45 milhões de palavras dos séculos XIII-XX, acessível em www.corpusdoportugues.org

Em conclusão?

Desta investigação sobre o uso e o significado das palavras *Fortuna* e *Malogro* na história da língua portuguesa, em especial durante o período moderno, resultam as seguintes conclusões principais.

A palavra *fortuna* tem uma entrada muito mais precoce na língua portuguesa e sobretudo tem uma semântica mais diversificada do que a palavra *malogro*. Esta (e mesmo a sua antecessora *malograr*) é muito mais tardia e reduz-se praticamente ao significado de ação ou objetivo mal logrado, mal sucedido.

Por outro lado, as duas palavras não eram utilizadas em conjunto, talvez porque, à luz do duplo significado de fortuna (como boa e má), tal pudesse ser entendido como uma redundância. Note-se, portanto, que é a própria utilização **agora** de um binómio sugerindo oposição (*fortuna vs. malogro*) que arrasta a primeira e mais antiga das palavras para apenas um dos seus significados, ou seja, fortuna igual a bom sucesso. Assim, «fortuna e malogro» pode entender-se como «bom sucesso e mau sucesso». Todavia, repete-se, aquele binómio não era utilizado na época moderna, nem o significado de cada um dos termos era então exclusivamente esse.

A CONSTRUÇÃO DA FORTUNA DE UM TEXTO MALGRADO (SÉCULO XVII)

Isabel Carvalho Boavida

Fr. Luis de Urreta (†1636), dominicano de Valência, publicou no início do século XVII dois volumosos tomos que formam as duas partes de uma obra única sobre a Etiópia, em que desenvolve de forma oblíqua a tese da primazia da ordem dominicana na evangelização primitiva daquele reino cristão. Contestava, assim, a posição da Companhia de Jesus cujo programa de missionação para a região do nordeste africano, concretizado com o envio de um primeiro grupo de missionários que desembarcou no porto de Massawa em 1557, partia do pressuposto de que a cristandade etíope era herética em matéria dogmática – a sua ligação ao patriarcado de Alexandria definia-a como anti-calcedoniana – e nas práticas religiosas interpretadas como sendo tendencialmente (diria mesmo, «perigosamente») judaizantes. A obra de Urreta viria a conhecer uma fortuna singular no contexto da literatura historiográfica missionária. Hesito, de algum modo, na definição do género, já que Urreta pode ser considerado um dos últimos abencerragens da tradição europeia dos livros de maravilhas.

Aplico a noção de «fortuna» no sentido que lhe é dado pelo criticismo literário, no cruzamento com a teoria da receção. O caso desta obra em particular ilustra a duplicidade inerente àquela noção, que contém com efeito a possibilidade da «buona» ou da «mala» fortuna, i.e., do malogro. Os dois termos em debate neste encontro surgem, deste modo, como duas faces de um mesmo fenómeno, não se excluindo mutuamente enquanto opostos, mas instituindo-se como categorias de análise com ricas possibilidades operativas. O ponto de vista da abordagem ao objeto é o que influi na perceção da sua fortuna ou do seu malogro; a pluralidade das perspetivas favorece o alargamento da compreensão do objeto em questão.

A prontidão e sistematicidade com que a Companhia de Jesus organizou a refutação à obra de Urreta, teve um efeito imprevisto no seu destino. Se em Seiscentos imperassem já as técnicas bibliométricas, Urreta obteria uma classificação muito razoável – quiçá excelente! – numa avaliação com base nas citações, sobretudo porque foi largamente heterocitado, por escritores jesuítas na sua maioria.

A UNIÃO IBÉRICA E O GOLFO PÉRSICO: A PROJEÇÃO GLOBAL DE CONFLITOS NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVII

Graça Almeida Borges

Fortuna e Malogro: Notas Semânticas

Tendo como objeto da minha investigação o império ultramarino português durante o período dos Áustrias, a maneira que encontro de associar os dois conceitos que orientam o projeto estratégico do CEHC-IUL ao meu trabalho é equiparando-os ao binómio Oportunidade-Crise.

À luz do império e da problemática em estudo estes são conceitos – a Fortuna e o Malogro, a Oportunidade e a Crise – em permanente interação. A crise dinástica de 1580, que deu lugar ao governo Habsburgo, abriu um quadro de (possíveis) oportunidades ao império português, em termos políticos, económicos e militares. As oportunidades de comércio na Ásia em finais de Quinhentos atraíram a concorrência das companhias mercantis do Norte da Europa, iniciando, por seu turno, uma conjuntura de crise no império asiático português. O retrocesso do império oriental é acompanhado pela abertura de novas oportunidades (políticas, comerciais, etc.) no Atlântico, que passa a canalizar um maior investimento por parte do centro.

Estes são apenas breves exemplos de como os conceitos em causa serão integrados no projeto.

A Fortuna corresponderá à oportunidade: a oportunidade da incorporação do império português no universo Habsburgo, as oportunidades de comércio no Oceano Índico, as oportunidades resultantes do desenvolvimento do espaço atlântico. (Fortuna, oportunidade, crescimento económico, novas redes comerciais, complementaridade dos impérios ibéricos, novas oportunidades de negócio.)

Ao Malogro estão inerentes as várias conjunturas de crise que marcaram o período entre 1580 e 1640: crise de sucessão, aumento da concorrência ultramarina, crise de recursos, crise do império oriental, afastamento de alguns circuitos comerciais asiáticos, rivalidade luso-castelhana na interação entre os impérios ibéricos. (Malogro, crise, derrota, dificuldades financeiras, falta de recursos, perda de influência, retrocesso.)

AGENTES, INSTÂNCIAS DE DECISÃO E CIRCUITOS DE COMUNICAÇÃO: A CONDUÇÃO POLÍTICA DA GUERRA NO IMPÉRIO E A EVOLUÇÃO DA SUA MOLDURA INSTITUCIONAL

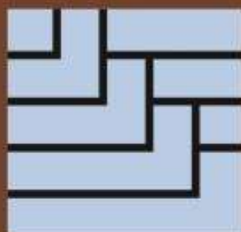
Miguel Dantas da Cruz

A articulação dos objetivos inscritos no meu projeto de doutoramento com a interpretação mais pragmática que faço aos conceitos Fortuna e Malogro leva-me, necessariamente, a ponderar os destinos de espaços de poder tradicionais ao longo do século XVIII, muito em particular do Conselho Ultramarino.

Compreender as dinâmicas da decisão política na defesa do império português de Setecentos (objetivo fundamental da tese), seguindo especificamente a evolução da participação do Conselho Ultramarino nas grandes opções políticas, ou em aspetos como o provimento de postos militares e a logística, correspondem (sem dúvida) a uma forma de abordar a vida daquele órgão.

Compreender a capacidade de intervenção daquele tribunal é também um modo de seguir os sucessos e insucessos da sua existência – a fortuna e o malogro. É dentro desta ótica, que me permite abordar os desenvolvimentos políticos mais gerais do Portugal de D. João V e de D. José I, que julgo poder contribuir para a temática central do Projeto Estratégico do CEHC.

XXXII Encontro da / XXXII Conference of the



Associação Portuguesa de História Económica e Social



Albrecht Dürer: Nemesis, or The Great Fortune, c. 1501

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Estudos de História
Contemporânea – CEHC-IUL

Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 2012

Call for Papers

Comissão Científica:

Pedro Lains (ICS-UL) (presidente)
Mário Vianna (Universidade dos Açores)
Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora)
Pedro Neves (ISEG/IUL)
Maria de Fátima Sá de Melo Ferreira (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)
Maria João Vaz (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)

Tema principal:

A construção da fortuna e do malogro: perspectivas históricas

O XXXII Encontro da APHES apela à comunidade científica nacional e internacional para participar neste amplo debate, submetendo painéis temáticos ou comunicações individuais. Sem prejuízo do tema norteador deste encontro, apela-se também à submissão de propostas de comunicações e de painéis de comunicações sobre qualquer outra temática nas áreas de história económica e de história social.

Prazos

Submissão de propostas até 30 de Abril de 2012
Seleção das propostas até 30 de Maio de 2012
Entrega de comunicações até 15 de Outubro de 2012
As propostas devem ser enviadas para:
aphes32.cehc@iscte.pt

Comissão Organizadora:

Magda Pinheiro (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)
Maria de Fátima Sá de Melo Ferreira (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)
Maria João Vaz (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)
Frédéric Vidal (ISCTE-IUL, CEHC-IUL)

Main theme:

Constructing fortune or failure: historical perspectives

The 32nd APHES Conference invites the national and international scientific community to participate in this debate, submitting thematic panels or individual papers. Even though the Call for Papers is directed at the Conference's main theme, proposals for panels and papers on other topics will be accepted in the areas of economic history and social history.

Schedule

Papers submission: 30th April 2012
Papers selected: 30th May 2012
Full-text version available: 15th October 2012
Proposals should be sent to:
aphes32.cehc@iscte.pt



Prémio APHES 2012

Convidam-se os jovens investigadores, portugueses ou a trabalhar em universidades portuguesas, a submeter os seus trabalhos ao Prémio APHES. O regulamento deste prémio encontra-se disponível para consulta em <http://www.aphes.pt>
Prazo de candidatura: 15 de Outubro de 2012

APHES Prize 2012

Young Portuguese researchers, as well as young foreign researchers working in Portuguese universities, are encouraged to submit their work to the APHES Prize. The rules are available at <http://www.aphes.pt>
Application schedule: 15 October 2012

Mais informação / Further information:

Webpage: <http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt> E-mail: aphes32.cehc@iscte.pt

A APHES conta com o apoio da **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Cartaz do XXXII Encontro Internacional da Associação Portuguesa de História Económica e Social
ISCTE-IUL, 16 e 17 de novembro de 2012

II Parte

A Construção da Fortuna e do Malogro: Perspetivas Históricas

Seminário Final do Projeto Estratégico do
Centro de Estudos de História
Contemporânea (CEHC-IUL)



PEst-OE/HIS/UI3128/2011

*A CONSTRUÇÃO DA FORTUNA E DO
MALOGRO*

14 de Janeiro de 2014, 14:30h
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Auditório Afonso de Barros, Aula Autónoma

Apoios:



Organização: Centro de Estudos de História
Contemporânea - Instituto Universitário de Lisboa
(CEHC-IUL)

Cartaz do seminário final
CEHC- IUL, 14 de janeiro de 2014

FORTUNA E MALOGRO NA HISTÓRIA DO PCP (SPIC), 1921-1943

João Arsénio Nunes

«Seria preciso ser Deus, para saber distinguir entre sucessos e insucessos» (Tchekhov)

Para Maquiavel, a fortuna «aparece no curso dos atos humanos como o acaso, o inesperado, o que escapa ao cálculo e à previsão, a indeterminação do mundo, a força de oposição, o obstáculo a ser transposto, a marginalidade incontável a cujos golpes é importante saber escapar» (Nedel, 37). Na síntese de Horkheimer, «tudo o que não depende da vontade dos homens» (ibidem).

Segundo os autores latinos, em que o escritor florentino tanto se inspirou, a Fortuna era deusa ou feiticeira, em todo o caso mulher, caprichosa e imprevisível. Também ele concorda que «a fortuna cega as mentes dos homens quando não quer que se oponham aos seus desígnios» (Discorsi), mas ao mesmo tempo recusa a ideia de que o acaso ou a Providência governem de tal modo os acontecimentos que os homens não possam senão submeter-se a eles. Como a corrente violenta de um rio transbordante, a fortuna «exerce o seu poderio quando se lhe não opõe a menor barreira» (Maquiavel, 142). Mas, como «senhores do livre arbítrio», os homens podem enfrentar a fortuna e até «seduzi-la», desde que sejam capazes de «virtù». O conceito de *virtù* é central em Maquiavel, ao ponto de se poder afirmar que «o problema do Príncipe se coloca, inicialmente, como problema da força da virtù e da força da fortuna» (Sasso, 31). Aquela não é simplesmente a virtude no sentido de conformidade a princípios morais, mas sim «capacidade de resistir ao que é indeterminado e tenebroso na vida, evidenciando o poder e a autonomia do homem» (Nedel, 42), isto é, a combinação de razão e vontade capaz de produzir ação eficaz. É requisito essencial de *virtù*, para o príncipe (o chefe político) a capacidade de adequar a conduta às circunstâncias do tempo. A falta dessa capacidade de enfrentar e dominar a fortuna é que representa o malogro. Mas, para Maquiavel, a questão não se põe apenas para o político individualmente considerado. «Para que uma cidade alcance a grandeza, é mister que o corpo de cidadãos em seu conjunto tenha virtù» (ibidem, 43).

No desenvolvimento do nosso estudo sobre a formação do antifascismo em Portugal: o PCP e a Internacional Comunista 1921-1939, a reflexão sobre estes temas foi essencialmente mediada pela leitura da obra de Antonio Gramsci, em particular dos *Quaderni del Carcere*, e especialmente do Caderno 13, *Noterelle sulla politica del Machiavelli*. A escolha deste autor como principal fonte de análise teórica impôs-se por si mesma. Com efeito, o trabalho de Gramsci coloca-se ainda hoje, no dizer de Hobsbawm, como a única tentativa sistemática de ciência da política em perspectiva marxista. E esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma experiência de vida indissociável da fortuna e dos malogros do movimento comunista italiano e internacional, de que Gramsci foi dirigente. É a partir da experiência do malogro coletivo (e do infortúnio individual dos últimos onze anos de vida na prisão) que o dirigente do PCI e da IC tenta elaborar o que

podemos considerar uma teoria da *virtù* para o «príncipe moderno». Este, nas condições da sociedade contemporânea, «só pode ser um organismo», o partido político (Gramsci, 16).

Mais exatamente, poder-se-á dizer que o ponto de partida da reflexão do Gramsci da maturidade é a experiência de um duplo fracasso: o do movimento operário socialista e anarco-sindicalista, que no princípio do século XX se afirmava como alternativa ao capitalismo e demonstrara a sua impotência perante a crise aberta pela I Guerra mundial; e o da «revolução mundial», projetada pelo movimento comunista nascido do impacto da Revolução russa de 1917 como tentativa de superação do impasse socialista e anarquista. Na base de uma formação filosófica alicerçada no idealismo crítico e na recusa do mecanicismo, Gramsci vê a raiz comum de ambos os fracassos na prevalência, no seio do movimento operário e nas interpretações dominantes do marxismo, de formas de «espontaneísmo» e de «economicismo», que concebiam a Revolução social como momento de Revelação e decisão resultante automaticamente das contradições do capitalismo. Em suma, e retomando a linguagem de Maquiavel, formas de abandono à Providência ou à Fortuna que, ou ignoravam o papel da vontade humana na conformação dos acontecimentos, ou a viam como impulso (caso do mito soreliano da «greve geral» ou do «esquerdismo» no movimento comunista), cujas condições de emergência e duração histórica não eram equacionadas.

Gramsci segue rigorosamente a impoção maquiaveliana ao assumir como parâmetro a «*realtà effettuale*», a realidade efetiva das coisas, e não a mera formulação de desígnios ideais, mas logo interroga: «o que é esta realidade efetiva?» E responde: «Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso).» (Gramsci, 35)

Pilar da análise gramsciana é assim a afirmação do leninismo, enquanto crítica do «economismo» e teoria da organização dos fatores subjetivos (conceção do partido e alianças de classes) na mudança histórica. Simultaneamente, Gramsci retoma o apelo de Maquiavel a «mudar em função das circunstâncias» e equaciona-o, não só no plano temporal mas também no espacial, através da famosa distinção entre «Oriente» (onde a revolução vencera, na Rússia) e «Ocidente» (os países da Europa ocidental onde as tentativas de revolução socialista do primeiro pós-guerra falharam). De notar que esta distinção é mais uma sugestão analítica do que uma rígida distinção tipológica, já que em todas as sociedades se encontram elementos de «orientes» e de «ocidentes» e é na ponderação adequada desses elementos que se encontra o critério da ação política eficaz. De qualquer modo, a tentativa de definir o problema da revolução no «Ocidente» leva Gramsci a um grande aprofundamento da noção de hegemonia, parte do património teórico do movimento socialista desenvolvida por Lenin a propósito dos papéis respetivos do proletariado e do campesinato na revolução russa. Gramsci mostra como o longo processo histórico de urbanização e desenvolvimento capitalista, no Ocidente, engendrou estruturas sociais mais complexas e diversificadas do que na Rússia, estruturas em cujo funcionamento as «superestruturas» políticas e ideológicas – através dos

sindicatos, dos partidos, das associações, dos municípios, da imprensa, da escola, das igrejas, do serviço militar, etc. – são parte orgânica do conjunto da vida económico-social, em termos tais que a polarização do conflito económico de classes deixa de poder ser imediatamente percebida em termos ideológicos e de organização política. Nestas condições, a construção de alianças de classes para a revolução social não pode esgotar-se (como em certa medida sucedeu na revolução russa) na capacidade do partido socialista para dirigir o proletariado e arrastar a maioria da população camponesa através de um objetivo transitório como a partilha das terras. A conquista da hegemonia (da capacidade de dirigir a sociedade) implica um processo muito mais dilatado e complexo, que tem de ter em conta a heterogeneidade da estrutura social, a especificidade e as «combinações» das superestruturas nos próprios modos de constituição e identificação das classes sociais. O teórico comunista italiano, inspirando-se na experiência das políticas de «frente única» da Internacional Comunista na primeira metade dos anos 20 (de que fora protagonista) e nas elaborações de Lenin acerca da NEP, comparou a inovação estratégica que propunha à passagem, na I Guerra mundial, da «guerra de movimento» à «guerra de posições».

A proposta gramsciana de construção de hegemonia, no sentido de «direção intelectual e moral» da sociedade, implicava uma particular atenção e relevo à questão dos «intelectuais» – parte integrante da tradição política socialista e comunista, mas até então vista essencialmente sob o prisma da relação com as «classes médias». Considerando como intelectuais não apenas aqueles que exercem uma atividade de natureza intelectual, mas todos aqueles que desempenham «funções de organização» nos mais diversos domínios, Gramsci vê nos intelectuais um «tecido conectivo» da vida social. A formação de «intelectuais orgânicos» da classe que aspira à hegemonia e do próprio partido comunista como intelectual coletivo são assim componentes essenciais da sua proposta.

Não cabe neste texto fazer um resumo de todos os aspetos em que se desdobra a reflexão gramsciana, aqui referida apenas na medida em que os conceitos que produziu permitiram orientar aspetos da nossa investigação sobre o PCP e a IC e podem servir para responder à indagação sobre «êxito e malogro» na história do PCP nos anos em que foi a «secção portuguesa da Internacional Comunista».

Deste prisma, são de salientar ainda dois aspetos.

A perspetiva gramsciana implicava uma «nacionalização» analítica e estratégica, que de algum modo a distanciava do programa da «revolução mundial», como fora concebido nos primeiros anos de existência da IC e dos partidos comunistas. Isto mesmo foi por ele sublinhado, ao distinguir entre o «ponto de partida» (e o terreno de ação principal) nacional e a «perspetiva internacional».

Um segundo aspeto, ligado a esta mesma «nacionalização», é que, sendo o objetivo da análise política o conhecimento da «realidade efetiva das coisas» no sentido de a transformar, tal análise não pode nunca perder de vista nem subalternizar a compreensão do «outro lado», quer dizer, do modo como se organizam e governam as classes e as forças políticas dominantes a que a «força progressista» se opõe. Daqui o largo espaço que ocupam, nos Cadernos, por um lado as considerações históricas acerca do

«transformismo» – como método de governo da classe dirigente italiana que lhe permitiu dividir as classes populares e absorver uma parte da contestação social e política –, por outro a análise do fascismo e a avaliação realista da sua capacidade de sobrevivência. A categoria de revolução passiva, encarada como metodologia política da conservação de um sistema económico-social através de transformações tendentes a absorver o impacto de uma nova força social ascendente, ao mesmo tempo que se procura liquidá-la como alternativa histórica, foi neste aspeto a criação mais importante do aparelho conceptual dos *Quaderni*.

Antonio Gramsci morre de doença em 1937, após mais de dez anos de cárcere. Se algum balanço de vida pensou então fazer, só poderia ser o do completo malogro, quer em termos de felicidade pessoal e familiar, quer da causa política a que dedicou toda a vida, quer mesmo da receção da sua obra, incompleta, esparsa e sujeita a ser destruída pelos próprios carcereiros ou a permanecer simplesmente ignorada.

Dez anos passados, algum tempo depois do fim da II Guerra mundial, a sua correspondência da prisão encontrava-se publicada e recebia um dos mais importantes prémios literários italianos; os volumes dos *Quaderni* estavam no prelo. O Partido Comunista Italiano, um dos mais importantes em termos eleitorais, fazia parte do governo e da Assembleia Constituinte, contribuíra decisivamente para o fim da monarquia e o advento da República e tinha papel decisivo no estabelecimento da nova Constituição. Por algumas décadas, a expansão do marxismo cresceria entre os intelectuais italianos, como em muitos países europeus, ao ponto de vir a ganhar influência cultural hegemónica – um dos fatores de relevo nos grandes avanços democráticos e sociais das sociedades europeias até à década de 70 do século passado.

Já Anísio Boécio, escritor cristão do século V, achava que a Fortuna, «aos homens, quando os contraria, lhes é mais proveitosa do que quando os favorece.» (Nedel, 38).

Expusemos com excessiva demora algumas das categorias principais do pensamento gramsciano com o objetivo de definir critérios interpretativos para responder à pergunta sobre «êxito e malogro» na história do PCP enquanto secção portuguesa da Internacional Comunista, quer dizer, da sua fundação em 1921, a 1943.

O primeiro aspeto a notar a este respeito é que – diversamente do que acontecera dois anos antes com o nascimento da organização comunista que o precedeu, a Federação Maximalista Portuguesa –, quando o PCP se constituiu, em Março de 1921, é já a experiência de um malogro a principal determinante da sua formação. O malogro do movimento grevista do pós-guerra, a constatação da insuficiência dos organismos operários existentes para a realização da revolução social e mesmo para a conservação das conquistas sociais alcançadas, a experiência da ofensiva patronal e da ameaça de liquidação das liberdades políticas. Tudo isto no quadro do malogro – encarado embora como temporário – das grandes expectativas de revolução europeia e mundial que se tinham seguido à revolução de Outubro na Rússia, ao fim da Guerra, à revolução alemã e ao fim dos impérios na Europa.

Na história do PCP durante a I República, merecem uma atenção especial os anos da crise final do regime republicano (1923-26), que quase coincidem com a liderança de José Carlos Rates no Partido. Dele

nos ocupámos em texto recente destinado ao Dicionário da República e do Republicanismo, de próxima publicação. Rates foi sem dúvida um dos mais cultos dirigentes operários em Portugal e dos que mais cedo e melhor intuíram a necessidade de uma intervenção política do movimento operário, bem como a ameaça pendente sobre as liberdades republicanas. A sua personalidade eclética e ambiciosa absorveu fontes de informação muito diversas. Entre elas, a leitura de Sorel, combinada com a voga cultural de derivação nietzscheana, desempenhou um papel formador, mas desde cedo se combinou com uma tendência reformista, que o aproximou do Partido Socialista e de certas lideranças republicanas. A sua adesão ao comunismo transporta um marcado individualismo e espírito de caudilho, que é facilitado pela fraca preparação cultural dos militantes. Embora consciente da necessidade de conquistar a maioria camponesa do país, encara-a de forma essencialmente autoritária e manipulatória, o que explica o comprometimento do PCP em esquemas putschistas, bem como a leviandade com que foi encarada a possibilidade de passagem de um governo dos radicais republicanos a uma revolução de hegemonia proletária.

Em suma, pode fazer-se um balanço de essencial «malogro» em relação à intervenção política do PCP nos anos da I República. Dele deve ressaltar-se o início da intervenção sindical, através do movimento dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha, que conquistam já nesta fase implantação, nomeadamente entre os trabalhadores marítimos e os arsenalistas, o estabelecimento de certas bases entre trabalhadores rurais, no Alentejo, e ainda a constituição de organizações periféricas como a «secção portuguesa do Socorro Vermelho Internacional», de que alguns membros continuarão ativos no período posterior. No seu conjunto, o PCP da I República não resistiu aos golpes da ditadura instaurada em 1926, apesar da participação ativa de militantes comunistas nos movimentos revolucionários que, de 1927 a 1934, tentam derrubá-la.

Na avaliação deste período da história do PCP, temos presente o contexto internacional e a perspectiva comparada. Podendo afirmar-se que estes anos são, sem exceção, para os partidos comunistas europeus um período de formação e definição através de processos muito conturbados, o caso português é especificado por uma muito débil implantação nacional, a falta de um corte com tradições ideológicas e organizativas do anarco-sindicalismo e do republicanismo, a fraca assimilação do marxismo e do leninismo (apesar de tentativas que merecem referência) e a superficial abordagem do problema do fascismo.

A reorganização do PCP em 1929, operando-se em plena passagem da ditadura militar ao fascismo salazarista (Cruz, 371) – «fascismo batizado», segundo o mesmo autor (idem, 376) ou «fascismo catedrático», como foi mais recentemente classificado (Sousa) –, sob uma repressão terrorista, que envolveu o malogro da vida pessoal de milhares de militantes operários, foi um processo contraditório, extraordinariamente difícil, e que ficou inacabado. É no entanto neste período, na primeira metade da década de 30, que, em grande parte devido à ação do secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, a assimilação do leninismo começa a ter lugar de uma forma sistemática, e com ela a colocação dos fundamentos ideológicos que

permitirão ao PCP tornar-se ulteriormente a força dirigente do movimento operário e o principal dinamizador da Oposição antifascista.

A reorganização de 1929 situa-se em pleno no período da eclosão e desenvolvimento da grande crise económica mundial, que coincide na Internacional Comunista com a viragem do chamado «terceiro período» e a política «classe contra classe», concomitantes da ascensão do fascismo na Europa que culmina, em 1933, no acesso do nazismo ao poder na Alemanha. Embora na sua origem organicamente desligada da intervenção do Comintern, é profundamente influenciada por este contexto internacional. Toda a intervenção de Bento Gonçalves é guiada pelo objetivo de recolher para o movimento comunista e operário português as lições do movimento operário internacional e superar os limites do «nosso tradicional lusitanismo», conforme a sua expressão. Ao mesmo tempo, ela evidencia as contradições da estratégia «classe contra classe» e é um dos exemplos, no contexto europeu, das tensões que levaram, a partir de 1934, à sua superação e à adoção, no PCP como na IC, das políticas de Frente Popular.

O meu trabalho procura pôr em evidência como, na evolução dos textos programáticos e dos modos de ação do Partido nestes anos, se podem diagnosticar praticamente alguns dos problemas a que a elaboração de Gramsci procurava responder e, em particular nos escritos históricos e políticos de Bento Gonçalves, análises críticas e indicações estratégicas que iam no sentido da «guerra de posições» e da «conquista de hegemonia» preconizadas pelo pensador comunista italiano. Tal diz respeito, duma maneira geral, à crítica das tradições «subversivistas» e putschistas do movimento operário português, tanto no anarco-sindicalismo como entre os comunistas, aos programas de ação virados para a reorganização sindical e para o trabalho entre os camponeses, ou ainda à atenção prestada à questão dos intelectuais (Gonçalves, *passim*; Nunes 1999, 116-117). Como um dos momentos cruciais neste processo de evolução, empreende-se uma revisão crítica da historiografia acerca do 18 de Janeiro de 1934, seus antecedentes e consequências. O 18 de Janeiro e seus prolongamentos, até à revolta da ORA em Setembro de 1936, são apreciados na sua posição de charneira histórica, em relação com a situação internacional. São os anos do VII Congresso da IC, das Frentes Populares em todo o mundo e dos governos de Frente Popular em Espanha e França, do início da guerra civil de Espanha, e em Portugal da implementação das estruturas do Estado Novo e das suas organizações de massas, da organização da PVDE e do campo de concentração do Tarrafal, da decapitação do PCP com a prisão dos três membros do seu secretariado, incluindo Bento Gonçalves.

É também a época do nascimento do movimento neo-realista, que durante mais de um quarto de século dominará o panorama cultural português, e com o qual emerge para a atividade política e cívica uma geração que ficará duradouramente ligada à influência do PCP e do marxismo (Andrade; Nunes 2010). Duas figuras de intelectuais são especialmente consideradas neste quadro.

A primeira é a do matemático Bento de Jesus Caraça, intelectual comunista cujo pensamento e intervenção se desenvolveram, desde o final da década de 20, em aparente independência de uma estrita

disciplina organizativa partidária, oferecendo por isso elementos de continuidade teórica que se diferenciam da rutura entre a política «classe contra classe» e a de Frente Popular. (Caraça, *passim*).

A segunda é a do jovem Álvaro Cunhal, um dos intelectuais com participação de relevo nas origens do movimento neo-realista, que se definiu desde muito cedo como militante político e, sobretudo nesta qualidade, viria a exercer uma influência ímpar na história do comunismo português durante mais de meio século. Cunhal adere ao comunismo em pleno «terceiro período», mas participa em 1935 no VI Congresso da ICJ (paralelo ao VII da IC) e – embora só se torne de facto o líder do Partido a partir de 1943 –, tem desde logo um papel muito importante na conceção e implementação da política de unidade democrática antifascista em Portugal, caracterizada por importantes particularidades em relação às políticas de Frente Popular noutros países (Pereira).

Retomando os critérios gramscianos, o que podemos dizer sobre êxito e malogro do comunismo português após a «reorganização de 1929»? Tal corresponde a saber em que medida foi eficaz contra os inimigos que definiu, o capitalismo e o fascismo salazarista.

A resposta não pode ser independente da avaliação do «êxito e malogro» do adversário. Temos sempre tido em conta na investigação a história do regime salazarista e o projeto que ideologicamente o alicerçou (Nunes 1987, Nunes 1989). Em termos muito sumários, é possível dizer que o êxito de Salazar na formação de um bloco de poder que superava antigas contradições das classes dominantes e oferecia uma ampla plataforma de integração social e ideológica foi real (Rosas). Combinado com uma repressão sistemática e implacável, foi capaz de derrotar as resistências republicanas e populares e o projeto de revolução social de que o movimento operário anarquista e comunista vinha animado, estabelecendo estruturas de poder que vieram a revelar-se duradouras.

A resposta quanto ao êxito e malogro do «comunismo do terceiro período» ou de «classe contra classe» é portanto – em Portugal como internacionalmente – no sentido do malogro, e desse malogro o movimento de 18 de Janeiro de 1934 ficou como epítome e símbolo.

No entanto, este insucesso é indissociável das energias que a tradição de rebelião operária e o próprio extremismo do slogan «classe contra classe» ativaram, e que em parte se canalizaram para a participação nas revoltas militares contra a ditadura. Por outro lado, o esforço de Bento Gonçalves e de centenas de outros militantes, em que já se incluem intelectuais como Caraça, no sentido da apreensão e divulgação do marxismo e do leninismo, a implantação e ativação de massas representada pela Comissão Inter-sindical (CIS), a atenção dada à questão camponesa e às próprias políticas desenvolvidas pela ditadura, o aprofundamento, em relação com a IC, como mostrámos (Nunes 1996) do problema das etapas da revolução, tudo isto são elementos, embora com limitada eficácia imediata, sem os quais seria impossível conceber a influência nacional que o PCP viria a exercer ulteriormente. Como escreveu Bento Gonçalves: «Antes de 1929, quando as massas falavam de comunismo, referiam-se aos comunistas... franceses, por exemplo. Depois de 1929, referiam-se a nós.» (Gonçalves, 144)

Mas foi então a revolução passiva do fascismo salazarista a vencer duradouramente, e foi Salazar o «construtor de hegemonia» capaz de realizar um novo «bloco histórico» que assegurou a expansão das forças produtivas materiais e intelectuais no quadro do Estado Novo? A tomar a sério uma parte crescente do «senso comum» e mesmo da historiografia reinantes, não se estaria longe de tal conclusão. É certo que o salazarismo logrou, na base da repressão sistemática, da permanência do atraso cultural e da pobreza, assegurar possibilidades marginais de ulterior desenvolvimento dentro dos limites do modo de produção e do sistema de poder que consolidara. Mas tal sistema estava, na sua génese e estrutura, como aliás Salazar na fase de ascensão repetidamente afirmou, vinculado à afirmação mundial das tendências e doutrinas que a II Guerra mundial derrotou (Loff). Embora adiado, o seu colapso em 1974 estava inscrito na lógica da evolução histórica.

Então houve ocasião de verificar a pertinência de uma das mais conhecidas observações de Gramsci: «O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si.» (Gramsci, 46).

O conjunto de transformações políticas e sociais realizadas em Portugal pela revolução de 1974-75, que tiveram a sua tradução na Constituição de 1976, têm as suas raízes na longa história da oposição antifascista, de que o PCP foi o principal organizador e protagonista. Como escrevia Maquiavel, «a fortuna está mais inclinada a ceder a homens ímpetuosos do que aos calculistas» (Machiavelli, 87).

Referências

- ANDRADE, Luís (2010). *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- CARAÇA, Bento de Jesus (2002). *Cultura e Emancipação (1929-1933)*, Obra Integral, Edição crítica, Vol. I, Porto: Campo das Letras.
- CRUZ, Manuel Braga da (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa: Presença/GIS.
- GONÇALVES, Bento (1976). *Os comunistas. Bento Gonçalves*, Porto: A opinião.
- GRAMSCI, Antonio (2007). *Cadernos do cárcere* (vol. 3: *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed.
- LOFF, Manuel (2008). «*O Nosso Século é Fascista!*» *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto: Campo das Letras.
- MACHIAVELLI (1988). *The Prince*, Quentin Skinner e Russell Price (ed.), Cambridge: Cambridge University Press.
- MAQUIAVEL (1945). *O Príncipe*, Lisboa: Cosmos.
- NEDEL, José (1996). *Maquiavel. Conceção antropológica e ética*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NUNES, João Arsénio (1987). «A Formação do Estado Fascista em Portugal à Luz da Correspondência Diplomática Britânica (1926-1933)» in AA.VV., *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa: Fragmentos, pp. 189-198.
- (1989). «Salazar e os Fascismos – Introdução», in *Vértice*, nº 13, 2ª série, pp. 9-19.
- (1996). «A Formação da Estratégia Antifascista», in *História*, nº 17, Fevereiro.
- (1999). «Bento Gonçalves», in António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Figueirinhas.
- ROSAS, Fernando (1994). *O Estado Novo*, vol. VII da História de Portugal dirigida por José Matoso, Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2010). «The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal (1926-1945)» in Tina Mavrikos-Adamou (ed.), *Problems and Issues in International Relations*, Atenas: ATINER.
- PEREIRA, José Pacheco (1999). *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol. I (1913-1941), Lisboa: Temas e Debates.

SASSO, Gennaro (1964). *Il Pensiero politico di Niccolò Machiavelli*, Turim: ERI – Edizioni RAI Radiotelevisione Italiana.

SOUSA, Jorge Pais de (2011). «O Estado Novo de Salazar como um fascismo catedrático: fundamentação histórica de uma categoria política», in Carlos Cordeiro (coord.), *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, Coimbra/Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

AS MULHERES TRABALHADORAS EM PORTUGAL E AS ORIGENS DO ESTADO-PROVIDÊNCIA (1880- 1943): FORTUNAS E MALOGROS¹

Virgínia Baptista

Introdução

No nosso estudo, em época contemporânea, semanticamente os conceitos de fortuna e malogro designam, o primeiro, êxito, prosperidade, melhoria, sucesso e o segundo, fracasso, insucesso, prejuízo.

Tivemos por objetivos centrais perceber como evoluiu a legislação sobre o trabalho feminino, destacando-se a situação das mães, e quais foram as instituições que disponibilizaram cuidados materno-infantis para as trabalhadoras. Neste sentido pretendemos responder às questões: constituíram estas leis e instituições, que estão na origem do Estado-Providência para as mulheres em Portugal, fortunas ou malogros para as trabalhadoras e suas famílias? Ou seja, com estas ações obtiveram as mulheres direitos ou foram discriminadas socialmente?

As datas cronológicas deste trabalho explicam-se do seguinte modo: 1880, por ser a data do maior impulso das associações de socorros mútuos femininas e 1943, por ter sido o ano em que o abono de família foi extensível aos funcionários públicos (ano em que também foi criado o Instituto Maternal, com sede na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, com funções de coordenação da assistência médico-social à maternidade e à primeira infância).

Um leque diversificado de bibliografia de autores(as) nacionais e internacionais e as fontes consultadas e analisadas foram fundamentais para a concretização deste projeto.

As Mulheres e o Estado-Providência: a ambiguidade da legislação e das teorizações – fortunas e malogros para as mulheres trabalhadoras e domésticas

Sendo o Estado-Providência por inerência proporcionador de direitos sociais, seguimos a proposta sobre processo de cidadania de Marshall (civil, político, social), do século XVIII ao século XX e indagámos se o mesmo incorporava da mesma forma os homens e as mulheres². Refletimos, também, na distinção de Richard Titmuss, entre Estado-Providência «residual» e «institucional», em que no primeiro caso o Estado assume responsabilidades após o mercado e a família terem sido incapazes de atuarem, limitando a assistência aos grupos necessitados, e, no último, o Estado assegura a segurança social a toda a população³.

¹ Este texto insere-se no âmbito do projecto de tese de doutoramento intitulado «Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal. As Origens do Estado-Providência (1880- 1943)» concluído em Setembro de 2012 e defendido em 2 de Julho de 2013 no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa (projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia SFRH/BD/44439/2008).

² T.H. MARSHALL (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 63- 66.

³ Gøsta ESPING- ANDERSEN (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press.

Atentámos, depois, no conceito de «desmercantilização» apresentado pelo sociólogo dinamarquês Gøsta Esping-Andersen, segundo o qual os indivíduos acedem a serviços obtidos como direitos sociais. A sua teoria explicou as diferentes origens e evolução dos três modelos de Estados-Providência: liberal (em que os indivíduos assistidos são estigmatizados), continental (onde se insere Portugal, que estimula a função doméstica das mulheres) e social-democrata (um sistema mais universalista, permitindo a igualdade entre cidadãos, homens e mulheres).

Uma das críticas da historiadora inglesa Jane Lewis ao modelo de Esping-Andersen é a de que as mulheres apenas podem entrar na sua análise quando se encontram no mercado de trabalho, o que marginalizava as mulheres domésticas⁴. Por este motivo, a socióloga americana Ann Shola Orloff acrescentou o conceito de «desfamiliarização»⁵. Assim, alguns Estados como Portugal foram claramente «familiaristas», no sentido em que admitiam que a família era o centro normal das responsabilidades no que diz respeito às necessidades sociais dos seus membros, que na maioria dos casos recaíam sobre as mulheres.

Em primeiro lugar, tendo este trabalho por objeto as mulheres, é fundamental frisar que o Código Civil que vigorou entre 1867 e 1965 estabeleceu um enquadramento jurídico que minorizava as mulheres, colocando as casadas na dependência do marido, o chefe de família.

Em Portugal as mulheres estavam integradas no mercado de trabalho, constituindo mais de um quarto da população ativa durante o período em análise. Em todos os sectores de atividade a maioria das trabalhadoras tinha entre 20 e 40 anos, encontrando-se, assim, em plena idade de fecundidade, pelo que muitas mulheres constituíam famílias com filhos.

Tal como na restante Europa e nos Estados Unidos da América, em Portugal, logo desde finais do século XIX ampliaram-se os debates sobre as implicações do trabalho feminino na maternidade, na família e na sociedade. Após a Conferência de Berlim de 1890, regulamentando sobre o trabalho das mulheres na indústria e nas minas⁶, os governos legislaram estabelecendo um horário de trabalho e atividades em conformidade com a «condição feminina», que conduziu ao *sweating system*, no domicílio – um malogro para as mulheres. Esta legislação «protetora» veio a ser inserida em programas de ação de feministas, que não se aperceberam de imediato, que as leis conduziam muitas mulheres à pobreza, como tão bem destacou, entre nós, a jurista Elina Guimarães, em 1937. Do mesmo período, a legislação adotada em diversos países proibindo as mulheres de trabalhar nas quatro semanas a seguir ao parto, sem remuneração, como identificou a médica feminista Adelaide Cabette na sua dissertação em 1900 e discutiu o médico Estêvão de Vasconcelos em 1911, no 1º Congresso Nacional de Mutualidade, reverteu contra as mulheres porque as empobreceu, revelando-se um malogro para elas e suas famílias.

⁴ Jane LEWIS (ed.) (1993). *Women and Social Policies in Europe. Work, Family and the State*, England/Vermont, U.S.A: Edward Elgar, Hants.

⁵ Anne Shola ORLOFF (2003). «Gender and the social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States», *American Sociological Review*, vol. 58, pp. 303-328.

⁶ Anne COVA (1999). «Génese do Estado Providência em França. A protecção da maternidade e os movimentos de mulheres, 1892- 1939», *Ler História*, nº 37, Lisboa, p. 83.

Em Portugal, a legislação estatal de 1919 sobre os seguros sociais obrigatórios, elaborada no contexto democrático da 1ª República, no tempo do ministro socialista Augusto Dias da Silva, tinha um cariz liberal, direcionando-se aos trabalhadores mais desfavorecidos, de ambos os sexos, que auferissem até 900\$00. Apesar de sujeitos a inquérito e das indemnizações serem reduzidas, adquiririam direitos sociais, logo a fortuna a nível da cidadania, se a legislação tivesse sido aplicada a todas as modalidades de seguros. Por sua vez, a lei nº 1884, de 1935, basilar da Previdência Social, enquadrava-se num Estado corporativo, autoritário, defensor da manutenção do estatuto social. Promovia as instituições de previdência e de assistência, baseando-se no princípio da subsidiariedade estatal. Os direitos sociais de reunião e de expressão foram coartados e era estimulada a maternidade e as funções domésticas das mulheres⁷.

Em ambas as legislações o parto era equiparado a doença. A maternidade só se tornaria uma modalidade autónoma de seguro a partir da legislação de 1962. Em 1937 legislou-se a licença por parto de 30 dias, com um subsídio, mas com pressupostos muito criticáveis porque condicionada à visão avaliadora do empregador sobre se as trabalhadoras o mereciam.

De destacar que a República, em 1911, concedeu uma licença por parto de dois meses às professoras primárias, sem perda de vencimento⁸, situação idêntica à que ocorreu em França, em 1910, para as professoras do ensino público⁹, erigindo-se numa inédita fortuna a nível de direitos sociais para este grupo profissional. Em 1942 o abono de família, muito reduzido, era pago na maioria dos casos ao marido, no contexto do salário familiar, expresso na Constituição de 1933.

A assistência materno-infantil – malogros para as mulheres desfavorecidas e dependentes

A nível demográfico o grande flagelo nacional encontrava-se nos dados da mortalidade infantil, superior nas cidades de Lisboa e do Porto, temendo-se o perigo da «degenerescência da raça»¹⁰. As principais doenças identificadas com base nos anuários demográficos foram a diarreia e enterite, a pneumonia, a tuberculose e as debilidades congénitas. Foi possível verificar, para o ano de 1937, que em Lisboa a enterite afetou mais os bebés até aos 2 anos do 1º e 4º bairros (zonas oriental e ocidental), populares e operários, principalmente nos meses de verão, sabendo-se por exemplo, pelos estudos do médico Manuel Vicente Moreira e do engenheiro António Emídio Abrantes (1938) que grande parte das habitações populares não ofereciam condições de conforto e salubridade, como acontecia no Vale Escuro, com a existência de furnas, onde viviam crianças.

Debruçando-nos sobre algumas instituições de assistência em Lisboa, como a Santa Casa da Misericórdia, organismo de assistência estatal desde 1834, segundo relembra Maria Antónia Lopes,

⁷ Miriam Halpern PEREIRA (2010). *O Gosto pela História*, Lisboa: ICS, pp. 165- 201.

⁸ Áurea ADÃO (1984). *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 238-239.

⁹ Gisela BOCK, «Pauvreté Féminine, Droits des Mères et États-Providence» in Georges Duby, Michelle Perrot (dir.), *Histoire Des Femmes, Le XXe Siècle*, p. 395.

¹⁰ Sobre este conceito, ver Irene Vaquinhas (1992). «O conceito de “Decadência Fisiológica da Raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)», *Revista de História das Ideias*, Vol. 14, pp. 365- 388.

verificámos que de 1890 a 1908, entre os motivos da entrega das crianças à guarda da instituição, sendo a maioria das mães criadas de servir, diminuiu a percentagem «por abandono do pai da criança» triplicando o «falecimento da progenitora» o que ocorreu devido aos incentivos dos subsídios, nomeadamente de lactação, concedidos às famílias carenciadas.

Política e socialmente, até aos anos quarenta defendeu-se que o domicílio era o lugar próprio para o nascimento, conceção destacada pelos decretos que criam os organismos «Defesa da Família», em 1935 e o Instituto Maternal, em 1943. Contudo, nascia-se também em Maternidades. Em Lisboa, por exemplo, nas públicas: a secular e exígua enfermaria de Santa Bárbara, do Hospital de S. José e a maternidade Dr. Alfredo da Costa a funcionar desde Dezembro de 1932 e nas privadas: a cargo de Associações de Beneficência, como a Maternidade Abraão Bensaúde inaugurada em 1928, e nas de iniciativa patronal, exemplo da Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, próxima da fábrica de Xabregas, a funcionar desde 1927, que se dirigia às tabaqueiras, mulheres de operários e seus filhos.

Nas maternidades visava-se uma assistência gratuita às mulheres e crianças mais desfavorecidas desde que comprovassem o seu estado de indigência, de pobreza (através de atestados das Câmaras ou paróquias) logo, dirigiam-se principalmente às franjas mais humildes da população (não excluindo a permanência de uma minoria de pensionistas ou porcionistas), não correspondendo ainda a qualquer direito individual, tratando-se mais de um dever moral da sociedade, porque as parturientes eram sujeitas a inquérito e estigmatizadas.

Já na Companhia Portuguesa de Tabacos encontramos na esfera privada da ação patronal, com os serviços médicos e os cuidados às crianças, os subsídios aquando do parto, cumprindo-se a lei do repouso após o parto, o que indicia o início da concessão de direitos às mães trabalhadoras.

Também em Lisboa, outras instituições particulares tiveram um carácter assistencial, sendo também necessário provar a pobreza das famílias: a Associação Nacional dos Parques Infantis, fundada em 1933 pela escritora Fernanda de Castro, em zonas desfavorecidas da cidade; a Associação dos Albergues Nocturnos, instituída em 1880, com o albergue no largo do Intendente, que acolheu temporariamente também parturientes e mães, a maioria criadas de servir, e seus bebés que iam ou vinham dos hospitais da zona; a Associação Protectora da Primeira Infância, que criou quatro lactários, a partir de 1903 nas zonas mais populares de Lisboa e o Centro Maternal e Infantil- Fundação Júlia Moreira fundado em 1937 pelo médico Manuel Vicente Moreira, dirigido às mães mais carenciadas das freguesias da zona oriental de Lisboa.

As Mulheres e o mutualismo: uma fortuna limitada

Entre os trabalhadores a previdência ocorreu nas associações de socorros mútuos, baseadas num ideal democrático, solidário e livre, que com a legislação de 1891, apresentava carácter pioneiro

relativamente à Grã-Bretanha (1896) e à França (1898), como refere Michel Dreyfus¹¹. Através do pagamento de quotas e jónias visavam-se socorros em diversas modalidades de risco: doença, velhice, inabilidade, consultas, medicamentos e, por vezes, no parto. A aprovação dos estatutos, concessão de alvarás, verificação de contas e número de sócios estava a cargo do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. A nível nacional desde finais de oitocentos que existiam associações de socorros mútuos masculinas, mistas e femininas.

O mutualista Costa Goodolphim estimou que as mulheres seriam cerca de 20% dos associados a nível nacional, nos anos 80 do séc. XIX. Por essa altura, as mulheres rondariam 36% da população ativa, pelo que a percentagem é bastante credível. Uma década mais tarde, Guilherme Augusto de Santa Rita, funcionário do Ministério das Obras Públicas, num estudo sobre o Socorro Mútuo em Lisboa, em 1898, contabilizou 31,4% de associadas na capital (percentagem plausível tendo em conta que em 1900 se contabilizaram 25,2% de trabalhadoras no mercado de trabalho, podendo as restantes sócias trabalharem no domicílio ou serem domésticas). Relativamente às associadas, verificámos que as percentagens mais elevadas no conjunto dos associados existiam nos bairros ocidental e oriental de Lisboa, com 38,79% e 44,60% respetivamente, que correspondiam a zonas onde as mulheres trabalhavam em fábricas, em oficinas, no comércio, na venda ambulante e executavam trabalhos no domicílio, como criadas e costureiras.

Tanto Goodolphim como Santa Rita consideraram que as mulheres adoeciam mais vezes que os homens (adiantando que embora por menos dias), dando prejuízo às associações. Esta situação também foi levantada para França por Michel Dreyfus e Nadine Giraud. Comprovámos nesse ano de final do século XIX, em Lisboa, que as mulheres foram efetivamente 56,6% dos associados socorridos por doença.

Da leitura que fizemos dos Estatutos das Associações de Socorros Mútuos a nível nacional verificámos que só um número muito reduzido de associações previa a modalidade de maternidade com subsídio. Observámos na esmagadora maioria das associações um artigo que estipulava: «As sócias não têm direito a socorros nos partos ordinários, mas ser-lhe-ão concedidos nas moléstias provenientes dos mesmos». Não ignorando as condições de cansaço das mulheres decorrente da dupla função de trabalhadoras fora e dentro de casa, que levaria mais mulheres a adoecerem, as condições em que ocorriam os partos, em casas insalubres e sem assistência de médico ou parteira, é provável que muitas das doenças decorressem do próprio parto.

Em regra as mulheres pagavam quotas e jónias inferiores aos homens, sendo também os subsídios a receber inferiores. Seguindo a lei geral do país, as mulheres casadas necessitavam da autorização dos maridos para se inscreverem nas associações.

Constatámos que durante o período em estudo a perspetiva dominante sobre o corpo feminino assentava na conceção da sua maior debilidade com consequentes patologias que, no caso estudado,

¹¹ Michel DREYFUS (1995). «Mutualité et organisations politiques et sociales internationales (1889-1939)», *Vingtième Siècle. Revue d' Histoire*, nº 48, p. 96.

pesavam nas despesas das associações de socorros mútuos mistas, pelos subsídios por doença e custos com honorários médicos e medicamentos. Foi esta a fundamentação para a criação de associações só femininas.

Nas associações femininas o ideal mutualista cumpria-se pelo direito das mulheres poderem eleger e serem eleitas para cargos sociais. Algumas associadas foram notórias feministas (nomeadamente, Angelina Vidal, Maria Veleda, Maria Emília Baptista Ferreira, Sara Beirão), outras foram delegadas aos Congressos Nacionais, tendo-lhes sido dado visibilidade pelos mutualistas, pela sua presença em mesas de sessões magnas. Porém, também este contexto só era possível se autorizadas pelos maridos, mantendo-se, assim, a discriminação, o malogro, ou a fortuna limitada das mulheres entre os mutualistas.

No «sítio de Xabregas», no 1º bairro de Lisboa, as mulheres estavam fortemente inseridas no mercado de trabalho, destacando-se nas indústrias têxteis e de tabacos, exercendo profissões como criadas de servir, lavadeiras, peixeiras, costureiras e vendedoras ambulantes. Tendo em atenção apenas a fábrica de tabacos de Xabregas, pelo inquérito sobre as condições de trabalho nas fábricas de 1887, nela trabalhavam 995 operários, sendo as mulheres 74,9% dos trabalhadores. No mesmo inquérito, o motivo da maior empregabilidade feminina era vista pelos operários masculinos como um modo de redução dos salários, pelo lado dos patrões a preferência pela admissão das mulheres devia-se a serem mais disciplinadas, mais assíduas e porque muitos dos trabalhos, tais como os do empacotamento e outros, eram vistos como mais próprios das mulheres do que dos homens.

Desde finais do século XIX que as mulheres tinham as suas associações de classe femininas (costureiras, criadas de servir, operárias de engomadorias, lavadeiras, parteiras...), integrando também as associações de classe mistas, reivindicando pela redução do horário de trabalho e melhores condições laborais, pela fortuna na condição de trabalhadoras.

Conclusão

Constatámos que foi devido à maternidade, que particularizava as mulheres, que se expandiu a conceção do «male bread winner»¹², por grande parte da Europa e dos Estados Unidos da América, procurando arredar-se as mulheres do mercado de trabalho e torná-las as criadoras do «Bem-estar» da família. Daí que na maioria dos países estudados o welfare ter sido concebido em função do chefe de família masculino e muitas mulheres adquiriram direitos sociais através dos maridos. Mas foram as mulheres trabalhadoras que rompendo com o princípio do «male bread winner», muitas opondo-se à legislação «protetora», obtiveram direitos sociais como assalariadas - que se reverteu em fortuna para si e suas famílias.

Observámos que, em Portugal, o modelo de evolução de cidadania de Marshall, não se aplica às mulheres, uma vez que só na década de trinta adquirem direitos políticos restritos, pelo que persistência do malogro da cidadania plena para as mulheres as discriminava.

¹² Sobre a relação entre o trabalho masculino e a domesticidade ver Julie-Marie STRANGE (2013). «Fatherhood, furniture and the inter-personal dynamics of working-class homes, c.1870-1914», *Urban History*, vol. 40, 2, Cambridge University Press, pp. 271- 286.

Verificámos que a proteção materno-infantil acessível às mulheres trabalhadoras, em Portugal, foi essencialmente de âmbito assistencial, depois de comprovada a sua pobreza, entrecruzando-se com a discriminação legal salarial das mulheres no mercado de trabalho. Nesta modalidade os direitos à previdência estatal ou do patronato foi muito pontual no período em estudo. Tal como Elina Guimarães apontou em 1928, no Segundo Congresso Feminista e de Educação: a mulher grávida era não só incómoda mas onerosa para o patrão. Também segundo as nossas observações foi-no no mutualismo. Eram estes os custos da maternidade – um dos malogros para as trabalhadoras.

Em síntese, a legislação e as instituições estudadas inserem-se nas origens do Estado-Providência, em Portugal, tendo o Estado funções residuais ou de subsidiariedade na proteção materno-infantil, quer pela assistência às famílias indigentes ou no estímulo às instituições particulares, não constituindo estas medidas ainda direitos sociais para as mulheres, logo a fortuna a nível da cidadania. Paralelamente, existiu a previdência do mutualismo e de algumas empresas onde as mulheres trabalhavam, iniciando-se já uma fortuna nos seus quotidianos, ainda que com limitações.

MÁRIO SOARES E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA 1974-1976. ALGUMAS CONCLUSÕES

David Castaño

No final de 2011 defendi a tese de doutoramento que integrava o projeto estratégico do CEHC-IUL que agora termina. Neste seminário final desse projeto estratégico procurarei apresentar algumas das principais conclusões dessa tese. Antes de as referir, uma primeira palavra deve ser dada sobre a escolha do tema e objeto deste estudo e os seus objetivos. Uma segunda palavra sobre as fontes em que se alicerçou a pesquisa e uma terceira sobre os problemas com que nos defrontámos ao longo da investigação.

O processo de transição democrática portuguesa tem vindo a atrair a atenção de cientistas políticos e historiadores ao longo das últimas três décadas. Focando-nos nestes últimos, depois da realização de importantes trabalhos pioneiros, entre os quais se destacam as obras dos professores António Reis e Medeiros Ferreira, começaram a surgir novos estudos centrados na atuação de determinados atores no processo revolucionário português. Desta forma, o complexo papel dos militares na revolução de Abril tem vindo a ser revelado em profundidade nos trabalhos da professora Maria Inácia Rezola. A atuação dos dois primeiros Presidentes da República tem vindo a ser esclarecida através das biografias elaboradas pelo prof. Luís Nuno Rodrigues. E, em paralelo, começaram a surgir estudos sobre a dimensão externa, debruçados sobre o papel que alguns atores internacionais desempenharam no processo de transição para a democracia, entre os quais se destacam os trabalhos de Tiago Moreira de Sá dedicado aos Estados Unidos e as investigações de Ana Mónica Fonseca relativa à social-democracia alemã.

Neste contexto, evidenciava-se a existência de uma lacuna na historiografia do período. E os líderes civis? Tendo o anterior regime caído às mãos dos militares, terá cabido exclusivamente a estes o desenho do quadro político-institucional que se seguiu? Qual o papel desempenhado pelos dirigentes partidários neste processo? Entre estes destaca-se, ao nível do senso comum, a figura de Mário Soares, tido como um dos «pais fundadores» do novo regime. No entanto, o secretário-geral do PS não teve qualquer intervenção no derrube do Estado Novo nem na elaboração do programa que iria estruturar o novo regime.

Além das memórias e entrevistas que os responsáveis civis, tal como os responsáveis militares, vêm realizando e concedendo, não existiam suficientes estudos que permitissem contribuir para um maior conhecimento sobre o papel das lideranças civis no sucesso da transição democrática portuguesa. Foi esse contributo que procurámos realizar com a elaboração desta tese que partiu duma pergunta simples: qual o papel desempenhado pelo líder socialista no sucesso da transição democrática portuguesa? De que forma terá ele contribuído na definição do rumo adotado pelo país?

Ultrapassada a mais acesa fase do debate historiográfico sobre o papel dos atores individuais na história, focámo-nos na ação de um homem, procurando seguir o seu percurso, não ignorando, antes

procurando integrá-lo, no contexto em que se movia. Neste processo dinâmico, em que os atores individuais são simultaneamente sujeitos ativos e sujeitos passivos, procurámos verificar de que forma estes são capazes de favorecer uma determinada opção em detrimento de outras que então se colocavam.

Este trabalho de investigação beneficiou da recente abertura de arquivos nacionais e internacionais que até há pouco tempo não estavam disponíveis e que permitem lançar nova luz sobre a história contemporânea portuguesa. Na Fundação Mário Soares encontram-se depositados documentos do arquivo do Partido Socialista e o próprio arquivo pessoal do líder socialista, onde entre outras, se pode aceder à sua correspondência, discursos, entrevistas e documentação oficial como as atas das reuniões do Conselho de Ministros. A estes juntam-se outros espólios como o de Pedro Pires, seu interlocutor no processo de descolonização da Guiné-Bissau, ou as atas do Conselho da Revolução. Foram ainda consultados o arquivo histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Arquivo do Conselho da Revolução, bem como a imprensa escrita, nacional e estrangeira. No campo internacional foram consultados os arquivos do Foreign Office e os do Departamento de Estado norte-americano. A qualidade e quantidade destas fontes primárias fez com que este trabalho se tenha alicerçado fundamentalmente em documentos escritos. O facto dos mais próximos colaboradores de Mário Soares no período em causa terem já falecido (por exemplo: Jorge Campinos, Tito de Morais, Ramos da Costa, Sá Machado) impossibilitou a realização de entrevistas àqueles que se afiguravam como principais fontes a entrevistar e tornou redundante a realização de entrevistas a outros atores que já relataram a sua visão dos acontecimentos, pelo que se optou por apenas realizar uma entrevista com o protagonista deste estudo. Foi pois com base na documentação recolhida durante a investigação, devidamente tratada e validada, que se foi construindo uma narrativa que procurou enquadrar as ações e omissões de um sujeito histórico num determinado contexto político.

A encerrar esta primeira parte falta fazer uma referência àquelas que identificamos como sendo lacunas neste trabalho. No que diz respeito às fontes, pensamos ter conseguido consultar a sua grande maioria. Apesar de algumas falhas, os arquivos referentes a este período encontram-se disponíveis, existindo um enorme manancial de documentação consultável. Entre a documentação que pretendíamos consultar apenas não conseguimos aceder ao arquivo do PS e aos diários de Mário Soares. Em relação ao primeiro, os documentos depositados na Fundação permitiram ultrapassar essa lacuna, em relação ao segundo, seria certamente uma mais valia para este trabalho. No entanto, sabíamos à partida que estávamos a estudar um político ainda vivo e ativo, e esta pretende apenas ser uma primeira abordagem que será certamente objeto de contributos futuros que refutarão umas e reforçarão outras das ideias que aqui apresentamos. Alguns assuntos poderiam ter sido mais desenvolvidos (por exemplo relações com a Igreja e com movimentos de direita durante o Verão Quente) e outros talvez não merecessem tanto destaque. Por vezes a descrição da conjuntura terá relegado para uma posição secundária o principal objeto desta tese e por outras poderá ter-se caído num erro de sinal oposto. A procura do equilíbrio entre estas duas dinâmicas esteve, no entanto, sempre presente no processo de elaboração da narrativa, que seguiu a ideia de Ortega y Gasset: o homem é

o homem e a sua circunstância e esta pode por ele ser alterada. Foi este processo dinâmico que procuramos descrever.

Feitas estas observações iniciais faremos então uma breve incursão pelos principais pontos-chave da tese que em nosso entender merecem ser aqui sublinhados:

Apesar do período cronológico deste estudo se encontrar bem delimitado (Abril de 1974 – Julho de 1976), entendeu-se ser fundamental traçar, mesmo que a traços largos, o percurso político de Mário Soares durante o Estado Novo. Daqui extraímos duas importantes ideias que ajudam a compreender a sua atuação nos meses que se seguiram à queda do regime: 1) Soares entendia como necessário garantir a autonomia dos socialistas perante um PCP com históricas pretensões hegemónicas sobre toda a esquerda; 2) sublinhava a indispensabilidade de existência de laços com parceiros externos como forma de dificultar essas pretensões.

Verificada a queda do Estado Novo, defendemos que toda a ação de Mário Soares se subordinou a um grande objetivo: estabelecimento de um regime democrático-pluralista. Com este fim em vista, identificamos alguns objetivos secundários que se sucediam e ajustavam de acordo com a evolução da situação político-militar e social do país. Deste modo, entre Abril e Setembro de 1974 identificamos três preocupações principais: i) promover a legalização dos partidos políticos; ii) garantir que o PCP não fosse excluído dessa legalização e envolver os comunistas nas responsabilidades governativas; iii) alcançar um rápido cessar-fogo de modo a garantir o regresso dos militares aos quartéis.

Registada uma progressiva viragem à esquerda, na sequência do 28 de Setembro, as principais atenções de Soares centraram-se no seu próprio partido, que se debatia com sérias ameaças de desmembramento. A rápida aceleração do processo revolucionário, que atingiu novo pico em Março de 1975, colocou em causa a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, passando este a ser o principal objetivo a alcançar. Realizadas as eleições e verificada uma confortável vitória dos socialistas, havia que promover uma clarificação entre as duas dinâmicas então em marcha, a revolucionária e a eleitoral, que se revelavam antagónicas e em rota de colisão.

Além da legitimidade conferida pelos votos, Soares pôde também contar com o forte apoio dos seus parceiros internacionais, com quem vinha tecendo uma já sólida teia de cumplicidades, que não se coibiram de tornar Portugal num dos pontos de discussão no diálogo que se estabelecia entre os dois blocos no processo de détente e que apoiaram o seu partido a nível financeiro, técnico e moral desde a primeira hora. Estes apoios revelaram-se fundamentais. Além de contar com os amigos da Internacional Socialista, Soares conseguiu também forjar uma importante relação de confiança com a principal potência ocidental, através do estabelecimento de fortes laços com o representante dos EUA em Lisboa que rapidamente se transformou em seu confidente e conselheiro.

Durante estes cerca de dois anos, apesar destas variáveis de índole tática, registamos a existência de três grandes vetores que se consubstanciam como linhas de força: i) posição crítica relativamente ao

envolvimento dos militares na vida política; ii) defesa da autonomia do PS em relação ao PCP; iii) manutenção dos socialistas como elemento central tanto no espectro partidário como ao nível dos governos provisórios, constituindo-se como um partido-charneira.

Estes três vetores não eram, no entanto, isentos de contradições e exigiam também um elevado grau de flexibilidade.

Relativamente aos militares, uma vez garantida a representação partidária no governo e a legalização dos partidos políticos, Soares empenhou-se na resolução do problema colonial. Além da sua posição ideológica contra o colonialismo, via na rápida celebração de cessar-fogos o caminho que conduziria ao regresso dos militares aos quartéis. Tal não aconteceu e a hipótese de envolvimento direto do MFA na elaboração da Constituição levaram-no a defender a institucionalização do movimento. Era impensável uma retirada imediata dos militares da vida política e, paralelamente, era necessário garantir a realização de eleições, pois estava convicto que um grande sucesso dos socialistas poderia influenciar parte do MFA. No entanto, a vitória eleitoral não se revelou suficiente alterar a relação de forças entre os militares. Soares compreendeu então que além do peso dos votos era necessário mostrar força nas ruas. Com estas duas armas tentou forçar o Conselho da Revolução a tomar posição, e esta sua ação seria fundamental na rutura e posterior derrota dos defensores do aprofundamento da via revolucionária.

Em relação ao PCP, defendemos que, apesar de termos identificado uma constante: garantir autonomia do PS em relação aos comunistas; o posicionamento de Soares manifestou alguns cambiantes que devem aqui ser referidos. Assim, se de Abril a Setembro de 1974, o líder socialista revelou um certo complexo de inferioridade em relação aos comunistas, a partir do último trimestre desse ano, munido de elementos que indicavam que os comunistas não seriam capazes de transferir para o nível eleitoral a capacidade de mobilização de massas que evidenciavam nas ruas (sondagens), não se furtou a medir forças com o PCP.

No entanto, e aqui entramos naquele que identificamos como sendo o terceiro vetor, este combate com o PCP, não tinha como fim último a sua saída do governo ou a sua eliminação do espectro partidário. Ao contrário de Sá Carneiro, Mário Soares defendeu sempre a participação dos comunistas nos governos provisórios, com a mesma convicção que defendeu a manutenção dos populares democratas. Na sua visão estratégica, o PS não poderia ser nem o partido mais à esquerda com responsabilidades governativas nem o partido mais à direita. Para captar votos à direita necessitava da existência de uma ameaça à sua esquerda e para manter os votos da esquerda necessitava da existência de um perigo à direita. Após a vitória nas eleições de 1975 era necessário assegurar que as responsabilidades governativas eram partilhadas tanto à esquerda como à direita, e mesmo quando começou a questionar seriamente as hipóteses de sucesso de uma transição democrática, rejeitou sempre a ideia defendida por Costa Gomes, de formação de um governo PS-PC. Esta defesa do PPD não impedia que travasse com os populares democratas outro importante combate. Ao apresentar-se como legítimo representante da social-democracia em Portugal, o PPD pretendia colocar em

causa os laços privilegiados que os socialistas mantinham com os partidos da Internacional Socialista. Apesar de, a nível interno, Soares revelar-se crítico da social-democracia não podia abdicar desta ligação que tantos benefícios lhe trazia.

Uma vez identificados estes pontos é chegada a altura de procurar responder à questão fundamental que enunciamos: de que forma Mário Soares interferiu na evolução dos acontecimentos e contribuiu para o desfecho que se assistiu em 1976?

Logo em Maio de 1974, Mário Soares formou duas importantes convicções: o PCP contavam com total apoio da URSS e a direita não tinha forças para realizar uma contra-revolução, pelo que o PS seria a única força política capaz de resistir aos comunistas. Com base nestes dois pressupostos procurou valorizar o papel do seu partido, que se constituiu como uma das principais vozes a favor do pluralismo e da via democrático-representativa. A defesa da legalização dos partidos políticos; a oposição ao adiamento das eleições legislativas e consequente reforço dos poderes presidenciais; a atitude crítica perante o MDP e a recusa da ideia de uma aliança preferencial com os partidos à esquerda do PS, defendida dentro do seu próprio partido; a crítica à unicidade sindical; a denúncia à falta de pluralismo nos principais órgãos de comunicação social; a ênfase colocada na importância da realização de eleições; a atitude de moderação adotada quando era ainda desconhecida a opinião do Conselho da Revolução perante os resultados eleitorais; o combate travado nas ruas para demonstrar que a força eleitoral era acompanhada por capacidade de mobilização popular; a congregação de forças, quer internas, quer externas, nos meses em que a possibilidade de um conflito ganhava terreno; a procura de uma solução consensual na chefia do Estado; fazem de Mário Soares um dos principais elementos responsáveis pela evolução do processo político-militar nos moldes em que este se consubstanciou.

Num período em que sucessivos acontecimentos radicalizavam, não apenas o discurso, mas a prática política, ao conseguir fazer ouvir a sua voz nas instancias que realmente detinham o poder em Portugal, Soares contribuiu para alterar o rumo dos acontecimentos. Sendo verdade que é aos militares, nomeadamente a Costa Gomes, que se deve o cumprimento da promessa de realização de eleições em 1975, deve sublinhar-se que a mera realização de eleições não era condição que por si só impedisse ou inviabilizasse a deriva revolucionária. Como fizeram então questão de sublinhar responsáveis militares e de partidos à esquerda do PS, as eleições apenas serviriam para eleger representantes que teriam como única tarefa elaborar uma Constituição, devidamente enquadrada pelo Pacto MFA/Partidos.

Como Soares cedo se apercebeu, um regime revolucionário teria poucas hipóteses de vingar no extremo ocidental da Europa num momento em que os blocos ensaiavam a détente. Contudo ele poderia ser tentado e ser levado à prática em Lisboa, península de Setúbal e Alentejo. Sem apoios externos, essa experiência seria facilmente derrotada. No entanto, nada garantia que lhe viesse a suceder um regime democrático em que os socialistas continuassem a ser uma das principais forças políticas. Tão ou mais importante que impedir uma deriva revolucionária era impedir uma resposta vinda da direita que entretanto

recuperara forças. O espectro do Chile esteve sempre presente. Esta permanente leitura das forças em presença, além de exigir flexibilidade do ponto de vista da ação, exigia também flexibilidade doutrinária. Logo em Dezembro de 1974, no primeiro Congresso do PS, Soares defendeu com idêntico entusiasmo o sucesso do processo revolucionário e o sucesso da democracia pluralista. No entanto, defendeu que este último era prioritário.

Foi esta flexibilidade e capacidade de se concentrar naquilo que considerava essencial que lhe permitiram ultrapassar os vários obstáculos, evitar ser ultrapassado pelos acontecimentos e consolidar o seu papel no processo de transição democrática.

FAILURE OR SUCCESS, THE IMPACT OF INDUSTRIALIZATION AND DE-INDUSTRIALIZATION ON PORT CITIES IN EUROPE

Magda Pinheiro

Henk van Dijk

«Understanding of the present scene [in ports] is impossible without reference to the past...» James Bird (1963)

In 1797, when the French troops entered Venice, the old *Serenissima Republic* came to an end. From that time on it became the plaything of other powers, first the French, then the Austrians and finally the Italian monarchy. However, at the end of its existence, the former economic and political power had already faded away. During the eighteenth century the Republic was merely a shadow of its former position. For this reason Venice was comparable to many port cities in the past. Ostia, the former port of Rome, and Bruges, in Belgium, both shared the same fate. Changing geographic situations leading to a more difficult entrance to the port could have led such cities into oblivion.

Because the majority of the European port cities were not situated directly on the seashore, they were susceptible to influence by the deposit of sediments on the river streams, changes in tidal flows and the coastline. Amsterdam lost its former position due to the appearance of sand banks in the former Zuyderzee during the eighteenth century. Later technological possibilities however, gave this port a second chance. Amsterdam could be linked to the North Sea during the nineteenth century by the construction of a canal and that helped to revive the port function, but it never reached the same position it had during the seventeenth century. In the Netherlands its position was taken over by the city of Rotterdam, a port city which was of minor importance before the nineteenth century, but which could have better connections to the new industrial parts of its hinterland and also had a direct link to the sea.

Nevertheless success or failure is always a relative cultural construction that is based on comparative perceptions of reality. Changing political, economical, geo-morphological or technological circumstances can bring an end to the advantages of former positions, disrupting flows of people and merchandise that sustain the success of port cities. Different actors understood those changes differently over time. In the industrial period, as states were shaping themselves in relation to markets, people and merchandise, the instruments of control over these flows, were understood as an important form of power. Fiscal policies aimed to favour national port cities. For example, an important change was the end of the monopoly over South American overseas trade that some port cities, like Lisbon and Seville, had until the Napoleonic wars. The end of the old colonial regime in Spain and Portugal had a strong negative impact on the ports that had the benefit of

this colonial exclusivity. In this sense although fiscal protection continued to exist, freedom of trade developed and contributed to the growth of the flows of goods and people that passed through those ports.

Later, Modern Imperialism had a strong effect on European port cities too. Marseille for example profited from the increasing French influence in Northern Africa during the 19th century (Bonillo and Borruey, 1992). The construction of the Suez Canal (1869) also favoured its port. From 1824 to about 1870 the Dutch port cities were stimulated by colonial trade and shipping with the monopoly of the *Nederlandsche Handel-Maatschappij*, the continuation of the former East Indian Company (VOC).

Port cities were and are a specific kind of urban artefact. They are gates in larger networks linking their hinterlands to broader functional settings (Ducruet, 2007). That's why not all settlements by the sea become port cities. This is also the reason why even port cities whose trade was in decline due to the so-called continental system of Napoleon cities, like Hamburg, could recover quickly as «*grand entrepôt de l'Allemagne*» (Magasin Universel, 1835) particularly after the foundation of the Deutsche Zollverein. Conversely, cities like Amsterdam or Stockholm, lacking the strong links to their hinterlands, had a more difficult time because they had to concur with Rotterdam or Gothenburg respectively.

The most important economic activities of port cities were maritime shipping and trade, both related to the sea. This gave them a very special character and essence as well as specific social structure and urban form. Sailors and immigrants had a great impact on local populations and in early modern times the flow of population into and out of port cities was larger than in other types of cities. Although mortality was high, as populations could be vulnerable to diseases from elsewhere, ports had an important contribution towards urban growth (Lawton and Lee, 2002).

But besides the economic activities that were the basis of port cities (trade and shipping), other related activities played an important role too. Industries like shipbuilding and repair, sail and rope making, mills and biscuit production, and later machine construction and all kinds of industries related to shipping and trade, such as the refinery industries (sugar, tobacco etc.) were quite important and sometimes influenced the labour market and social structure of the city. Particularly in those industries a significant female workforce could exist.

Port cities depended on trade cycles, changes in consumption patterns and power over the seas. Their vulnerability to economic changes was greater too. The sense of success and failure was also felt more due to the presence of foreign merchants and sailors as well as the journeys of local merchants. Comparisons with other cities were frequently made. Industrialisation had strong effects on port cities as we will try to demonstrate in this paper, but it was, as such, only a stage in the development of port cities and their success or failure over time.

Broadly speaking for European port cities in general we can detect three or four stages in their development:

- The dominance of Mediterranean shipping during Antiquity. Although elsewhere port cities must have existed (e.g. the ports of Portugal important for the importing of specific metals from the British isles) due to the political situation the Mediterranean (as well as the Black Sea) was the most important sea for trade and transport.

- With the decline of the Roman Empire the position of Mediterranean ports didn't cease (port cities like Venice, Byzantium/Istanbul, Genoa and Barcelona were important until the 16th century). During the Middle Ages however the importance of the Atlantic and the North Sea (and Baltic) shipping slowly increased. The centre of gravity shifted from the Mediterranean towards Western Europe (including Spain and Portugal) in particular at the moment that the trade via the Silk Road lost importance for Europe.

- From the sixteenth century onwards the centre of gravity slowly shifted in the direction of the northern parts of Western Europe, a development that particularly favoured Dutch and English port cities.

- This tendency was strengthened in particular from the start of industrialisation in the eighteenth and nineteenth centuries as we shall see, although there were some specific particularities.

- Finally during the latest stage, i.e. de-industrialisation as well as technological changes and globalisation, port cities changed their character once again.

In this paper we shall try to research the effects of industrialisation and de-industrialisation along with globalisation processes on the position of port cities in Europe.

Industrialisation

Although mankind already used machines and instruments for production for much longer, the social and technological changes that took place since the mid eighteenth century, especially the introduction of the steam engine, had important effects. No longer did man depend on wind, water, animal or human power to drive other engines. With the help of mineral resources, such as coal and later oil, it was possible to deliver greater power. It became possible to enlarge production enormously. Along with the increase of production, problems of capital investment, diffusion of technological knowledge and competition over the dominance of markets occurred. Although coal was available in other parts of Europe, it was particularly the coal belt running from the British Isles, through Northern France, Belgium, Germany and Poland, which developed into an industrial region during the 19th century. Coal was especially important to the new iron industry, but also became the fuel of ships and locomotives.

Since the infrastructure for easy access to coal mines was not available everywhere, this region generally had the advantage of having a great deal of navigable rivers. Although road construction was important from the eighteenth century, the roads were not yet suitable to transport heavy loads. Canals were the cheaper solution to transport coal but since the first decades of the 19th century railways were also

available. Technical knowledge, metallurgy, and the capital to invest in railroad construction were available in these regions. One of the first countries taking advantage of these conditions was England where capital for investment was rather abundant.

It was possible now to link port cities with their hinterlands via canals and later by rail, dropping the price of transporting bulk goods. Many port cities in North Western Europe gained with this situation. Some were already important for a longer time, such as Hamburg, Bremen and Antwerp. Others, like Rotterdam and Liverpool, became important more recently but generally before the Mediterranean port cities could benefit from those advantages.

More continental countries, like France, developed a strong network of roads since the end of the eighteenth century. Canals and railways linking Paris to the main port cities started before the middle of the nineteenth century and were favoured by the desire to preserve the dominance of a non-coastal capital. Nevertheless the linking of the mining and industrial parts lagged behind. State investment was more important in France and this country could export its model of investment in the communication and transport system to other countries. Such benefits were not so easy to obtain in the Mediterranean countries or in the Iberian Peninsula. The lack of capital was the main reason for that, but it can also be explained by a lack of demand for transport, which would make them profitable. Geographic circumstances did not help either. Particularly in the Mediterranean countries the geographic and climatic circumstances obstructed a better use of the hinterland by waterway. In Spain the difficulties to construct canals could not be surpassed in the nineteenth century and the train was the only available solution to feed cities like Madrid. It was an expensive solution that could only have a significant economic expression after 1860. The Spanish desire to bring political integration to the whole Peninsula was opposed by the Portuguese. As a consequence the railway network reflected the national territory, diminishing the scope of the "natural area" of port cities like Lisbon.

It is clear however that not only geographic circumstances played a role in the shift of the economic centre of gravity and the related situations of and the effects this had on port cities. Likewise new political relationships such as the emergence of the modern nation state and new forms of colonisation had their effects too. In most cases national governments tried more and more to homogenise their territory. For that purpose they favoured local companies in several ways. This was particularly clear for the shipbuilding industry. Concentrating the wharves did not only bring down prices and help in international competition, but also made it possible to construct a naval fleet at lower costs (Cataruzza, 1988). To add to this, other companies like railway companies were sometimes involved in this policy. The unification of Germany led to the creation of a single railway company and the German government tried to favour the German port cities with lower transport tariffs. But in some ways Germany was an exception, because in the British Isles railway companies remained separate and in France attempts to unify them failed and four railway companies were finally each left with their own tariffs and regulations. Only in the 20th century did the SNCF take over those

companies. A port-city like Marseille was, in this context, unable to get low tariffs that would allow for the survival of heavy metallurgy (Rocayollo, 1992).

Although the construction of railway lines influenced the position of port cities (e.g. Antwerp had a profit from the connections to the newly developed French industrial area near Longwy after 1871) and for some time the construction of a specific type of ports was very popular (the railway port, a narrow harbour in which ships were loaded and unloaded directly on the quays), it was the use of waterways with their cheap transport possibilities which finally led to their collapse. Port cities with a river connection to their hinterland profited the most. New techniques made those rivers navigable and together with the use of steam tugs and motor ships contributed to that process. Here too the port cities of North Western Europe showed the largest growth, mainly for bulk loads of iron, ore, coal, grain and other foodstuffs, because they had a larger hinterland together with an important growth of the population there (Wiedenfeld, 1903).

The railway port, which was a dominant type of port for about 30 years, became obsolete for this reason at that time. The new so-called river ports, large harbours in which the ships were anchored from where they were loaded or unloaded, from and to river barges with the help of new machines like elevators and floating cranes. This then became the predominant type. Quays used exclusively for passenger transport (an important branch of industry until World War II) were still important. A part of this transport was for the large number of emigrants either to the colonies or to other parts of the world. The poorest of them used sailing ships for a long time (which were also used for the transport of cheap bulk goods like guano etc. for a long time) for this purpose, because the cost of shipping was lower.

Alongside these visible changes, the labour market in the ports also changed notably. Specialised insurance companies, stevedores, and other office clerks increased in numbers. Although the number of dockers still increased as a result of the growth of shipping, their share in the total workforce of the ports diminished. Although the general growth of the population of these cities was astonishing, it made them increasingly vulnerable to the impulses of the international business cycle. Whereas in the past shipping was very much a seasonal phenomenon, it now became dependent on the business cycle only. This already started in the 19th century, but became clearly visible during the Great Depression in the 1930's. Of all Dutch cities the unemployment rate was the highest in Rotterdam at that time.

It was for that reason that already in those years the diversification of economic activities in port cities started to be thought about. With the help of national subsidies nearly everywhere a policy of construction of larger passenger vessels started hoping to get a larger part of the expected transatlantic transport of passengers after the depression (a policy which afterwards was doomed to fail, because of the outbreak of World War II and the fast growth of aviation after the war). The second option of diversification, the construction of large scale processing industries (in particular for chemicals and petrol) seemed less vulnerable, but after some time this option too was less profitable for the local economy than was expected. This type of industry demanded a very skilled labour force that was not always available and the oil crisis of

the 1970's demonstrated the vulnerability of such industries, mainly because oil-producing countries increasingly took over the processing themselves. During the same period, shipbuilding, another core industry in port cities, started to decline. Although national governments tried to stop this decline, it seemed impossible to compete against lower costs elsewhere. In the end, this kind of industrial policy seemed to be doomed and only very specialised ones could survive. This situation led to high costs and greater unemployment of the unskilled or semi-skilled labourers.

Internal effects of industrialisation

Not only the industrialisation process as such had an impact. New technologies in shipping itself, as well as in the shipbuilding industry, and in the transfer of goods were of significant influence. Docks, cranes and elevators contributed significantly to a greater speed in the loading and unloading of goods. Steam was increasingly used for driving and ships were built with iron and later steel instead of wood. In many cases this led to a concentration in the shipbuilding industry, because the greater investments as well as the pressure of national governments (the greater demand for 'modern' navy ships could only be satisfied by selling commercial ships too). Although already during the pre-industrial period, the area of the shipbuilding industry with their rope and sail components could have a specific character (examples could be found in the East of Amsterdam in the 17th century and in the *Arsenale* of Venice), the concentration and the use of new technologies had a very specific impact on the structure of the port city during the nineteenth and partially in the twentieth century.

In a nutshell they reflected the developments elsewhere in port cities. Whereas living near to the port and the river was a privilege of the rich before the nineteenth century, since that time it became the 'privilege' of the labourers. In many cases the larger houses of the more prosperous classes then became offices with clerks. This was not only the result of the increase of administrative jobs in the port, which reflected the growth of tertiary jobs and a greater division of labour, but also the effect of the deterioration of neighbourhoods as a result of industrialisation and a larger impact of transport.

Although industrialisation changed the urban structure, culture and social character of the port cities, some other features did not change as much. The traditional food processing industry remained and even had a greater impact due the European population's increasing demand for food, of the growing and the increase of imports from overseas. Sometimes it even gave new opportunities for female labourers to escape the poverty of a marriage with a sailor (with unstable incomes) or housekeeping work in the before mentioned houses of the rich. However this was not a lasting situation. Already between the world wars new job opportunities for females were created and especially after World War II it became clear that the traditional port industries could no longer rely on this relatively cheap labour force. Immigration from poorer areas (firstly in Europe and later from abroad) was seen as a remedy, but finally this policy only delivered a

temporary solution. A process of de-industrialisation set in, which not only hit the large industries in the industrial areas, but also the port cities.

De-industrialisation

Industries depend on several factors such as technology, labour, capital and materials. A change in one of these factors inevitably leads to changes in the industrial structure itself. Since the late 1970's a decline of basic industries in western societies has taken place. Coal mining, the iron and steel industry and textiles, for more than a century the pillars of industrial societies, entered a crisis. Although national governments tried to halt this decline, the outcome of this process of de-industrialisation became inevitable. The recruitment of a cheaper labour force from elsewhere couldn't stop the move of a significant part of those industries to other regions. Port cities with their industries were also affected.

A well-known example was the decline of the shipbuilding industry. In the end only very specialised parts of this industry could survive. Even the traditional port industry, cargo traffic, was affected. The process of mechanisation, standardisation and other increases in productivity led to a decline of the number of traditional dockers, whereas at the same time the number of administrative jobs in logistics increased. Although this development ended up in a sequence of labour conflicts in the 1980's, the outcome was that port cities underwent a metamorphosis and not only that, but their economic position deteriorated too. The newer transport industries demanded high-tech services with specialised skills, but those services contributed less to the aggregate employment.

Functional and spatial division

For centuries ports and port cities were linked to each other spatially and functionally. The port was the reason for the existence of a port city and shipping and handling of goods were done within the city. Cities grew as result of the increase of shipping and trade and in most cases the Central Business District was near the port. The spatial proximity of urban area and port was a matter of necessity due to the level of technology and the nature of trade. Loading and unloading as well as transport itself was labour intensive and control of it by ship owners and merchants only could be done personally. Even the local manufacturing industry depended on shipping and transport.

Nonetheless with the increase of transport and the changes in technology the original tie between city and port became looser. This was particularly apparent during the second half of the nineteenth century when new ports had to be constructed. Docks and railway links could not be made within the traditional port vicinity. New social and spatial divisions arose. The elite of the port city traditionally living near the ports, gradually stopped doing so. Too much traffic and noise were seen as an undesirable. Their houses were used for administrative tasks. Only the labour class stayed close to the newly developed and older ports, because there still was not a regular labour market and distances between work and living had to be short. Many

of the jobs were temporary and even work for sailors had to be found in coffee shops, pubs and other similar businesses near the ports. Even trained labourers in the shipbuilding industry mostly lived near their place of work. Broadly speaking, this situation lasted until World War II. Although between the two world wars some specific living quarters were developed, sometimes with some kind of garden city approach such as Wandsbek in Hamburg or Heyplaat and Bloemhof in Rotterdam, but all of them still relatively close to work places, Heyplaat was specifically created for labourers of the shipbuilding industry.

After World War II this spatial linking of work and living came to an end. It became easier to travel to work, but not only working conditions changed. Perhaps even greater changes happened in logistics and traffic. Roll-on, roll-off traffic was introduced and the coming of the standardised container, which required different approaches to shipping and ports. No longer could the port city provide those facilities within its boundaries. The demand for deeper entrance for larger ships meant a need to construct harbours nearer to the sea, which were linked to motorways and large areas for chemical and petrol industries. This resulted in the end of the centuries old functional link of port and city.

Although some local authorities had some kind of influence on the development of those port facilities, functional division became a reality (Benacchio et al., 2001, Hoyle, 1989). Not only the former ports of the early modern period lost their position. The same was true for the ports of the industrial period. Port cities were confronted with large decaying areas that sometimes had living quarters with lower class inhabitants (occasionally mostly immigrant labourers).

An answer to this decline seemed to be the so-called waterfront development. Warehouses and factories were transformed into apartment buildings and lofts to attract wealthier inhabitants. It was a part of urban policy, which is called Gentrification.

Gentrification

The concept of urban gentrification refers to changes in urban society in which more affluent people buy property in low income and working class areas. As a result of this process the average income in those areas increases and family size decreases. The original inhabitants (poorer residents) cannot pay the increased rents, house prices and property taxes and are therefore forced to leave the area (although sometimes local politics can at least impair this somewhat). Often old industrial buildings and warehouses are converted to residential houses and shops and new types of businesses delivering services for a more affluent class of consumers that appear.

The concept of gentrification attracted much attention in social science literature. Hamnett (Hamnett, 2005) cites several reasons for this interest:

- It was an interesting area of research for a new generation of sociologists and social geographers in the period from 1970 to 1985, because the concept could be related to the classical theory of urban development formulated a.o. by Burgess and Hoyt. According to this theory the internal spatial division

of cities, in economic terms, was the result of the relationship between real estate prices and proximity to the centre. Low-income groups in these areas depended on the immediate vicinity of the central business and service centre (the Central Business District or Core) and had to live in high densities.

- The concept of gentrification was developed in a fundamental debate between the supporters of humanistic geography (and the new cultural geography) and the adherents of the structuralism-oriented societal critical geographers and sociologists (social critical geography). Briefly between an approach on the demand side (consumer behaviour) and an approach based on the supply side (producers of real estate, developers, investors in the urban real estate market).

Both approaches can be seen in the work of important geographers in the decades after the 1960's: gentrification as a result of the flow of capital on an urban level and gentrification as a result of personal preferences.

Gentrification as a result of personal preferences

In 1980 David Ley published *Liberal Ideology and the Post-industrial City* in which he mentioned a number of important social changes at the end of the 1960's (Ley, 1980). Sociologically a strong increase of the service labour force took place. Blue-collar work was replaced more and more by white-collar work. Besides that, a stronger governmental interference with urban developments and the emergence of a new middle class with a specific taste contributed to a demand for renewal of former urban areas in decay. In this essay and in later work one may find the theory of gentrification as a result of changes in demand.

Gentrification as a result of the flow of capital at an urban level

It was Neil Smith (Smith, 1979) who paid specific attention to what he calls the dominant role of the providers in the real estate market. In his opinion this also explains the fact that some neighbourhoods were put into the process of gentrification and others not. More and more firms and (small) businesses moved to the suburbs and the increasing age of the houses in inner city areas enlarged the differences between realised real estate incomes and potential ones in such a way that reinvestment becomes more interesting. Capital owners and institutions notice a growing number of possibilities to start revitalisation. It is not as much about a certain taste, but capital should be the motor for gentrification. Although he nuanced his views a bit later and also gave way to demand, in the 1990's he still spoke of urban revanchism to stress the idea that gentrification ran parallel with the banning of less affluent and marginalised urban inhabitants.

As previously mentioned the waterfront development is part of the process of gentrification in general. Perhaps the most well known example is London Docklands in which the former East Side of the city was transformed into a luxurious living and office area with even an airport and a railway line. Such developments were also done in other cities like Rotterdam, Liverpool Boston and Sydney. In some cases this policy was successful and the former link between the city and the sea, which had been broken by industrialisation, was restored, such as in Barcelona. In Trieste however, the former port city of the Habsburg

monarchy, the entrance to the water is still hidden by industrial areas. Waterfront development was partially a response to the decay of urban areas in general, but within port cities the pressure to make this specific policy was related to the decline of the old port areas of the industrial period.

The effects were that the richer inhabitants once again perceived the pleasures of living near the water (something that was quite normal for the elites until the industrial period) and that it was possible to renovate areas in decline, but it is debatable if the overall idea of social mixture of those areas (urban renewal as social policy) was successful in the end, and more importantly if these new impulses to economic activities will in the end rescue the (industrial) port city from its economic decline. The new developed ports with which the link was weak or even non-existent delivered economic growth, but little work, whereas the waterfront areas demanded less unskilled work too.

The role of globalisation

In 1969 the general director of the port of Antwerp, Vleugels, wrote: «port regions seem always to have been at an advantage when compared to those regions which are not situated by the sea or on rivers». It was a statement stemming perfectly from the neo-classical theory of industrial location. Since that time the effects of a process that has been called *globalisation*¹ proved that this general statement is not true. Abundant material showed that the regional benefits derived from seaports and in particular the local impact of containerisation diminished (Vallega, 1996). Globalisation is not a new phenomenon though. Although vehement discussions exist as to if this is a recent and modern phenomenon (Conversi, 2010), some authors argue in favour of an older history. Some facts, such as the link between urban centres in the Hellenistic world, the Silk Road, the Muslim world (all sometimes called archaic globalisation), and during the 16th and 17th centuries the expansion of Portugal, Spain, the Netherlands and England (also called the proto globalisation) and modern imperialism along with industrialisation at end of the 19th century point at earlier periods of exchange and interlinking (see also Antunes, 2006). It is clear that port cities in general gained enormously with these processes, because they could enlarge their foreland and link that with their hinterland. But there could be losers too.

The developments during the last decades show that port cities in Western Europe can now too be vulnerable to changes in transport flows. For centuries it was the Atlantic Ocean that linked the most economically developed parts of the world, but slowly a dramatic shift in the transport streams over the world became visible during the last decades as a result of demographic and economic changes and a shift in geopolitical power relations. Whereas in the past Atlantic shipping dominated, it is now the Indian Ocean and the Pacific that have the largest number of ships. Singapore, Shanghai, Mumbai all show an enormous growth. Although in Europe some of the ports like Rotterdam and Antwerp are still influential, thanks to their

¹ Although the term is rather unclear and vague, in general it has been used to describe the integration of national economies into the international economy. However it can be used for processes of interchange in sociocultural, technological, biological and political factors.

hub function, but their position is vulnerable too. And also here the traditional link between port and city has been broken.

In general one can say that:

- Transport chains were concentrated and relocated;
- Maritime industries and their suppliers moved to other regions;
- Ports no longer need cities;
- Markets need ports, but no longer need port cities.

This development is not only visible in the decline of the traditional port areas within the port cities and the development of those areas in other places, but also in the character of employment. Global competition will make it more difficult to maintain positions, but it makes it debatable as to how far port regions can still contribute to economic growth as they did in the past. Although this development is already visible in the larger ports in Europe (Rotterdam, Antwerp, Hamburg, London), it makes the position of the smaller ones like Gijon, Bilbao, Trieste, Bremen or Southampton even more vulnerable. Although port authorities try to change the tide there in different ways, until recently the success of those policies wasn't always clear.

There is also a second important effect. The perils of global economic development can also have an influence on the climate, which can result in a greater vulnerability of port cities. Rising sea levels can be a direct threat, which calls for greater protection. Moreover, environmentally balanced situations can be broken. A well-known example can be found in Venice where the Marghera-Malamocco navigation channel in the lagoon, which was made in the 1960's, not only contributed to a greater risk of flooding, but affected the lagoon's environment too. The construction of new port areas seems to have quite high costs and within the European Union nowadays there is a policy that effects on the environment must be compensated somehow. Member states however, sometimes try to avoid those agreements as can be seen in the recent Dutch government measures relating to the deepening of the Wester Schelde (the entrance of Antwerp to the sea).

Conclusions

Although port cities played an important role in urban history, their position was not always unchallenged. Dependent upon economic, demographic, geographic or political changes, port cities could lose their eminent position. The examples of cities in decline are numerous. In Europe a general shift from the Mediterranean to the Atlantic coast and later to the North Western regions took place. Sometimes technological or political measures were used to stop the decline, but they were not always successful in the long run. Inevitably some cities lost their position, although some managed to maintain theirs. This process was apparent mainly during industrialisation.

Industrialisation though, was not a final stage in the development of port cities. More recently due to globalisation the position of the Western European port cities is at stake. Traditional industries came into decline and perhaps more importantly, due to changes in transport technology, the traditional link between port and city was broken. New port areas were developed outside the traditional city boundaries and the character of dock labour changed too. Adding to this, as result of changing demographic and economic circumstances, the position of European port cities diminished compared to port cities in other parts of the world.

Rotterdam/Lisbon, 2011

References

- ANTUNES, C. (2007). *Population Growth, Structural Development and Economic Growth: Amsterdam and Lisbon in the Seventeenth Century - a Comparison*.
- BENACCHIO et al., (2001). «Port Financing and Pricing in the European Union: Theory, Politics and Reality», *International Journal of Maritime Economics*, Volume 3, Number 4, 1 December, pp. 368-386 (19).
- BIRD, James (1963). *The major Seaports of the United Kingdom*.
- BORRUEY, Renée; BONILLO, Jean-Lucien (eds.) (1992). *Marseille, ville & port*.
- BURGESS, Ernest (). *The Growth of the City: an Introduction to a Research Project*.
- CATARUZZA, Marina (1988). *Arbeiter und Unternehmer auf den Werften des Kaiserreichs*, Volume 127 Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte Mainz.
- CONVERSI, A. et al (2010). *The Mediterranean Sea Regime Shift at the End of the 1980s, and Intriguing Parallelisms with Other European Basins* PLoS ONE 5(5): e10633. doi:10.1371/journal.pone.0010633
- DUCRUET, César (2007). «A Metageography of Port-City Relationships», in James J. Wang et al. (eds.), *Ports, Cities, and Global Supply Chains*.
- HAMNETT (2005). «Inward and Upward: Marking Out Social Class Change in London, 1981-2001», *Urban Studies*, 2008, 45.
- FURTADO, Nuno (2011). *A contentorização de Ponta Delgada*, Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- HOYLE, B. (1996). *Cityports, coastal zones, and regional change: international perspectives on planning and management, international perspectives on planning and management*.
- (1989). «The port - City interface: Trends, problems and examples», *Geoforum*, Volume 20, Issue 4, pp. 429-435.
- LAWTON, Richard; LEE, Robert (eds.) (2002). *Population and Society in Western European Port Cities, c. 1650-1939*.
- LEY, David (1980). *Geography without man. A Humanistic Critique*.
- SMITH, N. (1979). «Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People», *Journal of the American Planning Association*, 45:4, pp. 538-48.
- MENDOZA, A. G. (1992). «La modernisation des transports dans la Péninsule Ibérique au XIX siècle», *Histoire, Economies et Sociétés*, n° 9, pp. 145-156.
- PINHEIRO, Magda (2011). «Le port de Lisbonne entre deux empires» in *Towns and Communications, Vol. II, Communications between towns*, pp. 371-384.
- POLÓNIA, Amélia (2010). «European seaports in the Early Modern Age: concepts, methodology and models of analysis», *Cahiers de la Méditerranée*, n° 80, pp. 17-39.
- SOUSA, João Figueira (coord.) (1997). *Cidades, Portos e Frentes de Água*.
- SOUSA, F.; ALVES, J. F. (2001). *Leixões: uma história Portuária*.
- VALLEGA (1996). *The Mediterranean after the 1995 convention. The historical sense of a turn around point*.
- VAN DIJK, Henk; PINHEIRO, Magda (2003). «The changing face of European ports as a result of heir evolving use since the nineteenth century», *Portuguese Journal of Social Science*, pp. 89-103.
- VLEUGELS (1969), cited in: HALL, Peter; JACOBS, Wouter (2009). «Ports in proximity, proximity in ports: towards a typology» in: NOTTEBOOM, DUCRUET, LANGEN DE (eds.), *Ports in Proximity. Competition and Coordination among adjacent Seaports*.
- WEIMER, Arthur M.; HOYT, Homer (1939). *Principles of Urban Real Estate*.
- WIEDENFELD, Kurt (1903). *Die nordwesteuropäischen Welthäfen: London, Liverpool, Hamburg [etc.] in ihrer Verkehrs- und Handelsbedeutung*

JOGOS DE FORTUNA E AZAR NA BOÉMIA LISBOETA: OS CLUBES NOTURNOS DA DÉCADA DE 1920

Cecília Vaz

No âmbito do Projecto Estratégico do CEHC-IUL com o tema «A construção da fortuna e do malogro», propus-me a abordar a boémia na sua relação com uma prática de sociabilidade com a qual surge frequentemente associada e que apresenta o termo «fortuna» na sua própria designação: os «jogos de fortuna ou azar». Esta relação pode ser particularmente estudada no caso dos clubes noturnos, locais privilegiados para a boémia lisboeta na década de 1920.

No final do século XIX, os termos «boémia» e «vida boémia» são genericamente empregues na língua portuguesa com dois sentidos distintos, que implicam conotações e realidades diversas. Por um lado, surgem com uma conotação positiva, que remete para a «fortuna», quando utilizados num contexto de «boémia literária» (que pode apenas ser, como no título do livro de Camilo Castelo Branco que reúne em 1886 textos dispersos anteriormente publicados, uma *Boémia de Espírito*¹) ou de uma sociabilidade de artistas que, embora apresente alguns elementos de transgressão, é socialmente bem tolerada e, por vezes, até recomendada enquanto manifestação de modernidade e cosmopolitismo. Assim, «actores, músicos, fidalgos de *vida airada*, escriptores legendariamente estróinas, emfim toda a bella *bohemia*» que se junta para se divertir, jogar, comer e beber, «descuidosos do dia da amanhã»². Por outro lado, podem ser empregues com uma conotação negativa, associada ao «malogro», quando remetem para um mundo marginal, de vadios, prostitutas e criminosos. A vida de boémia é dos ociosos, que não têm ocupação ou não querem trabalhar, mas também dos estouvados, dos estúrdios, dos que vivem sem pensar no amanhã.

Em 1899, a entrada do *Dicionário* de Cândido de Figueiredo para o substantivo feminino «bohêmia», com a indicação da utilização do termo no seu sentido figurado (e não no sentido geográfico, e literal, do Reino da Boémia, região da Europa Central que ocupava parte da atual República Checa), aponta como significados «vadiagem; vida de vagabundo, vida airada. (De bohêmio, cigano)»³. A origem indica o significado para o termo já apontado em dicionários publicados anteriormente, como sendo a designação empregue na língua francesa para um nómada ou membro do povo Cigano.⁴ A utilização do sentido figurado tem também origem francesa: nas décadas de 1830-1840, o termo *bohème* começou a ser associado por

¹ Camilo CASTELO BRANCO (1925 [1886]). *Bohemia do espírito*, Porto: Lello & Irmãos, 3ª edição.

² Angelina VIDAL (1900). *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da sua evolução*, Lisboa: Typographia da Gazeta de Lisboa, 1º tomo, p. 175.

³ Cândido de FIGUEIREDO (1899). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand.

⁴ Raphael BLUTEAU (1712-1728). *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico [...]*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu., 8 vols.: na entrada «Boémia» indica como definição apenas a sua aceção geográfica. Curiosamente, na entrada «cigano» refere-se que estes «homens vagabundos e embusteiros, obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento, nem domicílio permanente» são indicados por alguns autores como provenientes do Reino da Boémia e é por esta razão que a língua francesa se refere a estes como “bohemes” ou “bohemiens”. Os dicionários publicados ao longo dos quase dois séculos que separam as duas obras aqui citadas reproduzem os significados apontados por Bluteau.

extensão a um determinado estilo de vida que começava a evidenciar-se em Paris e caracterizava um grupo de jovens artistas românticos, com comportamentos não convencionais, uma linguagem própria, sem residência fixa e conotados com uma vida errante, precária e sem regras. O novo uso populariza-se com a obra de Henry Murger, *Scènes de la vie bohème* (1849)⁵, adaptada para ópera por Puccini (1896)⁶. A língua portuguesa, tal como outras línguas, integra no seu vocabulário e apropria-se deste novo sentido, adaptando e reinterpretando o conceito.

A integração do novo sentido é reforçada pela entrada do adjetivo «bohémio»: «Relativo á Bohêmia; m. habitante da Bohêmia; dialecto dos bohêmios; espécie de capa antiga; cigano; valdevinos, estroina; extravagante (De Bohémia n. p.)».⁷ Os três últimos adjetivos reforçam a ideia de alguém que não prima por uma vida responsável e de trabalho, mas se destaca por um comportamento fora do que é considerado habitual e por uma atitude dissipadora, estouvada, pouco cuidada com o dinheiro. O «boémio» é também aquele que gasta (mesmo que pouco tenha) e o jogo é uma das mais fáceis maneiras de esbanjar e perder dinheiro.

A vida boémia surge desde o início ligada à prática do jogo. Schwalbach evocava deste modo a boémia nas casas de prostituição no passado:

«O vício de hoje não tem a mesma subtiliza daquele que há anos atrás tantos leões da moda arruinou, em que para bem amar era preciso bem jogar; nesse tempo quem com mais sangue frio deixava escorregar pelo pano verde das mesas de jogo, que sempre havia nesses templos, das 11 da noite até sol fora, era aquele que mais probabilidades tinha da vitória. O dinheiro ganho pela banca às algibeiras delas ia parar; não eram elas quem o pediam, isso era banal, eram eles que lho davam, perdendo-o. A cocote chic de outro tempo não pedia nunca, ganhava sempre, ou numa nega forte da roleta, ou numa dama de porta quando carregado era o ás que não vinha senão tarde e a más horas.»⁸

Enquanto forma de entretenimento para os tempos de ócio, os «jogos de fortuna ou azar» tiveram um impacto fortíssimo na sociedade portuguesa, sendo praticados por todos sem distinções sociais, etárias, profissionais ou mesmo género. Em Lisboa, os jogos de azar têm origens remotas, mas o fenómeno intensifica-se especialmente a partir de finais do século XIX, em consequência da crescente popularidade dos casinos que surgem incluídos no conjunto de equipamentos das novas estâncias balneares portuguesas, como complemento das termas e do «Grande Hotel», frequentados por uma burguesia abastada e adepta de uma ativa vida social e mundana. Apesar de proibidos, os jogos de azar são, neste contexto, justificados enquanto elemento atrativo de uma clientela saudável, que não se deslocaria a estes locais por motivos de saúde, e como meio de financiamento dos próprios estabelecimentos hospitalares. No princípio do século,

⁵ A primeira edição em livro de uma tradução portuguesa data de 1898 (*Scenas da vida de bohemia*, Lisboa: Empreza Editora, tradução de C. Dantas), mas anteriormente tinham sido já publicadas em periódicos outras versões do texto, da qual a mais antiga parece ser «Os ciganos de Paris», em *O Pharol da Beira*, n.º 3 a 8, Guarda: 12 a 26/1/1965 [incompleto] (trad. de Luiz Quirino Chaves).

⁶ A ópera *La Bohème* estreia a 1 de Fevereiro de 1896 no Teatro Regio de Turim, Itália, e é pela primeira vez apresentada em Lisboa no São Carlos a 11 de Fevereiro de 1897, antes mesmo de estrear em Paris, cuja realidade retratava.

⁷ Cândido de FIGUEIREDO (1899).

⁸ Fernando SCHWALBACH (2011 [1912]). *O Vício em Lisboa*, Lisboa: Parceria A.M. Pereira, p. 32.

os casinos passam de infraestrutura secundária a protagonistas nos locais de veraneio e o jogo torna-se na grande atração da época estival, mantendo os seus atrativos nas décadas seguintes⁹.

O vocábulo «casino», um neologismo com origem italiana, remete, segundo o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, para «casa, ou local de reunião, para jogar, dançar, ler, etc.»¹⁰. Os casinos não funcionam, portanto, única e exclusivamente como locais de jogo, organizando também bailes, concertos e outras atividades de lazer. A enorme popularidade dos casinos das estâncias balneares origina a abertura de casinos também na capital. A clientela que frequenta estes espaços é essencialmente a mesma que ocorre aos casinos dos locais de veraneio sazonalmente, mas que se encontra maioritariamente estabelecida na capital, em consequência do processo de migração das elites para os centros urbanos.

Estes casinos em Lisboa são a génese dos clubes noturnos aqui abordados. É de realçar que Cândido de Figueiredo define «club» como «casa, em que habitualmente se reúnem pessoas, para jogar, dançar, conversar, discutir, etc.»¹¹. Não passa despercebida a semelhança com a entrada «casino»: ambos são locais de reunião em que se joga e/ou dança. Mas enquanto do clube fica a noção de um local que prima pela animação (onde se conversa e discute), por contraste o casino remete para uma imagem mais silenciosa (onde se lê)¹². Este contraste reflete-se na oposição das descrições da sala de dança e da sala de jogo nos clubes, que abordaremos mais à frente. Em ambos, o «etc.» abre margem para um mundo de significados possíveis, no qual podemos sobrepor, cruzar ou afastar as duas realidades. São, no entanto, evidentes os pontos de contacto: tanto o casino como o clube se caracterizam como locais de sociabilidade mundana, apresentando atividades semelhantes com o principal objetivo de divertir os seus frequentadores.

É especialmente nas décadas de 1910-1920 e com os clubes noturnos que o jogo se impõe enquanto prática de uma vida boémia em Lisboa. Os clubes noturnos, espaços de diversão que pretendem ser os novos locais cosmopolitas e modernos da capital, vão traduzir uma ideia de modernidade e de boémia cada vez mais valorizada e que acompanha a aceleração que se faz sentir nos espaços urbanos e industrializados. São, acima de tudo, estabelecimentos comerciais, lugares de consumo, espaços de sociabilidade mundana e urbana, de carácter informal, entre os muitos outros existentes, que na época surgem ou consolidam a sua posição. As atividades que aí têm lugar não são exclusivas destes locais, antes são comuns a outros espaços, quer sejam vocacionados para o mesmo tipo de frequentadores, quer se destinem a outros grupos sociais. Os clubes são espaços semipúblicos, de admissão não limitada, mas cuja entrada é geralmente paga. Apesar de se intitularem «clubes», não são locais restritos e exclusivos, onde exista um limite de sócios ou a entrada seja sujeita à apreciação da direção e/ou restantes sócios.

⁹ Ver Irene VAQUINHAS (2006). *Nome de Código " 33856 "*, Lisboa: Livros Horizonte.

¹⁰ Cândido de FIGUEIREDO (1899).

¹¹ Idem.

¹² Um quiasmo que se inverte na atual conceção destas realidades, em que mais depressa conceberíamos ler num clube do que num casino, e que, acrescente-se, contraria o uso familiar do termo «casino» em italiano, com o sentido de «confusão», «desordem», «balbúrdia»: «fare casino» significa «fazer barulho».

Idealmente estes clubes são locais cosmopolitas e bem frequentados, por homens cultos e viajados e mulheres belas e emancipadas, aberto até altas horas, animados com a música moderna – o jazz –, onde se dançam as últimas modas. Trata-se de um local sempre aberto ao público, onde se pode comer a horas tardias, beber e fumar em ambiente animado, ou mesmo descansar depois de um dia de trabalho, onde os seus frequentadores sentem o conforto, o ritmo e o entusiasmo da vida moderna marcada por uma exaltação do prazer e um culto da extravagância próprios da boémia.



Imagem 1: “Tourist”: *Planta de Lisboa*, Lisboa, Libanio da Silva, 1924
 Fonte: Gabinete de Estudos Oisiponenses



- 1- Club Maxim's (Praça dos Restauradores, 43, 1º: Palácio Foz)
- 2- Clube dos Patos (Largo do Picadeiro, 10)
- 3- Club Internacional (Rua 1º de Dezembro, 59)
- 4- Palace Club (Rua Eugénio dos Santos, 89-91)
- 5- Club Majestic / Monumental Club (Rua Eugénio dos Santos, 58: Palácio Alverca)
- 6- Bristol Club (Rua do Jardim do Regedor, 9)
- 7- Club Mayer / Avenida Parque (Rua do Salitre, 1: Palácio Mayer)
- 8- Olímpia Club (Rua Condes, 9, 1º)
- 9- Ritz Club (Praça dos Restauradores, 27)
- 10- Palais Royal (Avenida da Liberdade, 3)
- 11- Regaleira Club (Largo de S. Domingos, 14-15: Palácio Regaleira)
- 12- Club Montanha (Rua da Glória, 57)
- 13- Salão Alhambra (Parque Mayer)

Imagem 2: (Detalhe) Identificação e localização dos clubes

A associação entre clubes noturnos e jogo é constante e incontornável. Em 1927, Félix Correia caracterizava nas suas «Crónicas de Verão», publicadas no *Diário de Lisboa*, os «clubs» cosmopolitas» ou «os clubes da baixa», assim intitulados dada a sua concentração nesta área da cidade, apontando o jogo

como a sua característica intrínseca e a sua verdadeira motivação: «O essencial num “club” [cosmopolita] é esta trindade atraente: a mulher, a dança e o “champagne” [...]. Isto é o exterior do “club”. Porque a sua alma está por detrás desses encantos: está na roda a que os donos chamam a sorte e os parceiros chamam azar.»¹³

O jogo assinalado como a essência e razão de ser dos clubes repete-se constantemente. No romance *Nome de Guerra*, de Almada Negreiros, o jogo é apontado como denominador principal de caracterização dos clubes:

«Chamam-se clubes a umas casas abertas toda a noite e nas quais a razão mais forte é o jogo.

Destas casas saem grossas quantias, extraordinariamente superiores às correspondentes licenças e impostos, o que justifica momentaneamente a tolerância dos poderes civis, transformados por este facto em benfeitores da miséria pública. Isto é apenas para dizer que corre por estas casas tanto dinheiro que dá por vezes a ilusão da abundância e do bem-estar.

[...] Quem necessitar de distrair-se pode escolher entre o jogo, o bufete e a dança.»¹⁴

Jogava-se em todos os clubes inventariados. Em 1920 o elenco das casas de jogo existentes em Lisboa incluía o Maxim's, o Palace, o Magestic, o Regaleira, o Ritz, o Clube dos Patos, o Bristol, o Club Internacional, o Palais Royal, o Olímpia e o Club Montanha¹⁵. Os jogos mais concorridos parecem ser a roleta, o bacarat e a banca francesa, todos jogos de azar proibidos. Mas também se jogava bilhar, mah-jong, king, e bridge, embora estas modalidades fossem menos concorridas.

Os clubes possuem salas de jogo separadas do salão do restaurante e *dancing*, cujo ambiente contrasta com o resto do clube. Nas salas de jogo impõe-se o silêncio, contrastando com a ruidosa animação do *dancing*:

«Em nenhum templo o silêncio seria mais opaco do que numa sala de jogo. Em nenhum templo os devotos se isolam da vida palpável que os cerca – como os jogadores. Entra-se, instintivamente, no bico dos pés. Os conciliábulos, as combinações, os comentários, são feitos a meia-voz, cochichados, num respeito imponente pelo silêncio dos parceiros. Só de tempos a tempos a voz dos *croupiers* fere este silêncio:

– Façam jogo!

Ou então anunciando a sorte:

– Sete...

E logo saltitam pequenas exclamações; a pá de cabo elástico varre o tapete verde; tilintam as fichas – e de novo tudo cai em silêncio.»¹⁶

Da lista de clubes apresentada, tanto o Club Maxim's, situado nos Restauradores, no Palácio Foz, como o Clube dos Patos, localizado no Chiado, perto dos teatros São Luís e São Carlos, abriram portas antes da I Grande Guerra (cerca de 1908, o primeiro, e antes de 1913, o segundo) como casinos, diversificando gradualmente os seus serviços de modo a conquistar mais público e de certa forma a dissimular a atividade original, embora esta se mantivesse. O restaurante, o *dancing*, os espetáculos promovidos pelos clubes são

¹³ Félix CORREIA (1927). «Crónicas de Verão: As noites de Lisboa depois da meia-noite nos “clubs” bairristas e nos “clubs” cosmopolitas», *Diário de Lisboa*, 13/07/1927, p. 14.

¹⁴ Almada NEGREIROS (1972 [1ª edição: 1938]). *Nome de Guerra*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 14.

¹⁵ Dados retirados de Irene VAQUINHAS (2006), p. 32, quadro IV, elaborado com base no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 46, em 25 de Fevereiro de 1920, fl. 7.p. 32.

¹⁶ Repórter X, «Histórias e personagens das salas de jogo», *ABC*, 8/07/1926, p. 6.

frequentemente apontados como camuflagem da prática ilegal do jogo: «Em poucos segundos uma sala de roleta transformava-se num animado e inofensivo *dancing*, a que não faltava sequer uma orquestra»¹⁷.

A permissividade em relação à prática do jogo no Maxim's não seria por certo estranha aos elevados montantes que este rendia ao Governo Civil de Lisboa¹⁸. Considerado o «primeiro clube do país»¹⁹ e «o mais elegante clube de Lisboa»²⁰, a presença de jogos de azar como a roleta, o bacarat e a banca francesa é evidenciada na organização do seu espaço, havendo inclusive uma dependência à qual se chama «Salão da Banca Francesa», documentada em fotografia.



Imagem 3: Salão da Banca Francesa
Fotografia de Carlos Vasques, s.d. (c. 1922)
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

Mais curioso é o facto de este clube encomendar ao fotógrafo Carlos Vasques²¹ imagens do seu Salão Nobre decorado convencionalmente e armado em sala de jogo, vendo-se a mesa da roleta ao centro. Não provoca surpresa constatar que a fotografia do Salão Nobre escolhida para publicitar o clube na em Outubro de 1922 da revista *Contemporânea* não revela a polivalência deste espaço, ficando-se pela imagem mais facilmente aceite do dito salão²².



Imagens 4 e 5: Salão Nobre e Salão Nobre, armado em sala de jogo
Fotografias de Carlos Vasques, s.d. (c. 1922)
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

¹⁷ Manuel Nunes (1945). *As Memórias de um Agente da Polícia: o chefe Pereira dos Santos contou-me a sua vida*, Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, p. 21.

¹⁸ Em 1920 o Maxim's pagava a avultada soma de 4.000\$00 pela licença de jogo. Ver Irene VAQUINHAS (2006), p. 32.

¹⁹ «Na nossa Lisboa», *Diário da Manhã*, 15/01/1933, p. 3.

²⁰ «Vai ser leiloado o recheio do Maxim's que esteve instalado no Palácio Foz», GEO, Luís Pastor de Macedo, *Bibliografia Olisiponense: recortes de jornais*, s.d., vol. 4, p. 92.

²¹ Álbum de *Fotografias de Lisboa: Fotografias de Carlos Vasques*, 1922, Vol. IV: Maxim's Club (35 fotografias), GEO, Colecção Vieira da Silva.

²² Ver, por exemplo, *Contemporânea*, n.º 4, Outubro de 1922.

Na imprensa satírica encontramos referência ao jogo no Maxim's e às fichas deste clube:

«Eu ouvia falar há muito tempo nos Clubs. [...] fui a um que me disseram ser dos primeiros. [...] o meu informador levou-me então a outro andar, onde havia uma grande porção de mesas cheias de números, com uma espécie de alguidar ao meio, e então vi que as tais *fichas* são umas coisas que parecem botões de casaco [...]. Fiquei também muito admirado de ver lá uma grande porção de moedas de cinco tostões em prata e cá fora não haver senão papel, e ele então explicou-me que aquilo das moedas fora o governo que, como não tinha grande confiança nos Bancos, mudara as moedas para os Clubs, para estarem mais bem guardadas.»²³



Imagem 6: Fichas de jogo – Maxim's

Fonte: Museum of Gaming History in http://www.themogh.org/cg_chip2.php?id=ptlic1

A sua reputação valeu ao Maxim's alguns anos a mais de vida quando comparado com outros clubes noturnos, poupando-o à vaga de encerramentos de finais dos anos 20, fechando portas apenas em 1933. Em 1930, o que se salienta na imprensa em relação ao Maxim's, ainda em funcionamento, continuava a ser a distinção da sua clientela: «Os salões do Palácio Foz estiveram regurgitantes do que de melhor há em Lisboa, em nomes antigos com legendas nos melhores dos solares; na diplomacia; nas artes e nas letras.»²⁴

Também o jogo no Clube dos Patos é alvo frequente na imprensa satírica, focando as dívidas que este gera, as fortunas que desbarata e o fascínio que causa numa burguesia endinheirada e supostamente respeitável, ou mesmo acusações de dados viciados:

«Num club de Lisboa, cujo nome entra na família dos palmípedes aquáticos e é sinónimo de velho palerma, deu-se há dias um caso muito engraçado. Foi o dito que por um desastre não previsto no programa, quando um ilustre banqueiro da banca francesa deitava os dados, um destes, com certeza um “amarelo” entre a classe, abriu-se e uma gota de mercúrio [...] veio mostrar aos indígenas que havia grande marosca naquela história [...]

Grande alarido, os *pontos* buscam um pouco de indignação ao fundo das algibeiras e vá de procurar os mais dados da casa e de os partir. Pois senhores! Quinze jogos completos estavam *endrominados* e postos à bica para o primeiro endinheirado que aparecesse.»²⁵

²³ A., «Uma visita ao Batota-Club (Cartas dum Forasteiro)», *O Riso d'A Vitória*, 30/11/1919, p. 3.

²⁴ «O que foi o Baile das Artes», *O Notícias Ilustrado*, 21/04/1930, pp. 4-5.

²⁵ «Crónica», *O Riso d'A Vitória*, 30/01/1920, p. 4.

No *cartoon* de Stuart de Carvalhais apresentado, para além de se desmascarar a fachada de restaurante, mais cosmopolita e socialmente aceite, com que o clube noturno camuflava o jogo ilegal, o efeito de comicidade resulta também da referência implícita ao Clube dos Patos.



Imagem 7: «Grande Jogo: Diga à polícia que isto aqui é um restaurant. Estamos à mesa a comer os “patos”»
Stuart de Carvalhais, *ABC a Rir*, 24/09/1921

Durante a Guerra estes estabelecimentos mantêm-se abertos, a par de outras casas de jogo que proliferam em Lisboa. O Palace, na Rua das Portas de Santo Antão, aberto ainda em tempo de guerra, é descrito por Reinaldo Ferreira como «o primeiro cabaret a sério – misto de clube, de *dancing* e de casino [...] – onde está hoje instalada a Associação Comercial. Até aquele dia – aos noctívagos que queriam balburdiar folias, não se ofereciam outros centros de expansão [...]»²⁶.



Imagem 8: Salão de Jogo, Palace Club
Ilustração portuguesa, 1918

Em 1917 outros estabelecimentos abrem: na mesma rua do Palace, o Magestic empreendia grandes obras de renovação no Palácio Alverca, incluindo «o grande salão de jogos [...]: um amplo salão quase das dimensões do descrito, bem iluminado, ricamente decorado, em estilo livre»²⁷. Na Casa do Alentejo, que hoje tem sede neste palácio, continuamos a poder ver o trabalho de remodelação que aí foi realizado, incluindo

²⁶ Reinaldo FERREIRA (2006 [conforme a 1ª e 2ª eds., 1933 e 1956]). *Memórias de um Ex-Morfinómano*, Lisboa: Frenesi, pp. 82-83.

²⁷ «Magestic Club de Lisboa», *A Arquitectura Portuguesa*, ano XII, n.º 10, Outubro de 1919, e n.º 11, Novembro de 1919.

alguns painéis de azulejo alusivos à prática do jogo. Na imprensa descreve-se além do pátio árabe, a sala de bilhar, a «sala de Bridge e outros jogos de vaza». O Magestic transforma-se numa sala de jogos de azar muito rentável²⁸, mas que também conduz ao seu encerramento precoce, em 1920.

No final desse mesmo ano, a Sociedade de Hotéis e Restaurantes, por iniciativa de Carlos Nápoles de Carvalho, aproveita as instalações que ficam do Magestic e abre um novo clube, sob a designação de Monumental Club. O Monumental procura manter uma imagem de exclusividade, luxo, elegância e respeitabilidade sendo, nos anos seguintes, palco de diversos almoços e banquetes. O jogo, proclama-se na imprensa, será totalmente banido deste clube. Contudo, tal não impede a sua associação ao jogo e a outras atividades consideradas por alguns como imorais, que determinará o seu encerramento em 1928.

Outro clube, o Club Regaleira, instala-se no palácio que o irá batizar, o Palácio Regaleira, situado no Largo de São Domingos. Norberto Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa*, define-o como «um clube de jogo e de prazer»²⁹. Mais difícil é determinar a data precisa de abertura. Encontra-se em funcionamento em 1920³⁰, podendo, contudo, ter aberto portas antes desta data: entre Fevereiro e Maio de 1917 estaria, a julgar pelo nome, aí já instalado o Club Palácio da Regaleira, que pagava ao Governo Civil de Lisboa a devida licença para prolongar, todas as noites, as suas diversões para além da meia-noite³¹. O seu encerramento em 1923 parece-se consensual.

O Regaleira é palco de um relato sobre a repressão do jogo incluído nas memórias do chefe Pereira dos Santos, quando este era ainda agente da Polícia:

«Pereira dos Santos, ainda agente, foi encarregado de chefiar uma brigada de repressão do jogo. [...] a brigada seguiu para o Regaleira, onde a roleta rodopiava nervosamente, no meio do pano verde, recheado de valiosas “paradas”. O alarme ali foi indescritível. Um verdadeiro motim. Os pontos corriam para todos os lados, chocando-se na fuga; soaram tiros disparados pelos “leões de pedra”, e houve até quem saltasse da janela para a rua, fracturando as pernas.»³²

²⁸ Em 1920, o Magestic paga 3.000\$00 de licença de jogo, sendo, entre as casas de jogo existentes em Lisboa, a segunda que mais paga. Ver Irene VAQUINHAS (2006), p. 32.

²⁹ Norberto de ARAÚJO (s.d. [1ª edição: 1938-1939]). *Peregrinações em Lisboa*, vol. XII, Lisboa: Veja, p. 83.

³⁰ Segundo Irene VAQUINHAS (2006), p. 32, em 1920 era coletada ao Club Regaleira a soma de 1.500\$00 pela licença de jogo, sendo o quarto clube que mais pagava.

³¹ Ver IAN-TT, ADL, GCL, 1.ª Repartição, pasta 110, «Correspondência recebida: licenças para além das 0H», guias 51, 75, 87, 109 e 130: não foi, no entanto, possível apurar se seria ou não o mesmo estabelecimento.

³² Manuel NUNES (1945), pp. 21-24.



Imagem 6: Fichas de jogo - Regaleira Club

Fonte: Museum of Gaming History in http://www.themogh.org/cg_chip2.php?id=ptlirc

Há um pico no número de estabelecimentos em funcionamento em 1920, fruto do movimento ascendente que começa em 1917. Até 1925, o número de clubes vai gradualmente diminuindo e, em 1926, volta a subir, em consequência da reabertura de diversos espaços. Em 1927 notam-se os efeitos da lei de final de 1926 relativa à repressão ao jogo e, até 1930, os clubes vão sucessivamente sendo encerrados, até restarem apenas dois estabelecimentos abertos. Neste quadro há que ter em conta os encerramentos esporádicos, como os resultantes de investidas policiais destinadas à repressão do jogo, que se fizeram sentir com maior intensidade em 1920, 1923 e de 1925 até 1927.

Desde cedo os jogos de azar se tornaram num dos alvos privilegiados da repressão das autoridades e dos moralistas. O discurso oficial sobre o jogo traduz o receio da subversão social e da miséria irrefreável, associando a delinquência à duvidosa moralidade do jogador. O jogo vai contra os ideais e valores burgueses então implantados: o trabalho, a família, a disciplina, a ordem, a contenção: «Durante muitos anos existiram em Lisboa numerosas casas de jogo clandestino. [...] Algumas camuflavam-se em clubes de dança e prazer, outras nem isso [...]. As autoridades consideravam essas casas não só focos revolucionários, mas a origem de inúmeros desfalques e a desgraça de muito honrado chefe de família.»³³

É evidente que a acusação de revolucionário não remete aqui para a esfera política que o termo poderia implicar, mas antes para o impacto destruturante da ordem social estabelecida. O jogo é entendido como um atentado contra valores socialmente defendidos, considerados como pilares da sociedade. Neste aspeto, quem beneficia do jogo é a gente ociosa e criminosa: «A quem aproveita o jogo? A meia dúzia de batoteiros de profissão, mandriões de ofício, que encontram na banca francesa e na roleta, uma hábil maneira de arranjar dinheiro, sem esforço, sem a mais pequena parcela de trabalho, fiados apenas na

³³ Manuel NUNES (1945), p. 21.

imbecilidade alheia. O jogo não faz senão mal. Desfalques, perda de bons sentidos, solidariedade com falcatruas, tudo isto e mais alguma coisa faz o jogo.»³⁴

O Código Penal em vigor na época, aprovado em 1886, é claro quanto à proibição dos «jogo de fortuna ou azar». O enunciado do Artigo 264.º estipula que «Todo o jogador que se sustentar do jogo, fazendo dele a sua principal agência, será julgado e punido como vadio». No Artigo 267.º refere-se ainda: «Aqueles que em qualquer lugar derem tavalagem de jogo de fortuna ou de azar, e os que forem encarregados da direção do jogo, posto que não o exerçam habitualmente, e bem assim qualquer administrador, proposto ou agente, serão punidos com prisão de dois meses a um ano e multa correspondente.»

Como explicar, então, a existência e cobrança de licenças de jogo? Em resposta a esta paradoxal situação, encontramos no Código Administrativo a permissão de as Câmaras Municipais tributarem sociedades de recreio, nas quais se incluíam os casinos e outros locais onde se praticavam os jogos de azar. Os lucros que estas casas proporcionavam justificavam a sua tolerância. Uma justificação avançada para as licenças de jogo é a de que estas apenas abrangeriam os jogos lícitos:

«Os jogos chamados de azar são absolutamente proibidos em face da legislação portuguesa. Por esse motivo e, logicamente, não se percebem taxas algumas referentes a jogos que não sejam os jogos lícitos. Assim na área deste distrito e usando das faculdades que o Código Administrativo lhe confere o Governador Civil concede uma licença especial para Casinos e Clubs etc. para o efeito de permissão das suas diversões várias, licença pela qual se cobra uma receita por ele Governador arbitrada, conforme a importância do estabelecimento, e a qual dá entrada no cofre de beneficência deste Governo Civil para distribuição segundo critérios da mesma autoridade.»³⁵

Contudo, em 1924, em resposta a um ofício do Delegado do Governo no conselho de Cascais, o Secretário-geral do Governador Civil de Lisboa esclarece que as licenças de jogo já não são prática corrente em Lisboa: «Devo ainda informar V. Ex.ª que neste Governo Civil não se recebem quaisquer importâncias com o fim de autorizar o jogo de azar nos clubes, sendo apenas passadas licenças para o funcionamento de restaurants e música nos referidos clubes»³⁶. No entanto, nestes mesmos anos, o próprio Governo Civil reconhece a prática de jogos ilícitos em diversos estabelecimentos, recomendando à Polícia a sua repressão em estabelecimentos como o Maxim's, o Monumental, o Bristol Club, o Club Mayer, o Ritz e o Montanha³⁷.

As tentativas de repressão do jogo são inúmeras, mas os obstáculos eram múltiplos. As acusações de suborno aos agentes da polícia são frequentes: «[...] quando vai o pelotão de assalto do Governo Civil, os *compadres* que recebem boa maquia por este serviço, dão logo uma telefonadela e os Clubs e casas de batota ficam de prevenção, à espera que apareça o primeiro homem com cara de polícia para se dar o sinal para dentro.»³⁸

³⁴ «O Jogo», *ABC a Rir*, 13/08/1921, p. 2.

³⁵ IAN-TT, ADL, GCL, 1.ª Repartição, Caixa 404, livro 433, «Copiador de ofícios confidenciais expedidos (03/1923-02/1929)», Ofício do Governador Civil ao Ministro Alexandre Padilla (princípio de Fevereiro de 1923).

³⁶ *Idem*, Copiador de ofícios confidenciais expedidos (03/1923-02/1929), Ofício de 7 de Outubro de 1924.

³⁷ *Idem*, «Copiador de ofícios confidenciais expedidos (03/1923-02/1929)».

³⁸ «Jogo», *ABC a Rir*, 7/05/1921, p. 3.

O jogo atrai a clientela mais variada e chama aos clubes alguns nomes influentes que acabam por proteger estes locais das investidas policiais resultantes da repressão desta atividade: «O governo sabe que assim é, o sr. governador civil sabe o que por aí vai mas não actuam, não perseguem batotas e batoteiros [...] ... e aos clubes vão comer, enquanto nas suas barbas, com o seu conhecimento e para escárnio de tudo isto, se joga e, a pouco e pouco, se vão sumindo nos abismos estiolantes da cocaína, morfina e roleta, algumas centenas de vidas...»³⁹

Face às dificuldades de repressão do jogo, são apresentadas no Parlamento a partir do século XX várias propostas de regulamentação (três ainda durante o regime monárquico e outras sete no início da República), de forma a acabar com o jogo clandestino e a retirar desta atividade proveito económico, procurando um equilíbrio entre os interesses financeiros dos proprietários das casas de jogo, dos poderes locais e do governo central. Em 1913 é igualmente apresentada uma proposta de repressão e punição do jogo. Um projecto-lei que tenta conciliar estas propostas ideologicamente inconciliáveis, propondo um compromisso entre regulamentação e proibição, é discutido, votado e rejeitado a 21 de Abril desse ano⁴⁰.

A instabilidade política e financeira posterior inviabiliza as reformas neste campo: a regulamentação do jogo só será aprovada no período da ditadura. O Decreto n.º 14 643 de 3 de Dezembro de 1927 restringe os jogos de azar aos casinos em dois tipos de zonas delimitadas: duas permanentes («uma abrangendo os Estoris e outra a ilha da Madeira») e seis temporárias (Santa Luzia, Espinho, Cúria, Figueira da Foz, Sintra e Praia da Rocha). E sublinha que em «nenhuma das atuais cidades do País, a não ser Funchal e Figueira da Foz, será permitido o jogo.» Ao legislar a obrigação da construção de «estabelecimentos modelares e sumptuosos» para os casinos, torna-se clara a tolerância política e social face ao jogo como divertimento apenas para uma classe alta e abastada, que continua a poder viver um tipo de sociabilidades semelhante ao experimentado nos clubes lisboetas no Estoril, não muito longe de Lisboa.

A aplicação desta lei resulta no progressivo encerramento de todos os estabelecimentos da capital que alberguem a prática do jogo de azar. Não havendo claramente uma expressa proibição relativa aos clubes, proíbe-se o que algumas vozes da época consideravam a sua «Alma»: o jogo, que determinara o seu sucesso, um dos seus atrativos e a sua maior fonte de receitas, dita assim o seu malogro. Além disso, evidencia-se a difícil compatibilidade entre o mundo urbano, ocioso, de carácter transgressor que estes simbolizam e uma sociedade tradicional, conservadora, defendida pelo novo regime.

O jogo e a boémia são atividades que, sem excesso, podem ser bem acolhidas numa sociedade elegante, mas são por esta mesma sociedade condenadas quando adotadas pelas classes populares.

³⁹ «Factos e Comentários», *A Choldra*, n.º 2, 7/02/1926, p. 7.

⁴⁰ Ver «Projectos de Lei regulamentadores dos jogos de azar» in Irene VAQUINHAS (2006), «Anexo III», pp. 104-143.

